RETROSPECTIVA 1988

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 13 NÚMERO 2 FEVEREIRO DE 1989

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

CENTRAL 03.IV.89 RIO DE JANEIRO-RJ

BRASIL CORREIO 04106

FGV -SAO PAULO
AV.NOVE DE JULHO 2029
01313-SAO PAULO-SP

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

*O **Setor Agrícola** revelou razoável desempenho, em 1988. É verdade que, medido em termos de produção física global **(produto real)**, o resultado se aproxima de zero, quando confrontado com o do ano anterior. Em 1988, registrou-se muito forte diferença negativa na colheita do café, a qual ainda detém acentuado peso. Também decresceram as lavouras de trigo e milho, dentre as mais importantes. As safras de vários outros vegetais foram soberbas, bem assim alguns produtos de origem animal, conforme se poderá ver em pormenor, logo a seguir. Por isso, houve o que exportar, eis o exemplo do chamado complexo soja, e como assegurar o abastecimento do mercado interno, este, aliás, em visível compressão, pelo achatamento geral dos salários. A atividade agrícola não teve nem causou estorvos, além dos naturais de seu processo de produção e comercialização. Quanto aos preços, há indicações de que o **Setor** ganhou mais, como um todo.*

*Veja-se bem: os agricultores produziram abundância e, em muitos casos, melhor qualidade (no mercado há cada vez maior quantidade de produtos de notáveis efeitos organolépticos). Isso, não obstante os equívocos e titubeios da política econômica do país, que deles se fartou, em 1988, com óbvias repercussões desestimulantes sobre a agricultura, sobretudo quanto à decisão tempestiva do que produzir, quanto produzir e modo de produzir. Aqui vale esta nota: a de que sem a correta ação, nestes últimos anos, da pesquisa agropecuária (sobretudo de responsabilidade da **Embrapa**) e de sua disseminação, através, em especial, do sistema extensionista **(Embrater** e **Ematers)**, muito provavelmente deixar-se-ia de registrar as tão generosas safras de hoje. Valha a aula prática, singela, mas de difícil entendimento por muitos: em agricultura não cabem improvisações, há de se programar sempre para o longo (no máximo, médio) prazo.*

*Por último, nestas linhas introdutórias, fica a monótona advertência quase sempre repisada na **Retrospectiva:** é imprescindível e urgente que se ponha cobro à atividade predadora acompanhante de parte da agricultura (agricultura?). Neste final de século, quando a ciência e a técnica se desenvolveram extraordinariamente, rios brasileiros estão secando, fauna e flora sumindo, o ar se tornando impuro e larga área de solo morrendo. Agora, é obrigatório pensar-se nas necessidades, para preservação, do **Brasil** e de seu povo, nas centenas e nos milhares de anos de vida futuros.*

> "Daqui a duzentos ou trezentos anos, ou mesmo mil anos – não se trata de exatidão – haverá uma vida nova. Nova e feliz. Não tomaremos parte nessa vida, é verdade . . . Mas é para ela que estamos vivendo hoje. É para ela que trabalhamos e, se bem que a soframos, nós a criamos. E nisso está o objetivo de nossa existência aqui."
>
> (Anton Pavlovitch **Tchekhov, in** Ato II de "As três irmãs", 1901)

SUMÁRIO

POLÍTICA AGRÍCOLA 3

PRODUTO REAL 8

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES 11

FATORES DE PRODUÇÃO 13

AGROTÓXICOS 13

FERTILIZANTES 14

TRATORES AGRÍCOLAS 15

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS 16

LAVOURAS 16

ALGODÃO – Maiores produção e importações, somadas à queda do consumo interno, acarretaram aumento do estoque final 16

AMENDOIM – As expectativas favoráveis, a partir de meados do ano, foram frustradas pela estiagem e pela maior atração da soja 19

ARROZ – Houve comercialização surpreendentemente normal, diante da oferta abundante, sem que o consumidor final fosse beneficiado 21

AVEIA – A colheita foi 24% menor do que em 1987. Teve qualidade considerada apenas regular, com o produto sendo destinado à alimentação animal...25

BANANA – Os preços não acompanharam a inflação, apesar de a produção ter sido semelhante à de um ano antes 26

BATATA-INGLESA – A safra das águas foi recorde, mas a da seca enfrentou problemas diversos 26

CACAU – Os preços recebidos pelos produtores superaram ligeiramente a evolução do IGP-DI 27

CAFÉ – A safra 1988/89 totalizou 20,7 milhões de sacas de 60 kg. 40% provieram de Minas Gerais .....

CANA-DE-AÇÚCAR – Os preços recebidos pelos agricultores evoluíram desfavoravelmente, ficando abaixo da taxa de inflação 30

CEBOLA – A oscilação dos preços ao longo do ano foi tida como favorável, notadamente em Santa Catarina 30

CEVADA – A estiagem durante o desenvolvimento da lavoura provocou perdas elevadas 32

FEIJÃO – As safras foram bem, tendo ocorrido comercialização rápida e satisfatória 32

FUMO – A remuneração dos produtores nos estados da região Sul evoluiu de forma extremamente favorável 35

LARANJA – A receita das exportações aumentou 40% 36

MAÇÃ – A safra superou as expectativas e a auto-suficiência vai ficando mais próxima 36

MAMONA – A safra não foi tão grande quanto se esperava e os mercados interno e mundial pagaram bem pelas bagas e pelo óleo 38

MANDIOCA – A alta dos preços, em razão da menor safra e dos custos de comercialização, alçou os preços da farinha no varejo a níveis absurdos 39

MILHO – A retração da atividade da suinocultura fez com que se reduzisse o consumo do milho 40

SOJA – Afinal um bom ano para os produtores brasileiros 41

SORGO – Dificuldades na comercialização e armazenagem vêm desestimulando o plantio 48

TOMATE – A excelente produção fez com que os preços evoluíssem bem abaixo da alta da inflação 49

TRIGO – Obteve-se mais uma boa safra e o governo avançou no processo de reformulação de sua presença na atividade 49

UVA – A safra cheia enfrentou dificuldades no mercado, derivadas das discordâncias quanto ao preço para as indústrias 52

VINHO – Foi um ano difícil para a vinicultura 53

PRODUTOS ANIMAIS 56

AVICULTURA – A elevação dos preços da soja e do milho criou dificuldades 56

BOVINOCULTURA DE CORTE E DE LEITE – A excessiva matança de fêmeas comprometerá a capacidade produtiva do rebanho 59

OVOS – Prosseguiu a retração da oferta, devido às dificuldades do mercado 60

SUINOCULTURA – A produção de carne suína diminuiu e os insumos tornaram-se mais caros 60

Os textos, quadros estatísticos e gráficos desta publicação estavam quase todos prontos quando adveio o chamado ***Plano Verão****, de cujos dispositivos legais sobressai, no que aqui mais de perto interessa, o estabelecimento de novo padrão monetário, expresso em NCz$ (Cruzados Novos), correspondendo a Cz$ 1.000,00.*

Julgou-se conveniente manter os valores em Cz$ que se referem, aliás, ao ano de 1988, para evitar majoração de despesas e atraso na publicação.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

1

POLÍTICA AGRÍCOLA

Foi um ano tranqüilo para a agricultura, apesar das altas taxas de inflação do país e de problemas advindos, ainda, do fim do **Plano Cruzado** (débitos dos agricultores e importações excessivas de alguns gêneros – ver **Agroanalysis**, volume 12, nº 2, fevereiro de 1988).

Dois foram os fatos mais importantes do período, no que se refere à política agrícola: a implementação das diferentes regras de comercialização dos estoques oficiais e a nova Constituição.

As regras foram estabelecidas em fins de 1987, através do **Decreto nº 55.457**, e determinaram que os estoques seriam comprados e/ou vendidos e importações liberadas e/ou restringidas quando os preços de mercado extrapolassem uma faixa de preços denominada **faixa de livre mercado**. O limite superior desta faixa foi definido segundo um **preço de referência** para cada produto e região, sendo o limite inferior o próprio **preço mínimo**. O **preço de referência** é equivalente à média dos preços corrigidos no nível do atacado, acrescida de uma margem para cada produto/região: o cálculo seria elaborado a cada safra, contando-se um intervalo de sessenta a noventa dias antes do plantio (junho, no Centro-Sul, segundo o próprio **Decreto**). A margem foi fixada, para a safra 1987/88 em 12% para o arroz e o milho e 17% para o feijão. O governo acionaria a venda de seus estoques, ou a liberação das importações, sempre que o preço do mercado superasse o **preço de referência** durante duas semanas consecutivas, dando início às vendas na terceira semana. As vendas dos estoques e a liberação de importações seriam interrompidas quando os preços de mercado baixassem para níveis iguais ou inferiores aos **preços de referência**.

A adesão a essas novas normas impediu que os preços recebidos pelos agricultores prosseguissem na trajetória descendente que vinham percorrendo nos últimos anos, embora, até o fim da entressafra, não se registrassem, no agregado, ganhos **reais**. Outros fatores a contribuir para esse resultado foram a prorrogação do prazo da correção dos **preços mínimos** (ver **Agroanalysis**, volume 12, nº 2, fevereiro de 1988) e o aumento, no mercado externo, das cotações de soja e laranja.

A nova sistemática, ao limitar a capacidade do governo de colocar estoques no mercado a preços subsidiados, reduziu drasticamente o produto em AGF. O Quadro 01 mostra esta redução, devendo-se, entretanto, observar que as quantidades vendidas ao governo, nesse período, superam em muito as quantidades registradas em períodos anteriores. Entre 1969 e 1984, apenas em duas oportunidades as AGF ultrapassaram os dois milhões de t (2,9 milhões de t, em 1977 e 2,1 milhões de t, em 1983).

Note-se que, entre 1985 e 1988, os valores despendidos, tanto em EGF quanto em AGF, apresentaram redução, refletindo, no período, a deterioração dos preços dos produtos.

Ainda no que se refere à comercialização da safra, deve-se destacar a liberação de exportações e de importações de produtos agrícolas, determinada pelo **Voto nº 09** e pela **Resolução nº 155**, de 04/05/88, do **Conselho Nacional de Comércio Exterior – Concex**. A medida se refere ao algodão em pluma, arroz, milho e soja (grão, farelo e óleo), cujas exportações ficaram liberadas de restrições quantitativas e qualitativas, sendo que, no caso do milho em grão e do arroz, instituiu-se um sistema de registro prévio de exportações. Para as importações dos produtos citados previu-se a redefinição, pela **Comissão de Política Aduaneira – CPA**, da alíquota permanente do **Imposto de Importação**, de forma a garantir que o custo do produto **internado** fosse compatível com as tendências dos preços nos mercados interno e externo. Nos casos do arroz e do milho, as alíquotas do imposto devem levar em conta, ainda, a necessidade de **internar** o produto a um custo compatível com os preços de intervenção.

Em julho, o **Conselho Monetário Nacional** aprovou a manutenção da política de **preços mínimos** aplicada em 1988. Isto configurou um início da almejada plurianualidade dessa política, objetivo de há muito perseguido pelos produtores rurais, para os quais é essencial a manutenção de um horizonte amplo para a sua to-

QUADRO 01 – BRASIL – EMPRÉSTIMOS E AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

ANO	EGF				AGF			
	Quantidade (t)	Δ%	Valor (Cz$ 1.000)[1]	Δ%	Quantidade (t)	Δ%	Valor (Cz$ 1.000)[1]	Δ %
1985	7.754.399	–	650.703.728	–	8.757.735	–	925.675.924	–
1986	10.382.214	33,9	960.181.469	47,6	7.681.558	-12,9	631.144.178	-31,8
1987	10.334.801	-0,5	626.087.168	-34,8	10.277.214	33,7	394.957.901	-37,4
1988[2]	10.719.283	3,7	309.022.734	-50,6	3.879.689	-62,2	89.485.177	-77,3

FONTE – CFP. Elaboração: FGV/Ibre/Cea.
1 Em Cz$ de outubro de 1988; valores corrigidos pelo IGP-DI;
2 posição até 20/10/88.

mada de decisões.

Os **preços mínimos** para a safra de verão 1988/89 continuaram sendo fixados em **OTN** e corrigidos até o final da safra. Os **preços mínimos** do algodão, arroz de **sequeiro**, mamona e soja foram mantidos no nível de julho de 1988[1]. Os demais produtos tiveram aumentos variáveis (ver Quadro 02) em face da necessidade de estimular seu plantio. Para o feijão e o milho foram concedidos prêmios de 5% e 15%, respectivamente, como estímulo adicional ao plantio da presente safra.

Note-se que, logo no início de 1989, foi implementado novo plano de estabilização econômica, o **Plano Verão**, que pode causar profundas mudanças no desenrolar da comercialização da safra a ser colhida nos próximos meses.

O crédito rural não registrou grandes alterações em 1989. Manteve-se a correção dos financiamentos pela **OTN**, no que se refere tanto às parcelas liberadas quanto ao valor do débito. As taxas de juros dos VBC foram fixadas em 7%, para mini e pequenos produtores e em 9%, para os médios e grandes. Já para operações de **EGF**, os juros foram fixados em 7% para produtores e cooperativas e em 12% para indústrias e beneficiadores.

Os valores do **VBC** tiveram reajustes em termos de **OTN** (ver Quadro 03), mas se mostraram defasados diante de outros indicadores relevantes. Tomando-se como base o mês de junho, o **IGP-DI** cresceu 423% entre 1987 e 1988, e o Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais – **IPP**, 406%. No intervalo, a **OTN** teve variação de 331%.

Outro fator pouco estimulante foi a redução dos limites de adiantamento para os tomadores de crédito de custeio, que atingiu os produtores de algodão (médios e pequenos), de arroz (grandes e médios) e de soja

1 Estes produtos na safra anterior estavam sujeitos a prêmio mensal ao longo do período de comercialização (fevereiro a julho), como forma de desincentivar sua rápida colocação em **AGF**.

QUADRO 02 – CENTRO-SUL – PRODUTOS SELECIONADOS – PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA A SAFRA DE VERÃO 1987/88 E 1988/89

PRODUTO	SAFRA 1987/88			SAFRA 1988/89			VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PREÇO DE	
	Início operação	Último mês de correção	Preço em OTN/kg	Início operação	Último mês de correção	Preço em OTN/kg	Março %	Julho %
Algodão	fev/88	jul/88[1]	0,039171	fev/89	jul/89	0,043248	10,41	0,00
Amendoim (1ª safra)	out/87	mar/88[2]	0,018322	dez/88	mar/89	0,022250	21,44	–
Arroz irrigado	fev/88	jul/88	0,021341	fev/89	jul/89	0,023807	11,56	11,56
Arroz de sequeiro	fev/88	jul/88	0,018314	fev/89	jul/89	0,018314	0,00	0,00
Feijão (1ª safra)	nov/87	mar/88	0,046337	nov/88	mar/89	0,053133	14,67	14,67
Mamona	fev/88	jul/88[1]	0,024981	abr/89	jul/89	0,027581	10,41	0,00
Mandioca	jan/88	jul/88	0,002860	jan/89	dez/89	0,004060	41,96	41,96
Milho	fev/88	jul/88[1]	0,011695	fev/89	jul/89	0,014276	22,07	15,00
Soja	fev/88	jul/88[1]	0,014989	fev/89	jul/89	0,016549	10,41	0,00
Sorgo	fev/88	jul/88	0,009929	fev/89	jul/89	0,009993	0,64	0,64

FONTE – CFP. Elaboração: FGV/Ibre/Cea.
1 Produtos com prêmio mensal de 2%, entre março e julho;
2 preços válidos para o período out/87 a mar/88.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

QUADRO 03– VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, SEGUNDO PRODUTOS E FAIXAS DE PRODUTIVIDADE SELECIONADOS SAFRAS 1987/88 E 1988/89

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE	VALOR EM OTN/HA			VALOR EM Cz$/HA*		
		Safra		Variação	Safra		Variação
	(kg/ha)	1987/88	1988/89	%	1987/88	1988/89	%
Algodão	1601-1800	48,05	49,66	3,4	14.921	66.401	345,0
Arroz irrigado (Sul e Sudeste)	3601-4200	38,53	40,40	4,9	11.965	54.020	351,5
Arroz de sequeiro (Sul e Sudeste)	1001-1300	13,07	14,37	9,9	4.059	19.214	373,4
Feijão (safra das águas)	801-1000	22,78	24,48	7,5	7.074	32.733	362,7
Milho (Sul e Sudeste)	2001-2500	14,49	16,95	17,0	4.500	22.664	403,7
Milho (Centro-Oeste)	2001-2500	15,23	17,80	16,9	4.729	23.801	403,3
Soja (Sul e Sudeste)	1501-1750	18,31	22,52	23,0	5.686	30.112	429,6
Soja (Centro-Oeste)	1501-1750	19,21	23,65	23,1	5.965	31.623	430,1

FONTE – CFP. Elaboração: FGV/Ibre/Cea.
*** VBC convertidos em Cz$ pelo valor da OTN de junho de 1987 e 1988, respectivamente.**

(qualquer porte).

Houve clara intenção, por parte das autoridades econômicas, de restringir o montante de recursos colocados à disposição dos produtores das lavouras atendidas pelo crédito rural, levando-os a buscar novas fontes de financiamento a juros de mercado. Estudo feito pela **Companhia de Financiamento da Produção – CFP** estimou que, com os novos limites de financiamento, os recursos necessários, a serem obtidos de outras fontes, aumentariam em cerca de 79%, em relação ao que seria utilizado, caso prevalecessem os limites estabelecidos para a safra anterior. O crédito oficial seria reduzido de 25%. Como é de se supor que muitos agricultores receiem tomar financiamentos a taxas elevadas, a participação dos empréstimos no financiamento da safra deverá reduzir-se bastante.

Os efeitos dessa situação são difíceis de serem avaliados a curto prazo, mas sem dúvida isso contribuiu para a expansão das áreas plantadas com soja, cujas perspectivas de preço são satisfatórias.

A nova Constituição introduziu algumas novidades no que se refere à agricultura, como a impenhorabilidade do pequeno estabelecimento rural para pagamento de débitos originários de sua atividade produtiva, um capítulo específico sobre o meio ambiente e a determinação de que, dentro de um ano, seja promulgada uma Lei Agrícola. Sobre a Reforma Agrária, a Constituição determina que a propriedade produtiva e a pequena e média propriedade rural serão insuscetíveis de desapropriação. Em suas Disposições Transitórias, a Carta Magna isenta de correção monetária as dívidas de mini, pequenos e médios proprietários, contraídas no período de 28/02/86 a 31/12/87.

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXVI – a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

TÍTULO VII
Da Ordem Econômica e Financeira

Art. 174 – Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º – A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º – A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

CAPÍTULO III
Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária

Art. 184 – Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º – As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º – O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º – Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º – O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º – São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 185 – São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva.

Parágrafo único – A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações do trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 187 – A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I – instrumentos creditícios e fiscais;

II – preços compatíveis com os custos de produção e garantia de comercialização;

III – incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV – assistência técnica e extensão rural;

V – seguro agrícola;

VI – cooperativismo;

VII – eletrificação rural e irrigação;

VIII – habitação para o trabalhador rural.

§ 1º – Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º – Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 188 – A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º – A alienação ou concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a uma só pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º – Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189 – Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único – O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 190 – A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Art. 191 – Quem, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, que possua como seu por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único – Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

CAPÍTULO IV
Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192 – O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

VIII – o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam dispor de condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO II
Da Seguridade Social

Art. 194 – A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único – Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

Art. 195 – A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União e dos Territórios, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

§ 8º – O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Art. 202 – É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos

salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I – aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para as mulheres, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 220 – A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 4º – A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

CAPÍTULO VI
Do Meio Ambiente

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e à coletividade o de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º – Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º – As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º – A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º – São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º – As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

TÍTULO IX
Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 233 – Para efeito do art. 7º, XXIX, o empregador rural comprovará, de cinco em cinco anos, perante a Justiça do Trabalho, o cumprimento das suas obrigações trabalhistas para com o empregado rural, na presença deste e de seu representante sindical.

Art. 243 – As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização aos proprietários e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 10º – Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o artigo 7º, I, da Constituição:

§ 2º – Até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita, juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.

Art. 42 – Durante quinze anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I – vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II – cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido.

Art. 47 – Na liquidação dos débitos, inclusive suas renegociações e composições posteriores, ainda que ajuizados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por bancos e por instituições financeiras, não existirá correção monetária desde que o empréstimo tenha sido concedido:

I – aos micro e pequenos empresários ou seus estabelecimentos no período de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987;

II – aos mini, pequenos e médios produtores rurais no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987, desde que relativos a crédito rural.

§ 1º – Consideram-se, para efeito deste artigo, microempresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receitas anuais de até dez mil Obrigações do Tesouro Nacional, e pequenas empresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receita anual de até vinte e cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional.

§ 2º – A classificação de mini, pequeno e medio produtor rural far-se-á obedecendo-se às normas de crédito rural vigentes à época do contrato.

§ 3º – A isenção da correção monetária a que se refere este artigo só será concedida nos seguintes casos:

I – se a liquidação do débito inicial, acrescido de juros legais e taxas judiciais, vier a ser efetivada no prazo de até noventa dias, a contar da data da promulgação da Constituição;

II – se a aplicação dos recursos não contrariar a finalidade do financiamento, cabendo o ônus da prova à instituição credora;

III – se não for demonstrado pela instituição credora que o mutuário dispõe de meios para o pagamento de seu débito, excluído desta demonstração seu estabelecimento, a casa de moradia e os instrumentos de trabalho e produção;

IV – se o financiamento inicial não ultrapassar o limite de cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional;

V – se o beneficiário não for proprietário de mais de cinco módulos rurais.

§ 4º – Os benefícios de que trata este artigo não se estendem aos débitos já quitados e aos devedores que sejam constituintes.

§ 5º – No caso de operações com prazos de vencimentos posteriores à data-limite de liquidação da dívida, havendo interesse do mutuário, os bancos e as instituições financeiras promoverão, por instrumento próprio, alteração nas condições contratuais originais de forma a ajustá-la ao presente benefício.

§ 6º – A concessão do presente benefício por bancos comerciais privados em nenhuma hipótese acarretará ônus para o Poder Público, ainda que através de refinanciamento e repasse de recursos pelo Banco Central do Brasil.

§ 7º – No caso de repasse a agentes financeiros oficiais ou cooperativas de crédito, o ônus recairá sobre a fonte de recursos originária.

Art. 50 – Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.

Art. 51 – Serão revistas pelo Congresso Nacional, através de comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º – No tocante às vendas, a revisão far-se-á com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º – No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

§ 3º – Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade, ou quando existir conveniência do interesse público, as terras reverterão ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, respectivamente.

Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área.

2

PRODUTO REAL

Em 1988, o produto real da agropecuária revelou crescimento muito próximo de zero, resultado que refletiu, em boa parte, a redução da safra cafeeira, da ordem de 40%. Assim sendo, a expansão média do **Setor** ficou em torno de 3,8% anuais, ao longo dos nove anos da década de 1980. Em igual período, a indústria cresceu apenas 1,9% a.a., em média, devido aos movimentos recessivos de 1981-83 e 1987-88 (ver Gráfico 01 e Quadro 04).

Nos anos em referência, o comportamento da agropecuária foi os-

QUADRO 04 – BRASIL – SETOR AGRÍCOLA – PRODUTO REAL[1] – 1980–88
VARIAÇÃO PERCENTUAL

ANO	LAVOURAS		PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS	AGROPECUÁRIA	
	Total geral	Total sem o café		Total geral	Total sem o café
1980	7,2	11,2	8,8	7,8	10,3
1981	9,5	0,8	5,6	8,0	2,7
1982	– 3,4	6,6	4,4	– 0,3	5,7
1983	– 1,6	– 8,4	1,5	– 0,4	– 4,5
1984	8,6	12,6	– 4,3	3,5	6,0
1985	13,4	10,7	3,8	9,6	8,0
1986	–11,0	– 5,1	– 2,1	– 7,5	– 3,9
1987	16,6	7,2	11,8	14,7	9,0
1988[2]	– 1,7	5,1	2,7	0,1	4,2
MÉDIA 1980-88	3,9	4,3	3,5	3,8	4,0

FONTE – Dados primários: IBGE. No caso do café, IBC. Elaboração: FGV/Ibre/Cea.
1 Dados retificados;
2 dados referentes ao mês de novembro, no caso das lavouras e outubro, para a produção animal (exceto as informações sobre a produção de ovos – setembro).

QUADRO 05 – BRASIL – PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS – 1980-88 – VARIAÇÃO PERCENTUAL

PRODUTO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	TAXA MÉDIA 1980-88
Algodão arbóreo (em caroço)	-15,8	-19,9	23,1	-66,9	250,0	-30,3	-38,5	-48,1	66,2	-10,8
Algodão herbáceo (em caroço)	6,2	7,1	9,9	-10,2	24,2	41,2	-17,6	-26,6	48,1	6,5
Amendoim (em casca)	4,6	-26,5	-10,6	-10,6	-12,4	36,4	-36,0	-9,6	-12,7	-10,5
Arroz (em casca)	28,7	-15,8	18,3	-20,5	16,6	0,0	15,3	0,4	13,3	5,0
Banana	9,6	-0,2	1,6	-3,7	7,6	2,3	4,7	1,6	-0,2	2,6
Batata-inglesa	-10,0	-1,4	12,7	-15,3	18,7	-10,3	-5,8	27,0	-1,0	0,7
Cacau (em amêndoa)	-5,1	5,2	4,6	8,3	-13,2	30,6	6,9	-28,2	5,5	0,3
Café (em coco)	-20,4	91,5	-52,9	74,5	-15,0	34,5	-48,9	111,5	-40,0	-0,1
Cana-de-açúcar	7,0	4,9	19,7	15,8	2,9	11,2	-3,5	12,4	-3,3	7,2
Feijão (em grão)	-10,0	18,9	24,0	-45,6	66,1	-2,9	-12,9	-9,1	46,5	3,4
Fumo (em folha)	-4,0	-9,7	14,9	-6,6	5,4	-0,8	-5,7	2,8	10,4	0,4
Laranja	29,0	4,6	1,8	1,0	10,5	9,8	-6,3	10,0	4,1	6,8
Mandioca	-6,0	4,5	-1,8	-9,2	-1,8	7,7	10,5	9,2	-8,0	-1,6
Milho (em grão)	24,9	3,7	3,4	-14,2	13,0	4,0	-6,7	30,6	-7,8	4,7
Soja (em grão)	48,0	-1,0	-14,5	13,6	6,6	17,6	-27,1	27,3	6,4	6,5
Tomate	2,3	-5,5	20,0	-11,0	17,2	6,4	-5,0	11,0	16,0	5,2
Trigo (em grão)	-7,7	-18,2	-17,3	22,5	-11,3	117,9	30,5	6,1	-9,9	7,1

FONTE – IBGE. Elaboração: FGV/Ibre/Cea.

cilante, em virtude, principalmente, das bruscas variações do café. De qualquer forma, sem computar este produto, a taxa média anual pouco se alteraria, passando para 4%. No caso das lavouras, a evolução foi de 3,9% a.a. (excluindo-se o café, 4,3% a.a.). A produção animal, por sua vez, expandiu-se 3,5% ao ano.

Em números globais, a evolução do **Setor Agrícola**, nos anos 80, pode ser encarada como satisfatória, diante do crescimento da população e da renda **per capita**, mas quanto aos principais produtos, as variações das safras acusaram fortíssimos contrastes. Destacaram-se as produções de algodão herbáceo, cana-de-açúcar, laranja e soja, bem como a de trigo. Este último, graças às colheitas recordes registradas durante o triênio 1985-87. Foram favoráveis as performances do arroz, tomate e milho. A produção de feijão cresceu 3,4% ao ano, em média, e as safras da batata-inglesa, cacau e fumo revelaram taxas médias próximas de zero (igualmente, as do café). Involuíram as quantidades produzidas de algodão arbóreo, amendoim e mandioca (ver Quadro 05). Dentre os produtos animais, o ritmo médio anual variou de 1% (abate de bovinos) a 5,2% (produção de ovos), conforme especifica o Quadro 06.

Em 1988, as lavouras regrediram 1,7%. Não fosse a queda da produção cafeeira, o percentual passaria para 5,1% positivos, o que é um resultado expressivo, em vista dos prejuízos causados pelas prolongadas estiagens no **Centro-Sul**. Foi excelente a recuperação das colheitas nas regiões **Norte** e **Nordeste**.

Já era esperada a redução da safra de café, tendo em vista o ciclo bienal da cultura e a excelente colheita de 1987. A estas razões, somaram-se as dificuldades financeiras enfrentadas pelos produtores que, por isso, deixaram de aplicar em suas lavouras os tratos culturais necessários. Daí, a propagação da ferrugem, assim como de outras pragas e doenças. A seca de maio e as geadas de junho também contribuíram para reduzir as apanhas. Todavia, estas irregularidades climáticas tiveram reduzido impacto negativo.

Quanto ao desempenho das demais culturas, o IBGE estimou números apreciáveis para as safras de

QUADRO 06 – BRASIL – PRODUÇÃO ANIMAL[1] – 1980-88 – VARIAÇÃO PERCENTUAL

ANO	ABATE DE ANIMAIS[2]			DERIVADOS	
	Bovinos	Suínos	Aves	Leite	Ovos
1980	- 1,4	28,2	14,5	8,7	6,7
1981	1,5	1,4	14,7	8,7	- 0,2
1982	13,3	-11,7	13,7	- 3,3	6,2
1983	- 1,3	3,3	1,0	5,7	- 5,4
1984	-11,3	-13,6	- 9,7	3,0	22,9
1985	6,0	3,3	5,3	- 0,1	7,9
1986	-11,9	5,7	4,5	- 1,5	9,3
1987	9,1	19,8	6,2	15,7	5,3
1988[3]	8,4	- 3,2	- 4,7	4,4	- 2,0
MÉDIA 1980-88	1,0	2,9	4,7	4,4	5,2

FONTE – IBGE. Elaboração: FGV/Ibre/Cea.

1 Dados retificados;

2 peso das carcaças;

3 dados referentes ao mês de outubro, exceto as informações sobre ovos (setembro).

algodão arbóreo, algodão herbáceo e feijão. A produção de arroz somou quase 12 milhões de t e a de soja, 18 milhões de t. Igualmente favorável foi a colheita de tomate, ao passo que apresentaram decréscimos as safras de amendoim, batata-inglesa, cana-de-açúcar, mandioca, milho e trigo (ver Quadro 07).

O comportamento dos produtos animais, no geral, foi aceitável, diante dos transtornos climáticos, altos custos de produção e do elevado índice de crescimento do ano anterior (12%). O abate dos principais animais, medido pelo peso das carcaças, evoluiu 2,5%, em média. A matança de bovinos cresceu 8%, enquanto as produções suína e avícola declinaram 3% e 5%, respectivamente, como reflexo da baixa rentabilidade dessas atividades durante a maior parte do ano.

Quanto aos derivados, a oferta de leite elevou-se 4%, percentual que poderia ter sido maior, não fossem a seca prolongada e os preços desfavoráveis. A produção de ovos revelou queda de 2%.

Em 1988, a oferta dos mais importantes gêneros alimentícios foi ampliada pelos estoques remanescentes do ano anterior. Isto fez com que o abastecimento transcorresse sem maiores anormalidades, fato para o qual também contribuiu a fase recessiva da economia.

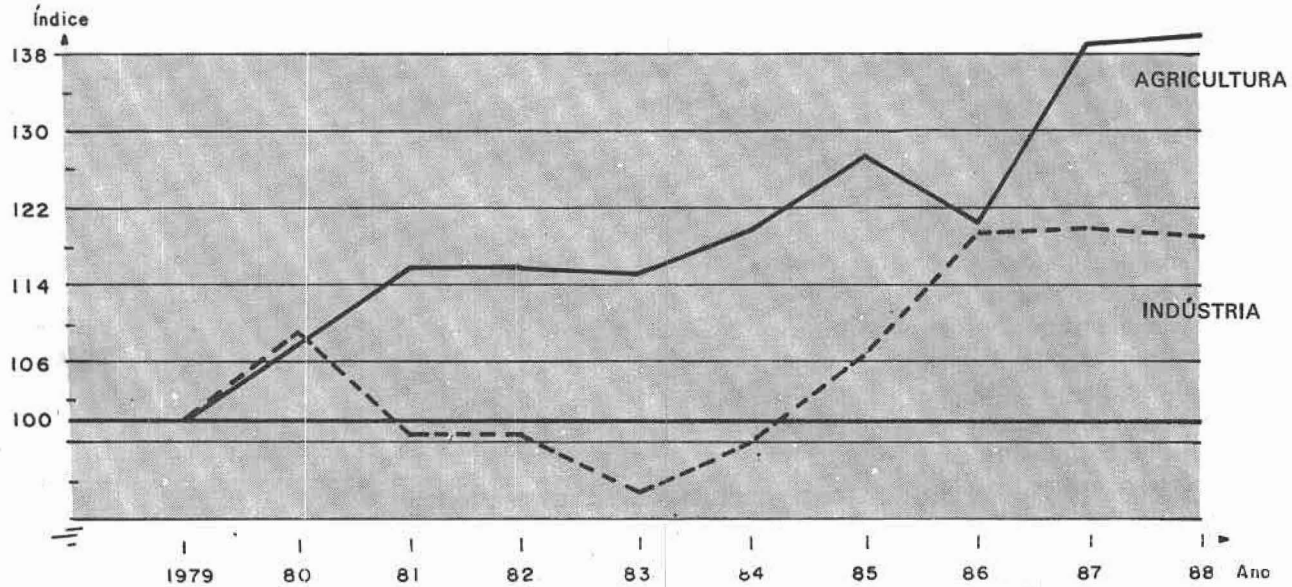
QUADRO 07 – BRASIL – PRODUÇÃO DAS LAVOURAS – 1987/88

PRODUTO	PRODUÇÃO (em t)		VARIAÇÃO %
	1987	1988	
Abacaxi (1.000 frutos)	957.400	1.015.752	6
Algodão arbóreo (em caroço)	60.319	100.239	66
Algodão herbáceo (em caroço)	1.613.073	2.388.432	48
Alho	76.186	56.535	-26
Amendoim (em casca)	196.145	170.460	-13
Arroz (em casca)	10.419.029	11.803.913	13
Aveia	176.049	133.144	-24
Banana (1.000 cachos)	513.115	513.929	0
Batata-inglesa	2.330.817	2.304.545	- 1
Cacau (em amêndoa)	329.266	347.206	5
Café (em coco)	4.405.416	2.642.945	-40
Cana-de-açúcar	268.741.069	259.761.308	- 3
Cebola	853.968	754.279	-12
Centeio (em grão)	4.080	2.524	-38
Cevada (em grão)	196.783	116.273	-41
Coco-da-baía (1.000 frutos)	603.175	668.853	11
Feijão (em grão)	2.007.230	2.941.097	47
Fumo (em folha)	397.453	438.895	10
Juta	19.487	16.054	-18
Laranja (1.000 frutos)	73.568.815	76.595.772	4
Maçã (1.000 frutos)	1.668.164	2.119.482	27
Malva	46.141	53.229	15
Mamona	103.568	145.547	41
Mandioca	23.464.484	21.587.937	- 8
Milho (em grão)	26.802.769	24.708.581	- 8
Pimenta-do-reino	45.917	57.743	26
Rami	15.500	18.000	16
Sisal	191.279	198.929	4
Soja (em grão)	16.968.827	18.054.834	6
Sorgo (em grão)	438.391	307.954	-30
Tomate	2.049.324	2.377.688	16
Trigo (em grão)	6.034.586	5.436.485	-10
Uva	566.030	762.138	35

FONTE – IBGE. Dados de 1987: Produção Agrícola Municipal. Dados de 1988: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Novembro de 1988.

BRASIL – ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS SETORES AGRÍCOLA E INDUSTRIAL – 1979-88 – (1979 = 100)

GRÁFICO 01



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

3

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES

Os preços recebidos pelos agricultores, exceto aqueles sob regime de reajustamentos decretados, refletiram as variações da produção, como também a alta dos custos, os reduzidos estoques no mercado mundial e as expectativas de elevadas taxas inflacionárias. Entre janeiro e dezembro, cresceram 1.148%, sendo 1.166% nas lavouras e 1.102% nos produtos animais.

Os referidos acréscimos superaram largamente quaisquer outros registrados desde 1966, a partir de quando o **Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV** realiza a respectiva investigação de preços no meio rural. Em relação ao ritmo de expansão dos preços verificado em 1987, o de agora foi quatro vezes mais rápido, suplantando o crescimento do IGP, que foi igual a 1.037% (a **OTN** teve reajuste de 816%).

Deflacionados pelo **IGP**, os preços recebidos aumentaram 10%. No ano anterior, diminuiram 29%, quando, então, o **Setor Agrícola** obteve receitas **reais** decrescentes, não obstante o excepcional incremento da produção física.

Os agricultores tiveram ganhos **reais**, em 1988, até porque também se apresentaram favoráveis as relações de troca, especialmente nas lavouras. Contudo, essa recuperação há de ser recebida sob alguma reserva. A alta dos preços recebidos deu-se com maior intensidade durante o segundo semestre, quando o agricultor já havia comercializado a maior parte da safra. Portanto, não teve como dela se beneficiar totalmente (ver Gráfico 02).

Entre janeiro e junho, os preços recebidos subiram 169% e os preços pagos pelos mais importantes insumos utilizados nas lavouras, incluída a remuneração da mão-de-obra, 167%. O **IGP**, por seu turno, cresceu 183%. Nos derradeiros seis meses do ano, os mesmos índices evoluíram, respectivamente, 362%, 265% e 295%.

Dentre os produtos especificados no Quadro 08, destacou-se o extraordinário reajustamento de 3.349% do fumo em folha. Não foi capaz, entretanto, de compensar toda a defasagem do ano anterior, de modo que, em dezembro de 1988, os preços do fumo ainda se situavam 5% aquém dos níveis praticados em igual mês de 1986, em valores **reais**. Mais insuficientes ainda foram as majorações da batata-inglesa (1.510%), café-em-coco (1.391%) e suíno para corte (1.410%), considerando-se as anteriores perdas **reais** de 78%, 77% e 53%.

Quanto aos demais produtos, experimentaram consideráveis desvalorizações o algodão, banana, juta, malva, pimenta-do-reino, sisal, tomate, trigo, uva, leite e mel-de-abelha. A única exceção, de fato, coube à soja. Seus preços ganharam do **IGP**, acumulando alta **real** de 14%, ao longo dos últimos dois anos (ver Quadro 08).

De qualquer forma, como sempre, os aumentos dos preços recebidos repercutiram nos demais níveis de comercialização, onde também muito cresceram os custos dos transportes, tributos, armazenamento, energia, embalagens e outras despesas. Nos doze meses de 1988, no mercado atacadista, o acrescimo acumu-

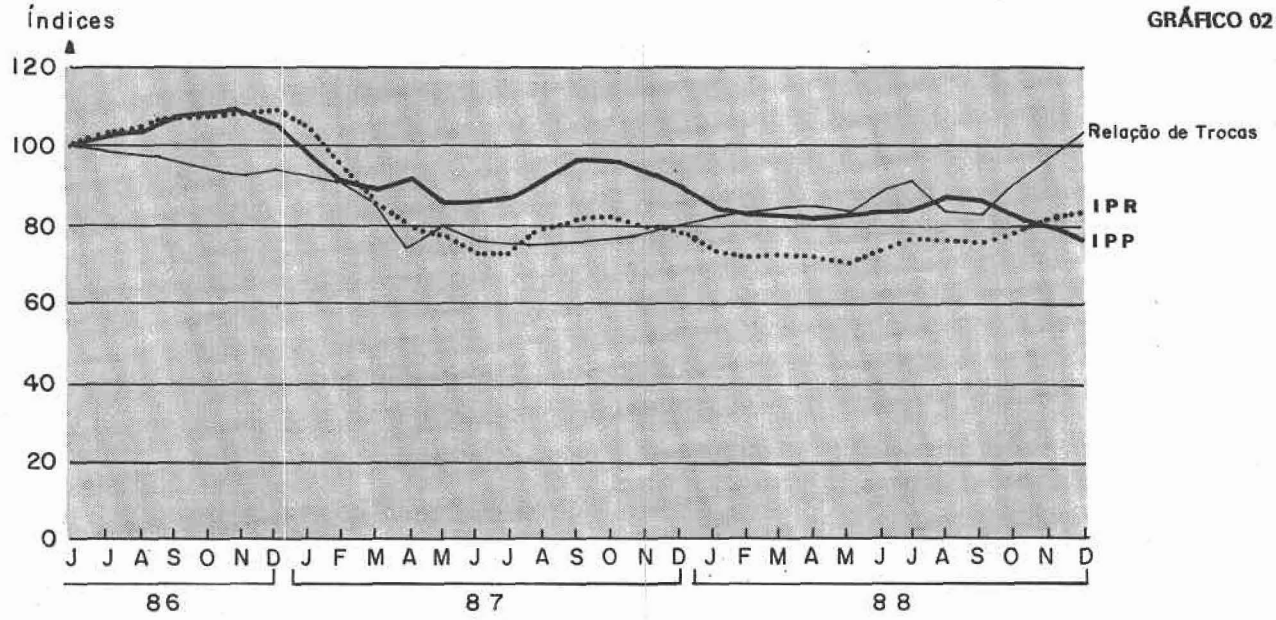
QUADRO 08 – BRASIL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES JANEIRO A DEZEMBRO – 1987 E 1988

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO (%)	
	1987	1988
LAVOURAS	**272**	**1.166**
Algodão (em caroço)	446	509
Amendoim (em casca)	250	1.290
Arroz (em casca)	226	1.246
Banana	224	751
Batata-inglesa	9	1.510
Cacau (em amêndoa)	311	1.046
Café (em coco)	16	1.391
Cana-de-açúcar	363	837
Cebola	98	1.136
Coco-da-baía	200	1.421
Feijão (em grão)	266	1.172
Fumo (em folha)	61	3.349
Juta	98	661
Laranja	525	944
Malva	90	642
Mamona	429	943
Mandioca	310	1.435
Milho	303	1.208
Pimenta-do-reino	234	319
Sisal	177	950
Soja	478	1.199
Tomate	201	673
Trigo	248	802
Uva	218	916
PRODUTOS ANIMAIS	**241**	**1.102**
Boi gordo para corte	156	1.160
Suíno para corte	141	1.410
Frango de corte	214	1.193
Leite	422	798
Ovos	174	1.257
Mel-de-abelha	299	866
AGROPECUÁRIA	**264**	**1.148**

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

BRASIL – ÍNDICES REAIS[1] DE PREÇOS AGRÍCOLAS – (1986-88)

GRÁFICO 02



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

[1] Corrigidos pelo IGP-DI.

QUADRO 09 – VARIAÇÃO PERCENTUAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – PRINCIPAIS PRODUTOS DA ALIMENTAÇÃO JANEIRO A DEZEMBRO DE 1988

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
Farinha de mandioca	2.802
Batata-inglesa	1.686
Feijão-preto	1.669
Frango abatido	1.551
Lombo de suíno	1.513
Farinha de trigo	1.472
Café em pó	1.469
Manteiga	1.449
Massas alimentícias	1.366
Cebola	1.337
Ovos de galinha	1.297
Queijo prato	1.241
Massa de tomate	1.210
Laranja-pêra	1.168
Pão francês	1.164
Feijão-mulatinho	1.156
Arroz agulha	1.188
Arroz amarelão	1.188
Leite em pó integral	1.115
Açúcar refinado	1.095
Chã-de-dentro	1.089
Banana-prata	955
Leite fresco	931
Óleo de soja	886
Tomate	880

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

lado dos preços dos produtos de origem agrícola foi de 1.063% e o dos gêneros alimentícios, no varejo da cidade do Rio de Janeiro, de 1.173%. Por outro lado, o **Piso Nacional de Salários** foi reajustado em 1.023%, mas a **URP** subiu muito menos, ou seja, 587%.

A propósito, convém que se registrem os índices de variação dos preços no varejo. Nota-se no Quadro 09 que, em 1988, apenas quatro, dentre os vinte e cinco alimentos considerados, acusaram acréscimos de preços inferiores à taxa anual de inflação (banana-prata, leite fresco, óleo de soja e tomate). A alta mais acentuada foi a da farinha de mandioca (2.802%), seguindo-se-lhe as da batata-inglesa (1.686%), feijão-preto (1.669%), frango abatido (1.551%) e lombo de suíno (1.513%). A farinha de trigo ficou 1.472% mais cara, as massas alimentícias, 1.366% e o pão francês, 1.164%. O aumento da chã foi de 1.089%. Em compensação, a carne bovina de segunda encareceu entre 1.448% (pá) e 1.540% (capa de filé).

Sem dúvida, os orçamentos familiares desequilibraram-se. É bem possível que o consumo **per capita** de alimentos tenha-se reduzido, tanto em quantidade como em qualidade, pois caíram os salários **reais**. Na melhor das hipóteses, a população continuou ingerindo igual quantidade de alimentos, mas diminuiu ou suspendeu o consumo dos demais bens.



4

FATORES DE PRODUÇÃO

AGROTÓXICOS

A indústria de agrotóxicos faturou cerca do equivalente a US$ 900 milhões, em 1988, ou seja, 8% a mais do que no ano anterior. Segundo os fabricantes, o resultado das vendas ficou aquém das estimativas (entre US$ 950 milhões e US$ 1 bilhão), devido ao atraso no plantio de diversas culturas, no **Centro-Sul**, tendo em vista a estiagem prolongada.

As vendas mantiveram sua tendência de decréscimo, em termos de quantidade, como resultado de modificações no **mix** de produtos. Os novos agrotóxicos possibilitam emprego de menor quantidade por área plantada. São mais eficientes, portanto, mas continuam perigosos para o homem e agridem o meio ambiente.

As aplicações tradicionalmente são realizadas de modo indisciplinado. Recente pesquisa de técnicos da **Emater-MG** e **Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho)**, constatou que quase metade dos 398 horticultores examinados, em cinco municípios mineiros (Barbacena, Pará de Minas, Mateus Leme, São José da Varginha e Onça do Pitangui), estavam intoxicados por inseticidas organofosforados, que geralmente atacam o sistema nervoso e podem causar a morte. Apenas 10% dos horticultores usavam máscaras por ocasião das aplicações, cerca de 3% calçavam luvas e somente 1% utilizavam óculos protetores. Depois de manusear os venenos, 31% lavavam as mãos, enquanto só 19% tomavam banho. É através da pele que se dá a maioria das intoxicações (cerca de 80%). Nas demais regiões do estado, como na maior parte do país, a situação não deve ser muito diferente.

No Paraná, o **Centro de Informações Toxicológicas**, da **Secretaria da Saúde**, revelou que o maior índice de mortes provocadas por intoxicações no estado deve-se ao mau uso dos produtos agrotóxicos.

De qualquer forma, o mercado de agrotóxicos, conforme se viu, continuou ativo. Os preços evoluíram a taxas relativamente elevadas, embora inferiores à inflação anual, em média. O Quadro 10 discrimina a expansão percentual dos preços, em 1988, dos mais importantes agrotóxicos nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

QUADRO 10 – SÃO PAULO, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS MÉDIOS DOS PRINCIPAIS AGROTÓXICOS PAGOS PELOS AGRICULTORES – JANEIRO A DEZEMBRO DE 1988

AGROTÓXICO	SÃO PAULO	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL
Inseticidas			
Decis 2,5 CI	809	911	...
Dipterex 50%	936	1.044	1.374
Folidol 60%	...	876	1.065
Furadan 350	1.212	721	768
Lorsban 4 E	846	888	885
Isca Formicida	1.145	838	1.022
Nuvacron 400	767	883	1.015
Paration 60%	848	866	991
Perfection 50%	765	790	706
Sevin/Carvin 85%	707	657	...
Herbicidas			
Bi-hedonal	1.000	762	662
Karmex/Diuron 80%	718	785	...
Lexone 70	1.008	954	848
Primextra 500	664	803	944
Propanil/Stan 36%	957	896	...
Treflan 44,5%	1.026	1.091	1.040
Fungicidas			
Benlate 50%	898	1.164	1.077
Difolatan 4 F	751	702	613
Kasumin	1.293	2.270	1.047
Manzate 80%	709	859	884
Rodiauran 70	1.179	1.242	1.210

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

QUADRO 11 – BRASIL – FERTILIZANTES ENTREGUES AO CONSUMIDOR FINAL JANEIRO A NOVEMBRO – 1987-88 – (em t de nutrientes)

DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	VARIAÇÃO (%)
Nitrogênio (N)	807.254	737.851	–8,6
Fósforo (P_2O_5)	1.419.835	1.422.863	0,2
Potássio (K_2O)	1.215.906	1.313.585	8,0
Total	**3.442.995**	**3.474.299**	**0,9**

FONTE – Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo.

QUADRO 12 – BRASIL – IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES E SUAS MATÉRIAS-PRIMAS – JANEIRO A DEZEMBRO – 1987-88 – (em t de nutrientes)

DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	VARIAÇÃO (%)
Fertilizantes	**1.889.759**	**1.587.980**	**–16,0**
Nitrogênio (N)	217.778	171.776	–21,1
Fósforo (P_2O_5)	180.103	103.656	–42,4
Potássio (K_2O)	1.501.878	1.312.548	–12,6
Matérias-primas	**354.049**	**307.410**	**–13,2**
Nitrogenadas (N)	28.972	15.609	–46,1
Fosfatadas (P_2O_5)	325.077	291.801	–10,2

FONTE – Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo.

QUADRO 13 – SÃO PAULO, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PREÇO MÉDIO PAGO PELOS AGRICULTORES, SEGUNDO TIPOS SELECIONADOS DE FERTILIZANTES – JANEIRO A DEZEMBRO DE 1988

FERTILIZANTE	SÃO PAULO	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL
Cloreto de Potássio	736*	893	916
Sulfato de Amônio	909	940	...
Superfosfato de Cálcio Simples	895	961	856
Superfosfato de Cálcio Triplo	945	989	824
Uréia	1.050	937	929

FONTE – FGV/Ibre/Cea.
*** Janeiro a novembro.**

As vendas de fertilizantes, em 1988, ficaram aquém das expectativas. Entre janeiro e novembro, foram comercializadas 3,5 milhões de t (em nutrientes **NPK**), apenas mais 1% do que o total do ano anterior. As entregas de fertilizantes potássicos ampliaram-se 8% e as dos nitrogenados, ao contrário, caíram 6%. As dos fosfatados estagnaram em 1,4 milhão de t (ver Quadro 11).

Em setembro, a **Anda** havia estimado 5% de crescimento nas vendas para o ano de 1988, ao lado de outras previsões ainda mais otimistas, de até 10%. Porém, as chuvas não vieram na época apropriada e os agricultores adquiriram menos adubos químicos do que se poderia esperar para o plantio da safra de verão. Por ocasião do replantio, as compras também não se aproximaram dos números projetados. Não obstante a quase estabilidade do mercado, o consumo efetivo cresceu, pois os estoques, nos estabelecimentos rurais, reduziram-se ao longo do ano.

Quanto à produção, no acumulado de janeiro a novembro, acusou decréscimo de quase 4%. Foram fabricados –5% de nitrogenados, sendo –29% de nitrocálcio, +20% de sulfato de amônio e –6% de uréia. A produção total de fosfatados estabilizou-se (a de superfosfato triplo cresceu 14%). A de potássio, que teve início em 1987, em Taquari-Vassouras **(SE)**, passou de 32 mil t para 48 mil t (+29%).

No caso das matérias-primas, a produção de amônia caiu 2%. Igual percentual de queda registrou-se na fabricação de rocha fosfática, ao passo que a quantidade produzida de ácido fosfórico subiu 16%.

A produção interna de fertilizantes e suas matérias-primas está perto dos limites de sua capacidade de substituir importações, apesar dos mais recentes investimentos. A **Anda** está prevendo aplicações de US$ 1,2 bilhão até 1993, insuficientes, todavia, para conter as futuras importações de fertilizantes potássicos e de ácido fosfórico, dentre outros insumos de menor importância relativa.

Em 1988, as importações declinaram graças aos estoques existentes no país. As de nitrogenados (cerca de 76% foram de sulfato de amônio) diminuíram 21%, de fosfatados, 42%

e de potássicos, 13%. As aquisições de matérias-primas igualmente se reduziram (ver Quadro 12).

Quanto aos preços dos fertilizantes pagos pelos agricultores, espelharam os custos de fabricação ou importação, associados aos gastos de estocagem e transporte interno. Nos principais estados consumidores, as altas, de modo geral, foram inferiores à evolução do **IGP** (ver Quadro 13).

QUADRO 14 – BRASIL – PRODUÇÃO E VENDA DE TRATORES E CULTIVADORES – 1987/88 – (em unidade)

DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	VARIAÇÃO (%)
PRODUÇÃO			
Tratores de rodas	47.758	39.958	-16
Tratores de esteiras	2.677	2.818	5
Cultivadores motorizados	4.313	2.026	-53
VENDAS PARA O MERCADO INTERNO			
Tratores de rodas	39.802	30.613	-23
Tratores de esteiras	2.010	1.452	-28
Cultivadores motorizados	3.593	1.859	-48
VENDAS PARA O MERCADO EXTERNO			
Tratores de rodas	6.658	9.300	40
Tratores de esteiras	599	946	58
Cultivadores motorizados	641	357	-44

FONTE – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea.

TRATORES AGRÍCOLAS

A indústria de tratores registrou, em 1988, um dos piores resultados dos anos 80. A produção de tratores de rodas diminuiu 16% e as vendas para o mercado interno foram 23% menores (ver Quadro 14). Os números superaram apenas os de 1982-83.

A comercialização interna das referidas máquinas totalizou 30.613 unidades, surpreendendo os fabricantes, que haviam dimensionado recursos para atender um mercado de 40 mil unidades. Previam uma nova safra recorde. Ao longo do ano, no entanto, a produção foi se ajustando às vendas (incluindo as exportações).

A venda de tratores está condicionada aos financiamentos rurais, às taxas de juros, à política agrícola e aos preços das máquinas, em comparação com os preços recebidos pelos agricultores. O fato é que ocorreram atrasos na liberação dos créditos, especialmente no primeiro semestre (o montante também não satisfez). As taxas de juros atingiram patamares altíssimos e os preços dos tratores (subiram entre 1.100% e 1.200%, no ano) superaram, mais uma vez, a capacidade aquisitiva da maioria dos produtores rurais. Quanto à política agrícola, continuou imprevisível. A tudo isso, somaram-se as irregularidades climáticas no **Centro-Sul** do país.

Os pequenos e médios agricultores foram bastante afetados, o que ocasionou acentuada redução das vendas de tratores de menor potência. Foram comercializadas apenas 2.463 unidades de até 49 **CV** (-32%) e 21.109 unidades de 50 a 99 **CV** (-28%), mas as entregas de tratores de grande potência (entre 100 e 199 **CV**) subiram 6,5%. São máquinas próprias para o trabalho em grandes propriedades e largamente utilizadas na cultura de cereais e de soja, em especial.

Quanto ao mercado externo, a ascensão iniciada em 1986 prosseguiu e os embarques atingiram 9.300 unidades de rodas (40%) e 946 unidades de esteiras (58%). Caíram as vendas de cultivadores motorizados (-44%). Do total das máquinas exportadas, 46% saíram da **Massey Perkins**, que é a maior fabricante do país.

O número de tratores em uso na agricultura é de aproximadamente 650 mil unidades. Nos últimos tempos, como as vendas não foram suficientes para repor as máquinas desgastadas, sua idade média está bem acima dos dez anos. Trata-se de frota envelhecida e mal tratada, pois são poucos os operadores qualificados e há sérias deficiências nos serviços de manutenção e/ou reforma.



5

ANÁLISES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

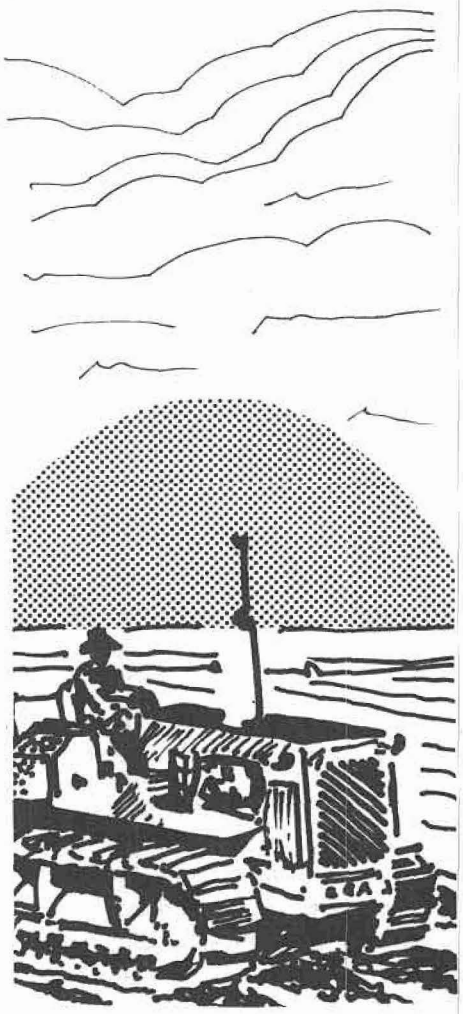
LAVOURAS

ALGODÃO – Maiores produção e importações, somadas à queda do consumo interno, acarretaram aumento do estoque final.

Na safra 1987/88, a área total plantada (2,6 milhões de ha) cresceu 29%, totalizando 1,8 milhão de ha com o algodão herbáceo e 734 mil ha com algodão arbóreo (ver Quadros 15 e 16). Esse incremento deveu-se à expectativa dos agricultores quanto à obtenção de bons preços, face à remuneração satisfatória conseguida no segundo semestre de 1987 e ao cenário favorável, que envolvia o consumo industrial, o preço mínimo e a política de exportação. A lavoura apresentou bom desenvolvimento com aumento de 49%, alcançando 2,5 milhões de t. Poderia ter sido melhor, não tivesse o excesso de chuvas coincidido com a colheita nos principais estados produtores (São Paulo e Paraná), bem assim a estiagem ocorrida na Bahia e na região norte de Minas Gerais. No Nordeste, a utilização de melhores sementes, o combate mais eficiente ao **bicudo** e o plantio em algumas áreas com irrigação propiciaram aumento na produtividade física e na produção.

A comercialização do algodão em caroço foi favorável ao produtor, em 1988, devido ao baixo estoque de algodão em pluma existente no início de março (ver Quadro 17) e o bom resultado da safra anterior, que permitiram sua aquisição a preços elevados por parte das cooperativas, as quais fizeram grandes compras, principalmente em São Paulo e no Paraná. Os beneficiadores, contudo, reduziam substancialmente suas aquisições, limitando-se a prestar seus serviços, alegando falta de liquidez e por considerarem arriscada a compra do algodão ao preço então vigente.

Em meados de maio, cerca de 70% dos produtores já haviam comercializado sua produção e, ao contrário do que ocorrera na safra anterior, quando os preços apresentaram forte elevação no segundo semestre, na atual safra beneficia-



QUADRO 15 – BRASIL – PRODUÇÃO DE ALGODÃO ARBÓREO – 1986/87 E 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1986/87	1987/88	Δ %	1986/87	1987/88	Δ %	1986/87	1987/88	Δ %
Ceará	272.791	285.748	4,75	23.860	41.161	72,51	87	144	65,52
Piauí	159.913	163.612	2,31	16.585	13.725	– 17,24	104	84	– 19,23
Paraíba	107.504	105.193	– 2,15	8.782	19.345	120,28	82	184	124,39
Rio Grande do Norte	73.648	102.982	39,83	3.015	14.232	372,04	41	138	236,59
Outros	82.209	76.894	– 6,91	8.257	10.890	31,89	100	141	41,00
TOTAL	696.065	734.429	5,51	60.499	99.353	64,22	87	135	55,17

FONTE – IBGE.

QUADRO 16 – BRASIL – PRODUÇÃO DE ALGODÃO HERBÁCEO – 1986/87 E 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1986/87	1987/88	Δ %	1986/87	1987/88	Δ %	1986/87	1987/88	Δ %
Paraná	386.000	470.000	21,76	711.880	874.200	22,80	1.844	1.860	0,87
São Paulo	325.300	353.000	8,52	567.131	714.119	25,92	1.743	2.023	16,06
Bahia	177.348	330.262	86,22	91.663	324.071	235,55	517	981	89,75
Ceará	34.030	172.126	405,81	6.364	90.646	1.324,36	187	527	181,82
Minas Gerais	131.436	162.549	23,67	59.923	135.207	125,63	456	832	82,46
Mato Grosso do Sul	50.300	50.058	– 0,48	67.974	73.478	8,10	1.351	1.468	8,66
Rio Grande do Norte	6.261	47.184	653,62	1.864	19.641	953,70	298	416	39,60
Goiás	25.332	45.750	80,60	58.000	84.400	45,52	2.290	1.845	– 19,43
Outros	140.953	190.099	35,21	47.195	90.601	91,97	3.357	4.766	41,97
TOTAL	1.276.600	1.821.028	42,65	1.611.994	2.406.363	49,28	1.263	1.321	4,59

FONTE – IBGE.

ram-se os produtores que venderam prontamente (ver Quadro 18).

A comercialização do algodão em pluma transcorreu morosamente durante o primeiro semestre, com preços pouco atraentes e tendências de queda. Havia, no entanto, expectativa favorável quanto à venda futura por parte dos detentores de estoques, devido à menor reserva de passagem em 1º/03/88 (totalizava 184 mil t), à qualidade inferior do algodão colhido em São Paulo (deixava antever forte disputa pelos melhores tipos) e à aprovação, em 04/05/88, das regras de comercialização, permitindo o retorno do país ao mercado externo, sem restrições quantitativas e qualitativas[1]. Entretanto, a difícil situação da economia brasileira, que inibia a comercialização interna dos manufaturados têxteis e as altas taxas de juros, que levavam as indústrias a adquirirem apenas o suficiente para o atendimento de suas necessidades imediatas, pressionaram para baixo o preço (ver Quadro 19). Paralelamente, as cotações no mercado internacional seguiam tendência baixista, pressionadas pelo incremento na oferta dos principais países produtores, notadamente pela grande produção norte-americana.

No início de julho, as expectativas para a comercialização eram grandes, pois deveria iniciar-se o pagamento das parcelas do EGF. Todavia, como as indústrias mantinham-se comprando da **mão para a boca** (pressionadas pelas altas taxas de juros e pela inflação), a disponibilidade de algodão a preços baixos no mercado era grande. As aquisições de matéria-prima foram efetuadas com preços superiores ao de garantia do governo (Cz$ 408,60/15 kg, para o algodão em caroço equivalente **tipo 6, pluma, fibra 30/32**, reajustável de fevereiro a julho. Ficou difícil efetuar o resgate da parcela comprometida com EGF. Foi, então, aprovada pela CCF – **Comissão de Coordenação Financeira**, a prorrogação do EGF, na expectativa de **normalização** do mercado do algodão em pluma, com seus preços **deslocando** do preço de garantia (Cz$ 1.454,85/@ do algodão em pluma, **tipo 6, fibra 30/32**, reajustável de fevereiro a julho). Essa prorrogação, no entanto, gerou indefinição no mercado e a comercialização permaneceu estagnada. Até o final de julho, não foi adiado o prazo de pagamento do EGF. Esperava-se, com isso, **enxugar** o mercado, mediante incremento das aquisições governamentais e possível valoriza-

QUADRO 17 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA – 1986-88 – (em mil t)

ESPECIFICAÇÃO	1986	1987	1988
Estoque Inicial[1]	345	444	182
Governo	105	145	55
Setor Privado	240	299	127
Produção	790	634	862
Centro-Sul	646	550	685
Norte-Nordeste	144	84	177
Importação	80	30	80
Oferta Total	1.215	1.108	1.124
Consumo	735	750	720[1]
Exportação	36	174	40
Estoque Final	444	184	364

FONTE – CFP.

[1] **Média entre 670 mil t e 774 mil t.**

1 Até então, só era permitido vender livremente no mercado externo o algodão de tipo inferior, isto é, que não fosse utilizável pelas indústrias brasileiras.

QUADRO 18 – ALGODÃO EM CAROÇO – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES EM SÃO PAULO E NO PARANÁ – 1987 E 1988 – (Cz$/kg)

MÊS	SÃO PAULO		PARANÁ	
1987	Nominal	Real[1]	Nominal	Real[1]
Jan	4,77	249,80	5,05	264,46
Fev	5,82	267,13	5,04	231,33
Mar	6,95	277,37	5,61	223,89
Abr	7,45	247,56	6,96	231,28
Mai	8,63	224,81	7,84	204,23
Jun	10,42	215,58	9,42	194,89
Jul	11,75	222,42	10,79	204,25
Ago	15,91	288,13	14,17	256,61
Set	22,44	376,31	18,75	314,43
Out	25,68	387,25	24,69	372,32
Nov	33,03	435,33	26,61	350,71
Dez	32,93	374,41	27,45	312,10
1988				
Jan	38,33	365,66	28,49	271,79
Fev	42,71	346,37	35,46	287,58
Mar	47,07	322,90	46,42	318,44
Abr	47,90	273,03	49,96	284,77
Mai	50,87	242,64	51,89	247,51
Jun	56,98	225,07	57,36	226,57
Jul	65,87	214,07	67,71	220,05
Ago	78,91	208,32	78,47	207,16
Set	93,94	197,27	89,57	188,09
Out	136,22	223,40	104,09	170,70
Nov	193,20	247,29	139,12	178,07
Dez	233,23	233,23	168,32	168,32

FONTE – FGV/Ibre/Cea.
[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1988.

ção do produto, mas os preços só aumentaram a partir de setembro. A despeito de toda a rigidez no comércio do algodão em pluma durante o ano, a CFP adquiriu, até 31/12/88, apenas 12.727 t, quantidade relativamente baixa, diante das expectativas existentes na época.

A maior produção de algodão em pluma em 1987/88, somada ao aumento na importação, em decorrência dos baixos preços no mercado internacional, aumentaram o total disponível do produto. Como houve redução nas exportações e no consumo interno, o estoque final voltou a crescer (ver Quadro 17).

Para a safra 1988/89, o IBGE estima redução de 14% na área plantada com algodão herbáceo no Centro-Sul, em decorrência dos baixos preços alcançados na ocasião de seu plantio (o mesmo acontecia no mercado externo) e das vantagens apresentadas por produtos concorrentes com o algodão. Os estados que mais reduziriam o plantio seriam São Paulo, Paraná, Goiás e Minas Gerais.



QUADRO 19 – ALGODÃO EM PLUMA PREÇOS[1] NO ATACADO DE SÃO PAULO DO ALGODÃO DO CENTRO-SUL E DO NORDESTE 1986-88 – (Cz$/15 kg)

MÊS	PREÇO NO ATACADO DE SÃO PAULO	
	Centro-Sul[2]	Nordeste[3]
1986		
Jan	13.789,02	14.591,70
Fev	14.070,65	15.045,85
Mar	13.334,75	14.258,96
Abr	13.253,20	14.342,14
Mai	12.244,37	14.296,12
Jun	12.214,04	14.221,98
Jul	12.709,39	14.133,17
Ago	13.236,30	13.946,56
Set	13.928,27	15.188,76
Out	14.073,34	15.199,07
Nov	14.720,26	17.511,82
Dez	14.496,94	16.920,71
1987		
Jan	13.000,69	16.143,71
Fev	11.535,85	13.234,93
Mar	10.925,17	11.197,32
Abr	10.491,39	9.325,97
Mai	11.421,48	8.760,12
Jun	11.613,88	10.646,07
Jul	12.039,71	11.547,05
Ago	17.825,79	15.665,80
Set	19.933,83	17.646,35
Out	17.170,07	19.559,31
Nov	15.796,74	17.620,43
Dez	14.446,16	15.952,82
1988		
Jan	15.068,43	15.665,65
Fev	12.887,43	15.180,28
Mar	12.311,98	13.298,07
Abr	11.121,08	12.099,75
Mai	11.264,65	12.469,46
Jun	10.597,05	11.398,00
Jul	10.835,52	10.113,25
Ago	10.126,55	11.468,94
Set	12.606,59	13.181,99
Out	12.751,00	13.390,60
Nov	16.268,80	16.934,80
Dez	20.910,00	19.148,95

FONTE – CFP e BMSP.
[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1988;
[2] fibra 28/30;
[3] fibra 30/32.

AMENDOIM – As expectativas favoráveis, a partir de meados do ano, foram frustradas pela estiagem e pela maior atração da soja.

As duas safras de 1988[1] apresentaram melhor rendimento físico médio do que as de 1987 (ver Quadros 20 e 21), o que não acarretou incremento na produção, pois a área colhida foi menor, também nas duas safras.

Em **São Paulo**, maior estado produtor, há dificuldades na manutenção da área plantada, em razão dos preços mínimos terem sido considerados baixos e da **fraqueza** do mercado. Há algum tempo, a tendência dos agricultores é para manter tão-somente lavouras associadas à da cana-de-açúcar.

Aliás, conforme já comentado em **Agroanalysis**, volume 11, número 11, novembro de 1987, os preços mínimos, nos anos oitenta, têm ficado, o mais das vezes, abaixo dos preços de mercado. Quando isto não ocorreu, (1982/83 e 1984/85) houve compras governamentais **razoáveis**. Cabe registrar, também, que as autoridades governamentais têm **preferido** apoiar o setor industrial ligado a esta lavoura, como costuma acontecer com alguns produtos agrícolas destinados à industrialização. Com efeito, no qüinqüênio 1982-86, os produtores de amendoim receberam 4,42% do total dos **Empréstimos do Governo Federal** e as cooperativas ficaram com 24,06%, enquanto couberam às indústrias os restantes 71,52%.

Tradicionalmente, tem-se dado prioridade às exportações de derivados, pouco se incentivando o plantio, excetuando-se as iniciativas levadas a efeito em **São Paulo**, pela **Cacex** e entidades ligadas à atividade, visando à difusão do plantio em rotação com a cana-de-açúcar.

A falta de estímulo à atividade foi detectada logo no início do ano pela **CFP**. Houve retenção do produto pelos agricultores e cooperativas durante o pico da colheita da primeira safra e as cotações subiram. Contudo, esperavam-se menores ganhos, caso se concentrassem as vendas a seguir.

No nível do produtor, entre novembro de 1987 e fevereiro de 1988, os preços subiram apenas 10,1% e, no atacado paulista, 27,3%. No mesmo período, a alta do **IGP-DI** foi de mais de 60%.

De acordo com a **CFP**, o custo da semente comum evoluiu 57,1% e o da classificada, 56,4%, na mesma época, constituindo sério ônus para o plantio da safra da **seca**.

No mercado internacional, a recuperação dos preços do óleo, no último trimestre de 1987, prosseguiu (houve uma interrupção na alta dos preços de novembro) no mês de janeiro de 1988, chegando aos US$ 540/t. Em fins de fevereiro e início de março, estavam em US$ 500/t. No mercado brasileiro, praticamente não se consome mais este óleo, paulatinamente ultrapassado pelo de soja.

A forte dependência da cultura em relação ao mercado interno, porém, cria diversos problemas. Afinal, a exportação não é fácil, em razão de experiências anteriores de contamina-



1 Na safra das **águas**, a primeira, planta-se de setembro até novembro/dezembro. Na safra da **seca** planta-se de junho a março em **São Paulo** e, em abril/maio, na **Bahia**.

QUADRO 20 – PRODUÇÃO DE AMENDOIM DA SAFRA DAS ÁGUAS 1986/87 E 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
São Paulo	91.211	58.323	130.432	111.890	1.430	1.918
Paraná	7.447	3.384	11.303	5.510	1.518	1.628
Rio Grande do Sul	5.463	5.261	5.664	5.577	1.037	1.060
Mato Grosso do Sul	2.415	167	3.072	268	1.272	1.605
Minas Gerais	1.468	1.381	1.432	1.358	975	983
Ceará	736	923	479	954	651	1.034
Outros	1.228	2.207	1.305	3.723	1.063	1.687
BRASIL	109.968	71.646	153.687	129.280	1.398	1.804

FONTE – IBGE.

QUADRO 21– PRODUÇÃO DE AMENDOIM DA SAFRA DA SECA 1986/87 E 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
São Paulo	25.508	22.514	34.372	33.294	1.347	1.479
Bahia	2.878	2.927	3.664	3.396	1.273	1.160
Sergipe	1.357	1.294	1.251	1.479	922	1.143
Paraíba	1.169	1.399	714	1.145	611	818
Mato Grosso	251	122	326	150	1.299	1.230
Mato Grosso do Sul	276	180	264	135	957	750
Outros	968	1.744	941	1.581	972	907
BRASIL	32.407	30.180	41.532	41.180	1.282	1.364

FONTE – IBGE.

ção pela **aflatoxina.** Assim, o farelo de amendoim tem de ser colocado internamente e, apesar de obter preço por vezes melhor do que no mercado externo, sujeita-se às vicissitudes da economia brasileira.

Mesmo com dúvidas quanto à remuneração da atividade, internamente, parecia haver, em meados do ano, boas perspectivas para a cultura, pois a então bastante propalada quebra da safra norte-americana vinha elevando as cotações das oleaginosas, em **Chicago.** Conseqüentemente, também em **Roterdã,** em julho, o óleo de amendoim esteve valorizado, chegando a US$ 800/t.

Segundo a **CFP,** em maio, alcançou-se o equilíbrio, no nível do produtor, entre a paridade do óleo de amendoim e o preço mínimo para o amendoim em casca.

Em setembro, durante o plantio da safra das **águas** 1988/89, em **São Paulo,** registravam-se preços altos das sementes[2], mais uma vez, pois, na entressafra, pesa a influência do consumo **in natura** (em agosto, o preço do quilograma do amendoim vermelho na **Bolsa de Cereais de São Paulo,** chegou a Cz$ 220,00). A semente representa 23% do custo operacional de produção das lavouras paulistas. São empregados 125 kg/ha.

A redução do acesso ao financiamento de custeio também prejudicou o plantio. Em 1987/88, o percentual de adiantamento foi de 100%, generalizado. Em 1988/89, baixou para 50% para os grandes produtores, 60% para os médios e 90% para os pequenos.

2 Registre-se que, em agosto, o **Instituto Agronômico do Paraná** lançou sua primeira variedade de semente de amendoim, a **Iapar-CS.**

O preço mínimo de Cz$ 1.102,75 (agosto) foi considerado inferior aos custos de produção e bem abaixo do preço pago pelo mercado (cerca de Cz$ 1.800,00).

Na mesma época em que se plantava, no **Brasil,** verificava-se queda nas cotações em **Roterdã,** que passaram a US$ 715/t e, posteriormente, a US$ 650/t.

Outro fator negativo a influenciar o plantio no principal estado produtor, **São Paulo,** foi a falta de chuvas, que retardou os trabalhos no campo. Iniciada em agosto, a estiagem cedeu um pouco em fins de outubro. A oferta de amendoim, então, era escassa, apesar de haver estoques com os beneficiadores. No nível do produtor, pagavam-se até Cz$ 3.500/25 kg e o produto chegava ao atacado por Cz$ 350/kg, praticamente inviabilizando as vendas ao consumidor final.

Passou-se a contar com a repeti-

QUADRO 22– AMENDOIM – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM ESTADOS SELECIONADOS JANEIRO A NOVEMBRO DE 1988 – (Cz$/kg)

ESTADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
São Paulo	16,47	19,93	21,56	24,11	26,93	44,87	70,90	76,83	101,09	116,22	142,00
Paraná	8,06	10,18	13,97	19,08	23,48	30,15	35,71	53,10	59,36	59,75	72,41
Rio Grande do Sul	11,26	12,67	77,63	21,97	26,70	35,23	48,08	65,56	82,25	106,39	121,26
Bahia	14,22	15,13	21,35	31,31	40,14	56,87	51,65	63,07	55,92	56,30	58,50
Mato Grosso do Sul	13,77	15,62	15,38	16,60	19,86	22,60	30,98	37,33	49,00	70,00	85,00

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

ção da área plantada do ano anterior (58,3 mil ha) em **São Paulo**, mas havia grande preocupação com a seca e a recomendação de só se plantar após haver suficiente umidade, para não desperdiçar as sementes. Aliás, em Herculândia (**Dira** de Marília), *começou-se a usar uma secadora*, para prevenir a **aflatoxina**. Na região de Ribeirão Preto, a associação com a cana-de-açúcar sugeria a manutenção da área plantada. Ali, colhe-se mecanicamente e se buscam maiores cuidados na armazenagem.

Em novembro, a semeadura continuava bastante atrasada, mas não podiam, ainda, ser estimadas perdas nas lavouras. Naquele mês, o óleo de amendoim teve maior queda de preços em **Roterdã**, chegando aos US$ 545/t. Internamente, porém, o preço do grão era considerado remunerador, pelo **Instituto de Economia Agrícola**, situando-se em Cz$ 2.900,00/25 kg. De acordo com o **IEA**, de janeiro a outubro, os preços do amendoim subiram 605% enquanto a taxa de inflação pouco ultrapassava os 530%. Para o **Instituto**, podia-se esperar expansão de 20% na área plantada, no país, em 1988/89. No entanto, a soja poderia vir a ganhar áreas do amendoim também na rotação com a cana-de-açúcar e, mesmo os bons preços não estavam acompanhando os custos de produção da lavoura, segundo a **CFP**.

QUADRO 23 – ÁREA CULTIVADA DE AMENDOIM NO CENTRO-SUL SAFRA 1988/89 – (ha)

ESTADO	ÁREA (ha)
São Paulo	53.619
Rio Grande do Sul	5.021
Paraná	2.700
Minas Gerais	1.280
Mato Grosso do Sul	160
TOTAL	62.780

FONTE – Prognóstico da Produção Agrícola – IBGE.

O **Prognóstico da Produção Agrícola para o Centro-Sul e Rondônia**, do **IBGE**, referente à situação de novembro, considerou, porém, que a área plantada na região decrescerá 8,4%, em relação à de um ano antes (ver Quadro 23).

No início de dezembro, nas principais regiões produtoras de **São Paulo**, havia alguma satisfação quanto às perspectivas da safra, pois diante da redução do plantio, as áreas que o mantiveram poderiam beneficiar-se, caso os preços continuem favoráveis, em 1989. Na **Bolsa de Cereais de São Paulo** pagavam-se, então, até Cz$ 7,5 mil pela saca de 25 kg do amendoim especial com casca e, na **Ceagesp**, a cotação alcançava os Cz$ 9 mil.

ARROZ – Houve comercialização surpreendentemente normal, diante da oferta abundante, sem que o consumidor final fosse beneficiado.

O subsetor se beneficiou de comercialização surpreendentemente normal, dadas as condições da oferta abundante durante todo o ano[1], mas o consumidor pouco ganhou. Ao contrário, foi prejudicado, ao longo do ano, pelo comportamento constantemente altista do mercado, com preços oscilando em patamares valorizados, em termos reais. Cabe salientar que esta evolução do mercado refletiu, sobretudo, a nova política de preços agrícolas do governo, que norteou o comércio da safra 1987/88, garantindo **generoso** intervalo de flutuação de preços, sem que as empresas estatais interviessem diretamente. Tal política de há muito se fizera necessária e a adoção de critérios disciplinadores para que o Estado atuasse no comércio já estava prevista desde a elaboração do **Plano de Metas**, em 1986.

Há consenso entre produtores agrícolas, indústrias e partes do comércio, quanto ao êxito e às vantagens, em termos de remuneração, das novas regras. Para o consumidor, no entanto, o efeito resultante desta política comercial foi desastroso, diante da incompatibilidade entre a sistemática de reajustes dos preços do produto nos diversos níveis da comercialização (desde o preço mínimo, corrigido pela **OTN** mensal, até os preços de intervenção, corrigidos diariamente pela OTN fiscal) e os mecanismos de reajuste da política salarial, deficientemente compensadores da erosão inflacionária.

No começo do ano, o suprimento *já se delineava superavitário*. Havia forte perspectiva de que a colheita seria realmente farta e, além disso, iria conjugar-se às avantajadas dimensões dos estoques remanescentes da safra 1986/87.

Iniciou-se o ano com cerca de 3,5 milhões de t em estoque, em sua quase totalidade administrado pela **CFP**. Tal proporção ultrapassava consideravelmente a quantidade que se considera suficiente manter como estoque regulador (no máximo, o equivalente a cerca de 1,5 mês de consumo) e, além disso, sabia-se, de antemão, que estes excedentes não seriam facilmente escoados, por serem compostos basicamente de arroz proveniente dos estados centrais. Em janeiro, as incertezas quanto à comercialização mantinham o mercado calmo, com poucos negócios. A estagnação do mercado, *aliás, já era* prolongada, pois, desde novembro de 1987, os preços da variedade **agulhinha**, no atacado, mantinham-se razoavelmente estabilizados. Era evidente a pressão baixista dos estoques sobre o mercado e, nos leilões oficiais, os maquinistas se retraíam, ante a possibilidade de adquirir produto novo por preços equivalentes aos preços de abertura nestes leilões (que o governo vinha reajustando sistematicamente, com o objetivo de os equiparar aos preços mínimos que iriam começar a vigorar). Para agra-

1 Abundância que, de fato, era apenas aparente. Com os excedentes afastados do mercado pelas normas de intervenção, estes não chegaram a exercer, realmente, pressão de baixa sobre os preços.

var a situação, no final de janeiro, expirava o prazo de liquidação dos últimos contratos de EGF da safra gaúcha 1986/87, penhores que o **Banco do Brasil**, na época, estimara totalizarem cerca de 520 mil t de arroz em casca. Desta vez, o governo posicionou-se no sentido de não mais prorrogar o prazo de remissão dos EGF, ao contrário da **Resolução** pouco anterior do **Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial**, que estabelecera um aumento no prazo de amortização dos EGF vencidos em novembro, atendendo à reivindicação de produtores e beneficiadores gaúchos.

As preocupações se voltaram, então, para a remoção dos excedentes que, às vésperas da colheita da nova safra, ainda ocupavam os armazéns de propriedades e cooperativas nas principais zonas produtoras do **Rio Grande do Sul**. A **Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul** e o **Sindicato das Indústrias de Arroz do Rio Grande do Sul** encaminharam documento ao governo, solicitando que fossem urgentemente liberados recursos para a conversão dos empréstimos de estocagem para **AGF**, e sua posterior remoção para centros armazenadores. Esses recursos foram liberados somente em meados de fevereiro, sendo que o saldo das operações não chegou a totalizar a quantidade inicialmente estimada pelas lideranças da orizicultura. Na ocasião, apenas 280 mil t de arroz **agulhinha** passaram para os estoques reguladores do governo.

Além do **enxugamento** do mercado propiciado pelo bloqueio dos excedentes que haviam sido recentemente convertidos em **AGF**, à esta época, a **CFP** encerrava seu cronograma de leilões, como medida adicional de proteção à comercialização. Entretanto, ao mesmo tempo em que se temia o início das vendas a preços baixos, pairava no mercado um certo otimismo relacionado às regras de comercialização definidas pelo governo no final do ano anterior e que iriam, finalmente, ser postas em prática. O **Decreto nº 95.457**, de 10/12/87, havia determinado a criação da faixa de **livre mercado**, limitada por dois preços-referência, o **preço-piso** (que seria o próprio preço mínimo) e o **preço-teto** (para o arroz, a média dos preços reais dos últimos sessenta meses no nível do atacado, acrescida de uma margem de 12%). Dentro deste espaço de **flutuação** de preços, o governo não poderia acionar seus mecanismos de intervenção no mercado (ver **Agroanalysis**, volume 12, nº 1, seção **Preceitos de Política Agrícola**).

As medidas foram muito bem recebidas pelos produtores. No **Rio Grande do Sul**, por ocasião do plantio, os preços mínimos anunciados repercutiram mal e geraram muitos protestos[2]. Além disso, as dificuldades para liberar os recursos de crédito oficial para custeio não permitiam o atendimento pleno da demanda, o que fez antever queda na produtividade da lavoura no estado. O **Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul** havia detectado, em plena época de plantio, uma acentuada retração nas vendas de fertilizantes, o que, de fato, poderia implicar futura queda no rendimento físico, normalmente elevado. Entretanto, a disponibilidade das verbas de custeio logo se normalizou e aquelas perspectivas rapidamente se desfizeram. Por fim, o **Rio Grande do Sul** colheu a maior safra de sua história, apoiada justamente no excelente resultado da produtividade física das lavouras, o que, entre outros fatores, reflete o elevado grau tecnológico alcançado. O **IBGE** situou a safra gaúcha em 3,9 milhões de t, apontando um crescimento de 9% em relação à do ano anterior. A produtividade física cresceu quase que proporcionalmente, atingindo o patamar recorde de 4.800 kg/ha. Ainda que de forma localizada, foram obtidos rendimentos notáveis, como em Pelotas e Agudo onde, segundo o **Irga**, registrou-se o excepcional rendimento agrícola de 116 sacas/ha (cerca de 5.800 kg/ha). Observa-se que, de 1986 a 1988, a produção gaúcha cresceu expressivamente (cerca de 29%) e vem consolidando, ano a ano, posição de destaque na produção brasileira, tanto em termos quantitativos, como qualitativos. Segundo levantamento do **Irga**, os cultivares **BR/Irga-409** e **BR/Irga-410** continuam predominantes (ocuparam na safra 1987/88, cerca de 48% e 36% da área cultivada, respectivamente, seguidos pela **Blue Belle**, que ocupou apenas 9%). São linhagens altamente produtivas, cuja qualidade de grão se assemelha à da tradicional variedade norte-americana, e possuem como esta alta aceitação comercial.

Em fevereiro, as expectativas relacionadas às dimensões da safra gaúcha mantinham o mercado calmo, à espera de novos acontecimentos. A decisão pouco anterior do governo, de liberar as exportações (inicialmente apenas a quota equivalente à que deveria ser **internalizada**, por força dos acordos comerciais mantidos com a **Argentina** e o **Uruguai**, o que corresponderia a cerca de 170 mil t de arroz beneficiado), havia provocado certa **euforia** no mercado. Os estoques mundiais de passagem estavam bastante reduzidos e, com isto, as cotações internacionais haviam subido consideravelmente (de acordo com a publicação **Safras e Mercado**, de janeiro de 1987 a janeiro de 1988, as cotações **fob-Bangkok** passaram de US$ 186/t a US$ 280/t). Além disso, já se sabia de antemão que a safra mundial deveria apresentar algum desfalque, em decorrência da longa estiagem que afetara diversos países asiáticos.[3] Estando

2 Segundo o **Irga**, havia muitas disparidades entre os custos de produção calculados pela **CFP** e os estimados por aquela instituição, destacando-se, entre outros, os referentes a operações com máquinas agrícolas, mão-de-obra, secagem e transporte externo.

3 Em janeiro de 1989, o **USDA** estimou a produção mundial de arroz beneficiado na safra 1987/88 em 309 milhões de t, o que representa queda de 3% em relação à do ano-safra anterior.

favorável o mercado externo, a princípio se pensou que as exportações de arroz **agulhinha** não necessitariam de subsídios governamentais, mas a gravosidade do produto dificultava a concretização dos negócios (o arroz gaúcho beneficiado estava cotado, na ocasião, a US$ 370/t, preço baseado nos custos de produção e nos reajustes do preço mínimo, enquanto os preços no mercado internacional alcançavam, no máximo, US$ 280/t).

Em março, quando, tradicionalmente, começa a se intensificar a comercialização, um importante fator condicionava o desempenho do mercado, de forma bifurcada: a disponibilidade de recursos para os empréstimos de estocagem **(EGF)** para aqueles produtores a quem a **liberação** do mercado deveria realmente favorecer, e a adequada alocação de verbas para as operações de **AGF** nos estados centrais, onde era muito provável que o preço mínimo mais uma vez se constituísse em preço máximo, o que mais tarde se confirmou (em **Goiás** e **Mato Grosso**, o total do produto comprado pelo governo, através das **AGF** correspondeu a 55% da safra dos dois estados, conforme apresentado no Quadro 24).

Justamente nesta época, o mercado reagiu fortemente, ajustando-se à política de correção mensal do preço mínimo (reajustado sistematicamente com base na variação mensal da **OTN**). Os preços do arroz **agulhinha** no atacado subiram expressivamente em relação ao mês de fevereiro (em média 43%, na praça de São Paulo, bem acima da taxa mensal de inflação, medida pelo **IGP-DI** que, no período, registrou 18%). A partir daí, sustentados basicamente pela política de não-intervenção e pelo fluxo adequado de recursos para os mecanismos usuais de proteção ao mercado **(EGF e AGF)**, os preços passaram a evoluir mais aceleradamente do que a taxa inflacionária, até o início do segundo semestre. A esta altura, as cotações já se haviam aproximado muito dos preços de intervenção e, em algumas ocasiões, até ultrapassado, sem que, no entanto, o mercado configurasse

QUADRO 24 – ARROZ – AQUISIÇÕES E EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL 1988 – (mil t)

ESTADO	AGF	EGF	TOTAL[1]	% DA SAFRA
RS	352.284	3.030.692	3.382.979	87,16
GO	654.826	268.170	922.996	59,49
MT	676.043	67.805	743.848	76,39
MA	109.887	9.269	119.156	9,21
TOTAL	2.231.725	3.651.114	5.882.839	49,82

FONTE – CFP.
[1] Posição até 20/12/88.

as condições normativas para que o governo detonasse a venda de seus estoques. Segundo as novas regras, os preços no atacado deveriam permanecer acima dos níveis de intervenção por quinze dias consecutivos, o que não havia sido verificado.

Apesar da perceptível queda da demanda, afetada pelo comportamento altista do mercado, em junho, o governo resolveu alterar a sistemática de atualizar os preços de intervenção, através da **Portaria MA nº 123**, que passou a estabelecer a correção diária destes valores, de acordo com os valores da **OTN** fiscal. Justificada pela necessidade de um ajustamento entre os critérios internos de intervenção e aqueles estabelecidos para internalizar o produto importado (ver **Agroanalysis**, vol. 12, número 8, agosto de 1988), a medida provocou muita polêmica, pois significou, na realidade, protelar de imediato a colocação dos estoques públicos no mercado, cujas vendas já estavam iminentes e certamente contribuiria para conter a alta dos preços.

Entretanto, o declínio na demanda por estoques pelo varejo, aliada à própria possibilidade de colocação dos excedentes governamentais à venda provocou, na ocasião, relativa estabilização no mercado de arroz **agulhinha**, enquanto, simultaneamente, observava-se reação nas cotações das variedades de **sequeiro**. Em julho, houve escassez aparente de produto em casca para beneficia-

QUADRO 25 – ARROZ AGULHINHA – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO RIO GRANDE DO SUL E NO ATACADO E VAREJO DE SÃO PAULO[1] – SAFRA 1987/88 (Cz$/kg)

MÊS	PRODUTOR (RS)	ATACADO (SP)	VAREJO (SP)
Jan	75,07	246,05	295,74
Fev	68,20	246,34	310,20
Mar	85,85	298,18	338,19
Abr	87,60	316,58	334,87
Mai	108,23	353,77	324,98
Jun	103,88	368,66	369,32
Jul	108,45	345,04	377,81
Ago	102,24	361,85	368,28
Set	106,34	360,85	329,44
Out	93,82	358,83	329,03
Nov	94,80	399,95	373,12
Dez	117,22	393,75	380,00

FONTE – FGV/Ibre/Cea e CFP.
[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1988.

mento, o que, conjugado à alta recente nos preços da variedade **agulhinha**, favoreceu um aumento na procura pelo arroz de **sequeiro** por parte dos maquinistas. As cotações se elevaram e superaram os preços de intervenção por quinze dias consecutivos, o que conduziu à liberação paulatina dos estoques reguladores.

As tentativas de intensificar o escoamento do arroz proveniente dos estados centrais prosseguiam e, em julho, o governo decidiu conceder subsídios para a exportação de até 350 mil t de arroz **agulhinha** em casca e 95 mil t de arroz **agulhinha** beneficiado, acreditando que esta medida estimularia o consumo de arroz de **sequeiro**. Foi estipulado, assim, um subsídio máximo de 20% no preço de venda do produto à iniciativa privada, que o considerou insuficiente para viabilizar a transação do produto no mercado internacional. O chamado **leilão de subsídios** fracassou e muito se questionou o real benefício das exportações.

No início do segundo semestre, o fim da correção mensal do preço mínimo coincidiu com o vencimento dos primeiros contratos de EGF da safra, o que contribuiu para promover um certo arrefecimento na tendência altista do mercado.

O insucesso nas tentativas de estimular as exportações, ainda que subsidiadas, e as dificuldades freqüentemente observadas na concretização das vendas de arroz de **sequeiro** nos leilões oficiais, levaram a CFP a reexaminar os regulamentos das operações de AGF, uma vez que os preços de abertura, muito elevados naqueles leilões, eram decorrentes dos altos custos de estocagem, ou seja, dos valores de remissão do penhor mercantil junto ao **Banco do Brasil**. Para evitar mais prejuízos com o carregamento de estoques, cujo custo não diferencia tipo ou qualidade, sendo calculado pela média, o governo baixou portaria, em agosto, alterando, mais uma vez, as regras para venda dos estoques. A partir daquela ocasião, o produto pertencente a safras antigas, sob risco de perda do valor comercial ou deterioração, poderia ser vendido independentemente do comportamento do mercado em relação aos preços de intervenção.

Entretanto, apesar da incorporação de **deságios** na venda de safras anteriores a 1986/87, os compradores paulistas continuaram a demonstrar pouco interesse nos leilões, alegando que os preços de abertura permaneciam altos e o arroz ofertado apresentaria baixo rendimento na industrialização, além de seu próprio aspecto, que foi considerado ruim.

Nos meses de setembro e outubro, o mercado se apresentou tranqüilo, apenas acompanhando o comportamento da taxa de inflação. Contribuia para a manutenção deste quadro a decisão do governo de exigir a pronta regularização dos contratos de EGF já vencidos, evitando, assim, as indesejáveis prorrogações. As vendas subsidiadas de arroz de **sequeiro** pertencentes a safras antigas prosseguiam e, ao contrário do retraimento dos maquinistas observada em **São Paulo**, era boa a aceitação nos leilões por parte dos beneficiadores de **Goiás** e **Minas Gerais**, uma vez que o arroz ofertado pela CFP, nestas regiões, apresentava melhor qualidade.

No início de novembro, o balanço progressivamente **ajustado** da oferta e demanda de arroz **agulhinha** e a redução da disponibilidade de melhor qualidade provocou nova reação no mercado. As cotações já haviam subido sensivelmente e ultrapassaram por três semanas consecutivas os patamares de intervenção. A CFP dispunha de cerca de 400 mil t de arroz **agulhinha** em casca e logo anunciou que o negociaria, o que causou apreensão entre os produtores e maquinistas do **Rio Grande do Sul** e **São Paulo**. Havia certo temor de que o programa de liberações a ser utilizado pela **Companhia** pudesse trazer prejuízo à comercialização.



O período no qual se iniciaram os leilões de arroz **irrigado** foi bastante conturbado. Em **São Paulo**, o programa das vendas teve de ser alterada devido a problemas relacionados com a classificação do produto. Posteriormente, a **Secretaria Especial de Administração e Preços (Seap)** determinou a venda de seus estoques (25 mil t de arroz **agulhinha**, que estavam sob a tutela do **Irga**), diretamente a supermercados do **Rio de Janeiro** e **São Paulo**, a preços 60% inferiores aos praticados no mercado, para que estes repassassem o produto à população, a preços baixos. A decisão repercutiu muito mal e acarretou protestos dos produtores e beneficiadores gaúchos. A medida em si foi discutível, porque, embora tenha sido apresentada como tentativa de contenção da alta inflacionária, a quantidade do produto era muito pequena e, dificilmente, poder-se-ia manter controle posterior sobre as vendas.

Ainda em novembro, importantes fatos influenciaram o mercado. Prosseguia uma forte tendência de alta, mas as expectativas quanto às negociações do chamado **Pacto Social** e suas repercussões sobre o **Setor Agrícola** provocaram retração nas vendas. A CFP passou a reajustar os preços de abertura nos pregões, dentro dos limites pré-estabelecidos pelo **acordo** e, com isto, houve relativa contenção na evolução altista do mercado. Ainda assim, os preços do arroz **agulhinha**, no atacado, cresceram expressivamente em novembro (em média 42% superiores aos de outubro, em termos nominais).

Observa-se no Quadro 25 que, ao longo do ano, os preços apresentaram forte valorização, sobretudo nos

QUADRO 26 – BRASIL – PRODUÇÃO DE ARROZ – SAFRAS 1986/87 E 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Rio Grande do Sul	803.098	810.996	3.561.498	3.881.290	4.435	4.786
Goiás	1.182.084	1.099.080	1.501.040	1.551.470	1.270	1.412
Maranhão	930.237	955.578	595.829	1.294.311	641	1.354
Mato Grosso	678.243	731.858	922.384	973.675	1.360	1.330
Minas Gerais	624.561	579.009	909.359	890.765	1.455	1.538
Santa Catarina	154.222	156.611	504.756	553.292	3.273	3.533
São Paulo	303.193	276.157	552.160	511.665	1.821	1.853
Piauí	222.273	263.294	162.496	407.914	731	1.549
Mato Grosso do Sul	325.998	241.848	465.987	329.013	1.429	1.360
Paraná	202.923	188.407	342.844	314.210	1.690	1.668
Rondônia	136.913	154.408	213.322	253.073	1.558	1.639
BRASIL	6.000.016	5.961.378	10.425.100	11.807.242	1.738	1.981

FONTE – IBGE.

níveis do produtor e do atacado. Em termos reais, os preços recebidos pelos produtores do **Rio Grande do Sul** cresceram cerca de 56% de janeiro a dezembro, enquanto, no atacado, o crescimento real atingiu, em média, 60%.

O excelente desempenho da produção, em 1987/88, deveu-se principalmente ao clima. As condições favoráveis observadas nas principais regiões produtoras propiciaram sensíveis ganhos de produtividade, o que constituiu, em termos globais, fator primordial de incremento da produção, uma vez que a área cultivada permaneceu praticamente igual à do ano passado. A safra foi, mais uma vez, recorde e, segundo o **IBGE**, totalizou 11,8 milhões de t, 13% maior do que a produção do ano anterior (ver Quadro 26). Destaca-se, aqui, a recuperação das lavouras maranhenses, que retornaram aos seus níveis de produção tradicionais e produziram, segundo o **IBGE**, cerca de 1,3 milhão de t, 117% a mais do que na safra 1986/87 (quando a produção foi drasticamente reduzida, em função da seca).

É ainda prematuro avaliar de que forma os recentes acontecimentos no âmbito da política econômica afetarão a comercialização da próxima safra, mesmo porque pairam muitas indefinições quanto aos ajustes nas regras de intervenção. Entretanto, a possibilidade de escassez em 1989 é muito remota, pois os estoques estão ainda elevados e asseguram o pleno atendimento do mercado até o início da nova safra. Vale lembrar que o governo dispõe de estoque composto por 4,4 milhões de t de arroz de **sequeiro** e 300 mil t de arroz **agulhinha.**

AVEIA – A colheita foi 24% menor do que em 1987. Teve qualidade considerada apenas regular, com o produto sendo destinado à alimentação animal.

Na safra de 1987, a aveia alcançou a produção recorde de 170 mil t, devido ao clima favorável. Este total engloba a **aveia branca** (destinada à alimentação humana e aos cavalos de raça), a **aveia preta** (utilizada para alimentação animal) e a **aveia forrageira.** Ainda não se conseguiu dimensionar exatamente a quanto monta a produção brasileira de **aveia branca,** mas levantamentos preliminares estimam-na como correspondendo a 1/3 da produção do país. Assim, a produção de 1987 daria para abastecer o mercado interno durante o ano de 1988, pois, segundo a **CFP,** o consumo brasileiro de **aveia branca** de melhor qualidade é de 38 mil t, sendo que 21 mil t destinam-se à alimentação humana e as 17 mil t restantes à alimentação de cavalos de raça. Mesmo assim, até outubro de 1988, foram importadas 5 mil t de aveia, ao preço médio de US$ 172/t-**cif.**

Na safra de 1988/89, o plantio iniciou-se em maio e terminou em julho. A falta de sementes qualificadas em alguns municípios do **Rio Grande do Sul** e a estiagem que atingiu os estados da região **Sul** no período de cultivo, provocando falta de umidade no solo, levaram à redução de 14% na área plantada (120 mil ha).

Santa Catarina (ver Quadro 27) foi o estado mais prejudicado pelas adversidades climáticas (estiagem e chuvas de granizo) tanto no período de plantio quanto no do desenvolvimento da planta.

A colheita iniciou-se no final de outubro e estendeu-se até dezembro. O produto colhido apresentou qualidade regular, mas boa parte destinou-se à alimentação animal **(aveia preta).** Foram colhidas 113 mil t de aveia, 24% a menos do que em 1987, segundo o **IBGE.**

A comercialização transcorreu normalmente. Os preços no início da colheita oscilaram entre Cz$ 2.400 e

QUADRO 27 - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE AVEIA POR ESTADO – 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1987	1988[1]	Δ %	1987	1988[1]	Δ %	1987	1988[1]	Δ %
Rio Grande do Sul	85.976	83.891	– 2,43	96.933	92.346	– 4,73	1.127	1.101	– 2,31
Paraná	23.668	21.600	– 8,74	48.024	28.080	–41,53	2.029	1.300	–35,93
Santa Catarina	21.854	10.094	–53,81	21.193	8.005	–62,23	970	793	–18,26
Outros	8.213	4.603	–43,95	9.647	4.713	–51,15	1.175	1.024	–12,85
BRASIL	139.711	120.188	–13,97	175.797	133.144	–24,26	1.258	1.108	–11,92

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de novembro de 1988.

Cz$ 2.600 por saca de 60 kg e estiveram sempre superiores ao preço mínimo estipulado pelo governo, que foi de 12,584 OTN/t para a **aveia classe branca**, grupo 2, tipo 2 a granel, com correção até novembro de 1988, de forma que não houve AGF de aveia, nesta safra. Contribuíram para o melhor preço no mercado interno a sua elevação no mercado internacional no segundo semestre de 1988, em conseqüência da estiagem que assolou seus principais países produtores e exportadores – **Canadá** e **EUA**, e da entrada da **China** e da **URSS** no mercado, como compradores.



BANANA – Os preços não acompanharam a inflação, apesar de a produção ter sido semelhante à de um ano antes.

A safra se situou em torno de 530 mil cachos. O rendimento médio físico reduziu-se para 1.123 cachos/ha. Na **Bahia**, foram colhidos 82 mil cachos (+ 7%) e, em **São Paulo**, 53 mil cachos (– 23%).

Os preços médios recebidos pelos produtores ascenderam 751%, muito aquém, portanto, do crescimento dos preços em geral, que ultrapassaram a barreira dos 1.000%. Nos dois estados referidos, a alta das cotações foi maior: 842% na **Bahia** e 972%, em **São Paulo**.

BATATA-INGLESA – A safra das águas foi recorde, mas a da seca enfrentou problemas diversos.

A safra das **águas**, que representa entre 55% e 60% do total colhido anualmente no país, a produção, estimada pelo **IBGE** em 1,4 milhão de t, superou em 7% a obtida no primeiro cultivo do ano passado, considerado recorde (ver Quadro 28).

Nos primeiros meses do ano, prosseguindo a tendência observada desde meados de 1987, os preços, em função do incremento da oferta e, por outro lado, também da **retração** da demanda, mantiveram-se em níveis bastante reduzidos (ver Quadro 29), a ponto de os produtores acumularem vultosos prejuízos.

Como as vendas não estavam compensando, a colheita foi desestimulada. Some-se a isto o **aquecimento** dos preços das olerícolas em fevereiro, em decorrência do excesso de chuvas verificado na região **Sudeste**, que acabou provocando reação de alta no mercado a partir de fins deste mês.

Em junho, início do pico da safra da **seca**, os preços, motivados também pela onda de frio registrada desde o final de maio, continuaram altos, embora, já em julho, tenham recuado um pouco. Nesta **segunda safra**, em virtude do desestímulo dos produtores, devido aos baixos preços na ocasião do plantio e, ainda de condições climáticas adversas em alguns importantes estados produtores, a área plantada deverá diminuir bastante, sendo esperada uma produção cerca de 16% menor do que a obtida em 1987.

No término da safra da **seca**, diante de notícias de importações de batata-inglesa da **Argentina** (com base no acordo comercial firmado entre o **Brasil** e esse país) que acabaram não se efetivando, os produtores se anteciparam em vender, provocando queda dos preços.

A necessidade de importar o pro-

QUADRO 28 – BRASIL – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE BATATA-INGLESA – 1987 E 1988

SAFRA	1987	1988	%
1ª SAFRA – ÁGUAS			
Área (ha)	99.214	105.922	6,8
Produção (t)	1.349.690	1.408.894	4,4
Rendimento Médio (kg/ha)	13.604	13.301	– 2,2
2ª SAFRA – SECAS E INVERNO			
Área (ha)	60.591	51.171[1]	–15,5
Produção (t)	643.344	564.956[1]	–12,2
Rendimento Médio (kg/ha)	10.618	11.041[1]	4,0
3ª SAFRA – INVERNO[2]			
Área (ha)	17.172	15.849	– 7,7
Produção (t)	349.552	330.695	– 5,4
Rendimento Médio (kg/ha)	20.356	20.865	2,5

FONTE – IBGE.
1 Área plantada, produção e rendimento médio esperados. Estimativa de novembro;
2 distingüe-se apenas em Minas Gerais e São Paulo.

duto acabou sendo usada como justificativa para aumentar a oferta e, assim, conter os preços, o que desencadeou intensos protestos dos produtores, por ocasião do **II Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Batata**, realizado em Cambuquira, **Minas Gerais**, no início de agosto. Conforme ficou provado neste **Encontro**, a oferta, segundo estimativa da **Secretaria Nacional de Abastecimento**, do **Ministério da Agricultura**, seria suficiente para suprir o mercado sem problemas até o final do ano. Além disso, constatou-se ainda que os preços no nível do produtor não eram considerados remuneradores pois, embora tenham evoluído no período da **seca**, ficaram, mesmo assim, quase sempre abaixo dos praticados nos mesmos meses de 1987.

QUADRO 29 · BATATA-INGLESA – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM ESTADOS SELECIONADOS[1] – 1987/88 – (Cz$/kg)

MÊS	PARANÁ		MINAS GERAIS		SÃO PAULO	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
JAN	175,14	35,19	191,81	47,41	193,84	47,63
FEV	136,40	31,80	167,03	50,56	170,23	47,23
MAR	109,32	34,69	139,98	61,60	160,42	57,87
ABR	102,90	34,76	135,14	68,29	169,44	78,12
MAI	120,28	44,69	142,51	...	208,41	85,60
JUN	91,06	86,27	119,96	146,01	142,45	113,62
JUL	95,18	83,42	127,65	124,30	128,23	100,40
AGO	97,27	69,05	113,99	91,20	116,95	100,01
SET	80,55	65,05	79,51	94,79	82,63	84,36
OUT	68,02	73,56	68,02	114,11	75,98	96,92
NOV	58,30	94,73	61,88	...	64,23	89,56
DEZ	46,25	...	51,90	...	58,61	...

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

[1]Preços corrigidos pelo IGP-DI, para novembro de 1988;
... dado não disponível.

Em agosto e setembro, apesar da menor oferta correspondente à safra de **inverno** (responsável por apenas 10% a 20% da produção anual), os preços, à semelhança do que ocorreu em 1987, permaneceram em baixa, o que, mais uma vez, foi explicado pela redução do consumo, provocada pela queda do poder de compra dos salários.

Apenas em meados de outubro, com a redução da colheita da safra de **inverno** que já estava em vias de terminar, os preços voltaram a subir, e esta tendência acabou persistindo nos meses seguintes. Mesmo no final do ano, o aumento da produção da safra das **águas** (proveniente dos estados do **Sul**) foi compensado com incremento da procura pelo produto, decorrente das festas de Natal e Ano Novo. Com isto, manteve-se **aquecida** a demanda, permanecendo os preços elevados.

As perspectivas para a próxima safra das **águas** de batata-inglesa da região **Centro-Sul**, de acordo com o **Prognóstico da Produção Agrícola** do **IBGE**, indicam acentuado decréscimo da área plantada, principalmente no **Paraná** e em **Minas Gerais**. Além da prolongada estiagem, que atingiu o **Centro-Sul** até meados de setembro, ter prejudicado bastante a cultura, os produtores foram também desestimulados pelos baixos preços praticados no início deste ano, durante a comercialização da última safra das **águas**.

CACAU – Os preços recebidos pelos produtores superaram ligeiramente a evolução do IGP-DI.

A produção de cacau em amêndoas ficou em torno de 342 mil t, pouco acima do total obtido, em 1987, que foi igual a 329 mil t. Na **Bahia**, a safra somou 237 mil t (+ 1%).

Os preços internos refletiram as cotações mundiais, que se recuperaram somente nos últimos meses do ano. Entre janeiro e dezembro, os

preços recebidos pelos agricultores subiram 1.046% (na **Bahia**, 1.066%).

A depreciação no exterior se deveu ao excesso das quantidades ofertadas. Os estoques são grandes e deverão situar-se em torno de 900 mil t, no final da safra 1988/89.

Quanto às exportações brasileiras de cacau e seus derivados, totalizaram US$ 466 milhões, de janeiro até novembro, isto é, declinaram 7,5%, em confronto com igual período do ano anterior. As vendas de cacau em amêndoas somaram US$ 190 milhões (– 15%), manteiga de cacau, US$ 158 milhões (– 1%) e pasta de cacau, US$ 88 milhões (– 2%). Cresceu a quantidade exportada, exceto a de cacau em amêndoas (– 2%).

CAFÉ – A safra 1988/89 totalizou 20,7 milhões de sacas de 60 kg, 40% provieram de Minas Gerais.

O mercado interno do café iniciou o ano de 1988 com preços fortes e estáveis. Importadores estrangeiros procuraram tipos mais suaves, que atendessem às suas necessidades e gostos, gerando, portanto, **aquecimento** nas cotações.

Houve preocupação com a qualidade do produto, sendo veiculadas campanhas pelo **café honesto**, que estaria livre de elementos estranhos, como o milho e, até, a palha do café. O percentual de impurezas permitido seria de 1%. De acordo com análises laboratoriais, os torrefadores, cujos produtos apresentassem índices superiores ao permitido, seriam punidos e os cafés que estivessem enquadrados no controle de qualidade levariam um selo do **IBC**. Este procedimento deve entrar em vigor a partir de abril de 1989, conforme a **Resolução 80/77**, do **IBC**.

No mercado para exportação, vigorou o sistema de quotas com os

QUADRO 30 - CAFÉ – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO – 1988/89

PRODUTIVIDADE DO CAFÉ EM COCO (sacas de 40 kg)	VALOR EM Cz$	VALOR EM OTN
até 30	50.694,00	44,65
de 30 a 60	66.896,00	57,13
acima de 60	84.641,00	74,55

FONTE – IBC.

percentuais de 65% para a quota-desempenho, 25% para a quota-estoque e 10% negociados nos leilões da **Bolsa de Mercadorias**. No decorrer do ano porém, fraudes foram cometidas por empresas que declararam estoques que não possuiam, provocando desorientação no mercado. Com a finalidade de haver maior transparência nas aquisições dos direitos de registro de vendas **(DRDV)** pelas exportadoras, o **IBC** resolveu substituir este sistema de quotas. As empresas, então, passaram a obter seus **DRDV** somente através de leilões públicos. A passagem de um sistema para outro foi feita gradativamente durante o ano, diminuindo-se os percentuais das quotas-desempenho e estoque e aumentando-se os dos leilões. Somente a partir de outubro, os selos para embarque de café **verde** passaram a ser leiloados integralmente na **Bolsa de Mercadorias**.

No segundo semestre, os **ágios** para a aquisição dos **DRDV** alcançaram preços recordes, em torno de US$ 50 por saca. Muitos exportadores, aproveitando perspectivas de altas, chegaram a vender o café ainda sem registro, tendo porém prazos de embarque pré-determinados.

A quota de contribuição cobrada na exportação de café foi de 36% em janeiro de 1988, reduzindo-se a 12% no decorrer do ano.

O sistema de retenção de sacas elaborado pelo **Conselho Nacional do Café** teve diversas mudanças. No início do ano, vigorava a retenção de uma saca de café para cada saca exportada. Quando a quota-estoque foi suprimida, a proporção passou a ser de três para uma. Logo após, o **IBC** alterou a retenção em duas sacas para cada uma exportada, porém, quando o **ágio** pago na aquisição do **DRDV** fosse superior a 50% do valor da garantia, a equivalência retornaria para três por uma. Em meados do segundo semestre, o **IBC** estipulou que ficariam retidas duas sacas para cada saca de café exportada, independentemente do valor do **ágio**.

Os exportadores discutiram a criação de uma entidade nacional que representasse os interesses políticos, financeiros e econômicos da classe. Em setembro, foi criada a **Federação Brasileira dos Exportadores de Café, Febec**.

O **Conselho Monetário Nacional** aprovou o **Plano da Safra Cafeeira** e fixou em junho os **Valores Básicos de Custeio**. Os recursos seriam liberados em três parcelas, sendo a primeira de 60% em outubro de 1988, a segunda de 10% em janeiro e a terceira de 30% em março de 1989.

Os preços de garantia foram corrigidos pela **OTN** com adicionais mensais. O café **arábico** tipo 7, qualquer bebida, representou 90% do tipo básico (tipo 6) bebida isenta de

QUADRO 31 – BRASIL – PRODUÇÃO DE CAFÉ SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS – SAFRA 1988/89 (em milhões de sacas de 60 kg)

ESTADO	ESTIMATIVA
Minas Gerais	8,3
Espírito Santo	3,8
São Paulo	3,4
Paraná	2,5
Bahia	1,2
Outros	1,5
TOTAL	20,7

FONTE – IBC.

QUADRO 32 - CAFÉ – PREÇOS MÍNIMOS DE GARANTIA DO IBC – (Cz$/60 kg)

MÊS	ARÁBICO			ROBUSTA/ CONILLON
	TIPO 6 isento rio-zona	TIPO 6 p/melhor	TIPO 7 p/melhor	TIPO 7 p/melhor
Janeiro	5.334,93	-	4.801,43	4.267,94
Fevereiro	6.215,73	-	5.594,15	4.972,58
Março	7.552,00	-	6.796,80	6.041,60
Abril	9.023,90	-	8.121,50	7.219,10
Maio	11.086,60	-	9.978,00	8.869,30
Junho	13.057,80	-	11.752,10	10.446,30
Julho	16.000,00	18.400,00	14.400,00	12.800,00
Agosto	20.243,30	23.279,80	18.219,00	16.194,70
Setembro	24.914,10	28.651,20	22.422,70	19.931,30
Outubro	31.513,90	36.241,00	28.362,50	25.211,10
Novembro	40.101,40	46.116,70	36.091,30	32.081,10
Dezembro	50.896,70	58.531,30	45.807,10	40.717,30

FONTE – IBC.

sabor **rio-zona** e o café **robusta conillon**, 80% deste valor básico. A partir de julho, o tipo 6 para melhor recebeu um prêmio pela qualidade, que ficou em 15% sobre o preço do tipo básico.

Situação da safra

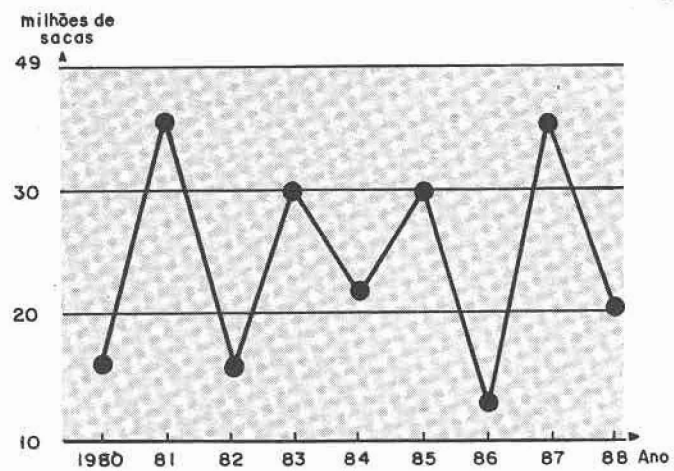
A produção brasileira na safra 1988/89, que foi de menor rendimento, ficou em 20,7 milhões de sacas de 60 kg, segundo dados do **IBC**.

O estado de **Minas Gerais** deteve 40% da produção, seguido pelo **Espírito Santo**, com 18% (Quadro 31).

Pode-se observar o ciclo bianual do café, através do gráfico de análise da produção desde a safra 1980/81. Logo após uma safra de boa produção, a seguinte registra queda significativa. A média das safras baixas equivale a 53% da média das altas. Entretanto, comparando-se a safra 1988/89 com a safra 1986/87, percebe-se um aumento de 50% na produção.

BRASIL – PRODUÇÃO DE CAFÉ – 1980-88 (em milhões de sacas de 60 kg)

GRÁFICO 03



FONTE – IBC.

As estimativas do **IBC** são de que a próxima safra seja de 22,9 milhões de sacas de 60 kg, com quebra de 50%, visto que as primeiras previsões apontavam para uma safra recorde de 45 milhões de sacas (Gráfico 03).

A seca em maio e as fortes geadas que atingiram, em meados do ano, as áreas produtoras, seguidas de nova estiagem no segundo semestre, acarretaram grandes prejuízos aos cafeicultores. As áreas mais atingidas, segundo o **Instituto Brasileiro do Café**, foram Alta Paulista, Noroeste e Araraquarense, em **São Paulo**, áreas de arenito no **Paraná** e o **Triângulo Mineiro**. Aliada a estas variações climáticas, a descapitalização do produtor não permitiu que os cafezais tivessem trato fitossanitário adequado, deixando as plantações vulneráveis à ferrugem, ao bicho mineiro e nematóides.

A quebra da futura colheita também terá reflexos imediatos no emprego de mão-de-obra. No **Paraná**, existem lavouras com perdas em 80% de sua área, onde não deverá haver investimentos para recuperação. Muitos trabalhadores irão migrar para áreas de melhor situação, onde ainda se pode recuperar as plantações. Em **São Paulo**, nas propriedades mais afetadas, muitos cafezais serão erradicados, como em São José do Rio Preto, dando lugar a seringais e outras culturas.

O **Acordo Internacional do Café, AIC**, vigorou sob o sistema de quotas globais com o total de 58 milhões de sacas de 60 kg a ser rateado pelos países-membros da **Organização Internacional do Café, OIC**. Em outubro de 1987, no início do **Acordo**, coube ao **Brasil** uma fatia de 28%, com a quantidade de 16,5 milhões de sacas de 60 kg, caindo para 14,5 milhões de sacas em setembro, quando findou o ano-acordo.

Durante este período, a **OIC** efetuou cinco cortes no total de 6,5 milhões de sacas, na expectativa de se elevarem as cotações do café.

No decorrer do ano-acordo, representantes dos países-membros reuniram-se para discutir sobre uma maior oferta de cafés de melhor qua-

lidade e a extinção de um mercado paralelo de café, que crescia à revelia de normas da **OIC** estipuladas na **Resolução 336.** Países não-membros estariam adquirindo o produto por preços inferiores aos ofertados para os países-membros.

Em outubro, o **AIC** foi prorrogado por mais um ano. Os cafés ficaram divididos em dois grupos: os tipos **arábico** e **robusta.** O total da quota global foi inicialmente de 56 milhões de sacas de 60 kg, tendo aumentado para 58 milhões com as duas liberações de 1 milhão de sacas permitidas no primeiro trimestre do ano-acordo. A partir de janeiro, poderá haver cortes, caso as cotações fiquem muito baixas.

O mercado japonês aparece de forma bastante promissora para as exportações brasileiras. O consumo de café, no **Japão,** vem crescendo a taxas de 4% a 5% ao ano, chegando a 5 milhões de sacas em 1988.

CANA-DE-AÇÚCAR – Os preços recebidos pelos agricultores evoluíram desfavoravelmente, ficando abaixo da taxa de inflação.

A produção de cana-de-açúcar foi estimada em pouco mais de 258 milhões de t, com decréscimo de quase 4% relativamente à safra anterior (268 milhões de t). A área colhida também caiu 4% (4,1 milhões de ha). Em **São Paulo,** houve crescimento positivo (135 milhões de t, com aumento de 4%), assim como no **Rio de Janeiro** (+ 17%) e **Paraná** (2%). Quanto aos dois estados mais importantes produtores do **Nordeste, Pernambuco** e **Alagoas,** colheram menos 1% e 47%, respectivamente. A colheita alagoana foi prejudicada por adversidades climáticas e ataques de pragas.

Os preços desagradaram aos agricultores. Na média brasileira, subiram 837%. No final de dezembro, o **Ato nº 66,** do **IAA,** reajustou o preço do produto no campo, incluindo transporte, para Cz$ 6.742,86/t (**Rio de Janeiro**) e Cz$ 6.620,92/t (demais estados do **Centro-Sul**). Nas regiões **Norte** e **Nordeste,** o preço foi fixado em Cz$ 8.641,26/t.

As exportações brasileiras dos derivados da cana-de-açúcar, ao longo dos onze primeiros meses de 1988, atingiram US$ 360 milhões, significando incremento da ordem de 13%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Diminuiram, todavia, as quantidades vendidas, mas os preços se elevaram, graças ao aumento do consumo e à redução dos estoques mundiais. Os embarques somaram 776 mil t de açúcar **refinado** (US$ 161 milhões), 665 mil t de açúcar **demerara** (US$ 114 milhões), 319 mil t de **melaço** (US$ 20 milhões), 92 mil t de açúcar **cristal** (US$ 16 milhões) e 187 mil t de outros derivados (US$ 49 milhões).

No tocante ao álcool, a produção alcançou 11,5 bilhões de litros, significando menos 13% do volume previsto pelo **Plano de Produção de Açúcar e Álcool** (13,2 bilhões).

CEBOLA – A oscilação dos preços ao longo do ano foi tida como favorável, notadamente em Santa Catarina.

Segundo o **IBGE,** a produção de cebola em 1988, foi da ordem de 754 mil t e, portanto, cerca de 12% inferior à obtida na safra anterior. Com exceção da **Bahia,** o plantio nos principais estados produtores, devido aos baixos preços, sobretudo no segundo semestre de 1987, retraiu-se bastante (ver Quadro 33). Também o rendimento médio foi muito prejudicado, principalmente nas lavouras baianas, em decorrência das perdas de sementeiras e no transplante das mudas, provocadas por excesso de chuvas em março. Houve igualmente, problemas nos estados do **Sul,** onde foram registrados decréscimos em torno de 12%, em **Santa Catarina** e de 9%, no **Rio Grande do Sul.**

Desde dezembro de 1987, a comercialização da safra de mudas de Piedade – **São Paulo,** que, normalmente se estende até janeiro, acabou se processando mais cedo. Além disso, foram confirmadas perdas na produção catarinense, gerando reação nos preços da cebola, em todas as etapas da comercialização.

Em **Santa Catarina,** em virtude do excesso de chuvas na fase de semeadura e transplante das mudas e, mais tarde, também da estiagem que afetou muitas lavouras na fase de formação de bulbos, a produção ficou muito abaixo das estimativas iniciais, embora a oferta **líquida** de cebola comercializada fora do estado (144 mil t) tenha sido superior à verificada na safra anterior (113 mil t). Da mesma forma, no **Rio Grande do Sul,** que também supre o abastecimento entre dezembro e maio, em que pese a menor produção obtida este ano, não foram computadas perdas excessivas na colheita e cura do produto, como ocorreu em 1987.

Até abril, apesar de a oferta proveniente dos estados do **Sul** ter sido suficiente para abastecer o mercado, suas vendas gradativas e, ainda o aumento generalizado nos preços das olerícolas, devido às enchentes verificadas na região **Sudeste** em fevereiro, contribuíram para encarecer o produto.



QUADRO 33 – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE CEBOLA – 1987/88[1]

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1987	1988	Δ %	1987	1988	Δ %	1987	1988	Δ %
São Paulo	16.700	15.757	– 5,7	282.500	261.606	– 7,4	16.916	16.603	– 1,9
Santa Catarina	23.765	21.856	– 8,0	261.415	211.697	–19,0	11.000	9.686	–12,0
Rio Grande do Sul	19.600	16.045	–18,1	167.272	124.274	–25,7	8.534	7.745	– 9,3
Bahia	3.717	7.319	96,9	54.435	90.508	66,3	14.645	12.366	–15,6
Pernambuco	4.281	2.346	–45,2	48.141	28.416	–41,0	11.245	12.113	7,7
BRASIL	75.364	69.732	– 7,5	856.921	754.279	–12,0	11.370	10.817	– 4,9

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de novembro de 1988.

Apenas em maio, além dos remanescentes do **Sul**, passaram a ingressar no mercado as safras de **soqueira** do município paulista de Piedade, bem como das híbridas procedentes do **Nordeste**. Os preços, então, começaram a declinar e esta tendência acabou persistindo nos dois meses seguintes. Logo em junho, iniciaram-se, ainda, as vendas das primeiras partidas do município de Monte Alto. A oferta foi intensificada, em julho, com o aumento das remessas do produto oriundas também de São José do Rio Pardo, ambos os municípios em **São Paulo**.

Novamente em agosto, os preços subiram. A redução da produção daqueles municípios, aliada às melhores condições de comercialização da safra paulista (que, este ano, ao contrário do que ocorreu em 1987, não coincidiu com o pique da colheita do **Nordeste**) propiciaram a inversão do mercado.

Nos últimos dias de setembro, contudo, em função do pequeno acréscimo da oferta nordestina e das maiores entradas do produto remanescente de Monte Alto e São José do Rio Pardo (já de baixa qualidade) as cotações voltaram a decrescer. Este processo se acentuou, a partir de meados de outubro, quando começou a ser comercializada a safra de mudas de Piedade. Por outro lado, a demanda, devido ao encarecimento da cebola nos meses precedentes, também se retraiu.

Em novembro, à medida que se intensificaram a colheita e comercialização da safra paulista de mudas (a maior das três colhidas no estado), os preços, em relação aos praticados em outubro, acusaram queda real da ordem de 42% no atacado e 46% no varejo.

A perspectiva para a safra 1988/89 da região **Centro-Sul**, indica ligeiro incremento da área plantada, especialmente em **Santa Catarina**. A seca que assolou o estado até meados de setembro e, posteriormente, um novo período de estiagem, verificado nos principais municípios produtores a partir de fins de outubro, acabaram prejudicando muito a cultura, devendo acarretar, sobretudo, sensível quebra no rendimento médio e, por conseguinte, na produção.

Por sua vez, no **Rio Grande do Sul**, ao contrário, a área de plantio deverá outra vez recuar, situando-se um pouco abaixo dos 16.045 ha colhidos na safra encerrada em maio.

QUADRO 34 – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] DE CEBOLA NO NÍVEL DO PRODUTOR E NOS MERCADOS ATACADISTA E VAREJISTA – 1987/88 (Cz$/kg)

MÊS	PRODUTOR		ATACADO		VAREJO	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
JAN	104,84	120,31	145,07	166,61	329,97	246,54
FEV	101,14	118,13	136,75	205,32	314,46	248,16
MAR	127,28	...	199,75	233,14	292,66	337,17
ABR	169,96	...	292,46	405,75	453,65	564,91
MAI	217,25	286,52	286,84	358,18	521,33	582,96
JUN	159,63	258,07	204,60	355,29	406,31	607,87
JUL	150,12	243,22	193,16	333,58	328,88	503,60
AGO	106,97	282,66	119,90	376,99	325,55	510,61
SET	47,11	272,19	90,70	359,67	232,28	485,43
OUT	43,09	197,51	71,30	232,75	156,65	409,30
NOV	43,78	74,25	63,84	133,92[2]	143,40	220,67
DEZ	57,37	...	108,74	...	151,19	...

FONTE – Ceagesp e IEA/SP.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para novembro de 1988;
[2] dado provisório.

CEVADA – A estiagem durante o desenvolvimento da lavoura provocou perdas elevadas.

A produção de cevada **cervejeira** apresentou melhores resultados no rendimento físico e na qualidade, nos últimos três anos, em virtude das boas condições climáticas e do emprego de novas técnicas de cultivo. Para a safra de 1988, esperava-se, inicialmente, a manutenção do patamar do rendimento, mas a estiagem que assolou a região **Sul** do país, no período de desenvolvimento da planta, frustrou a expectativa. O rendimento médio da cultura caiu 42%, situando-se em 1.113 kg/ha, segundo o **IBGE**, e a produção se reduziu 40% em relação à colhida em 1987, situando-se em 116 mil t.

O **Paraná** foi o estado mais afetado pelas adversidades climáticas. Ali a produção reduziu-se 59% em relação à obtida na safra anterior. A área cultivada com cevada chegou a crescer 10%. Entretanto, a ausência quase total de chuvas em toda a região produtora, durante os meses de julho e agosto, provocou grande falta de umidade no solo, tendo como conseqüência o mau desempenho das lavouras, principalmente na região **Sudoeste** do estado, onde o plantio ocorreu mais cedo. A qualidade da cevada colhida também foi afetada, devido ao excesso de calor ocorrido durante o período de desenvolvimento da cultura. Apenas 40% do total foram aproveitados para malteação. O restante deverá ser vendido às indústrias de rações.

No **Rio Grande do Sul**, a perda na lavoura foi menor. A produção diminuiu 22%, ficando em torno de 55 mil t. As chuvas que sucederam ao período de seca possibilitaram melhor rendimento da planta e menores perdas em sua qualidade, pois o teor de proteína do cereal colhido ficou, na maior parte, próximo ao limite necessário à malteação.

Em **Santa Catarina**, a produção se reduziu, ficando em torno de 23 mil t, devido a já mencionada estiagem.

A queda na produção brasileira de cevada, a perda de sua qualidade e o aumento na capacidade de produção da **Agromalte**, de 27%, em 1989, implicarão aumento nas importações de cevada **cervejeira** para utilização em 1989. No segundo semestre de 1988, as maltarias, antevendo a necessidade premente de cevada, aumentaram suas compras externas, de forma que, até julho de 1988, tinham comprado 94.654 mil t; até setembro, adquiriram mais 39.650 mil t e, em outubro de 1988, foram autorizadas importações de mais 27.793 t. Cabe notar que, em 1987, foram adquiridas apenas 99.465 t, de cevada **cervejeira**.

No mercado internacional, os preços da cevada **cervejeira** e do malte elevaram-se sobremaneira no segundo semestre do ano, devido às perdas ocorridas nas plantações norte-americanas e canadenses, ao aumento da demanda por parte de **URSS** e da **China** e à redução no subsídio à exportação concedido pela **Comunidade Econômica Européia**. No final do ano, as cotações internacionais permaneceram elevadas.

No mercado interno, a cevada que conseguiu a especificação necessária à malteação foi vendida ao preço mínimo (22,473 **OTN/t**, com início de operação em novembro e reajustável até dezembro) mais o **Funrural**. A cevada restante está sendo comercializada junto às indústrias de rações, ao preço equivalente a 75% do preço do milho.

FEIJÃO – As safras foram bem, tendo ocorrido comercialização rápida e satisfatória.

O resultado das safras de feijão de 1988 pode ser considerado bastante positivo, levando-se em conta, nas condições brasileiras, a quantidade de limitações ao bom desempenho do cultivo.

Há alguns anos, a produção vem apresentando tendência declinante, sobretudo a da safra **das águas** (tradicionalmente maior e relativamente mais estável do que a da **seca**, cujo comportamento é muito oscilante). Cabe notar que as elevações **espasmódicas** na produção da safra **das águas** nos últimos quatro anos, além de pouco expressivas, estavam sempre associadas a pequenas alterações positivas no rendimento, pois a área cultivada encontrava-se praticamente estagnada desde 1984. Em 1988, entretanto, a área plantada voltou a se expandir (cerca de 19% em relação à de 1987).

A produção total alcançou 2,9 milhões de t, de acordo com o **IBGE**, o que, confrontado com o consumo estimado para 1988, foi suficiente para gerar algum excedente[1]. A safra **das águas** superou em 62% a produção obtida em 1986/87, alcançando o patamar recorde de 1,7 milhão de t (ver Quadro 35), mesmo incorporando as perdas da safra baiana, duramente castigada pela seca e por doenças.

Já esboçada em agosto de 1987, por ocasião do plantio da safra do **Paraná**, a proporção entre as produções dos **feijões-de-cores** e do **feijão-preto** fazia antever alguns percalços no abastecimento deste último. À época, a defasagem de 66% entre os preços destas variedades no mercado atacadista paranaense, desfavorável para o **feijão-preto**, induziu os produtores do estado a substituirem o seu cultivo pelo das variedades de **cores**. Vale lembrar que as estreitas dimensões do mercado consumidor de **feijão-preto** (corresponde em média a 20% do consumo total de feijão, no país) tornam sua curva de flutuação de preços extremamente sensível às variações de oferta. De acordo com o **Departamento de Economia Rural**, da **Secretaria da Agricultura e do Abastecimento** do **Paraná**, pela primeira vez o plantio de **feijão-de-cores** no estado foi predominante em

1 A **CFP** projetou consumo total **(feijão-de-cores** e **feijão-preto)** da ordem de 2,6 milhões de t, em 1988.

QUADRO 35 – BRASIL – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA SAFRA DAS ÁGUAS E DA SECA DE FEIJÃO – 1982 A 1988

Ano	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	Águas	Seca	Águas	Seca	Águas	Seca
1982	3.416.934	2.512.806	1.670.086	1.237.127	489	492
1983	2.334.236	1.734.636	900.458	686.535	386	396
1984	2.826.836	2.479.552	1.400.603	1.200.406	495	492
1985	2.849.533	2.466.185	1.459.389	1.088.536	512	441
1986	2.865.888	2.618.702	1.006.669	1.212.809	351	463
1987	2.875.819	2.345.975	1.045.878	960.177	364	409
1988	3.423.270	2.480.260	1.700.365	1.183.667	497	477

FONTE – IBGE.
OBS.: Dados definitivos.

relação ao do **feijão-preto**, muito ajustado à demanda que inicialmente se estimava. No princípio do ano, o abastecimento de **feijão-de-cores** não suscitava maiores preocupações, apesar de o governo praticamente não deter estoque do produto[2]. As condições climáticas foram bastante propícias. A colheita da safra das **águas** transcorrera normalmente e, no **Paraná, Santa Catarina, São Paulo** e **Rio Grande do Sul**, principais produtores da primeira safra, registraram-se aumentos na produtividade física das plantações, notadamente em **São Paulo**, onde os produtores conseguiram obter em média, 14 sacas de 60 kg/ha.

A comercialização da safra **das águas** foi muito rápida, em função da relativa escassez do produto no início do ano, nos grandes centros consumidores, conforme referência anterior. As expectativas se concentraram, então, na produção baiana, pois a primeira safra da região **Centro-Sul** normalmente abastece o mercado somente até o final de fevereiro, o que faz com que o abastecimento, durante o intervalo entre a safra **das águas** e **da seca** (que se inicia em abril), dependa da produção de Irecê, principal zona produtora da **Bahia**, cuja colheita se estende de fevereiro a abril. Entretanto, em Irecê, as lavouras, desde o início da safra, atravessaram dificuldades, em virtude da seca que atrasara o plantio cerca de um mês. A seguir, nova estiagem atingiu as plantações em plena floração e, simultaneamente, as altas temperaturas favoreceram a disseminação de fungos, o que reduziu sensivelmente a produtividade. O IBGE estimou uma quebra na produção de 48% em relação às previsões iniciais e a colheita totalizou 131 mil t.

Em fevereiro, o mercado de **feijão-de-cores** mantinha-se firme em **São Paulo**, em função de três fatores: diminuição da quantidade do produto originário da safra **das águas**, sustentação dos preços no nível do produtor e no atacado, promovida pelos reajustes mensais do preço mínimo e a própria perspectiva de quebra da safra da **Bahia**, cuja produção deveria atender apenas à demanda das regiões **Norte** e **Nordeste**.

O mercado de **feijão-preto**, ao contrário do que se deveria esperar, não reagia, o que se justificava pela retração acentuada no consumo, observada naquele momento. Pressionadas, as cotações do **feijão-preto**, no nível do produtor, apenas se igualavam ao preço mínimo, o que provocou uma intensificação na demanda por contratos de EGF.

No início de março, houve reação simultânea nos mercados do **feijão-preto** e do **carioquinha**. Em **São Paulo**, ocorreu escassez de produto novo tipo **extra** das variedades de **cores**, devido ao encerramento das colheitas de primeira época. Os poucos estoques existentes mantinham-se vinculados a EGF e as cooperativas não tinham a intenção de resgatá-los de pronto, pois a tendência era de que os preços subissem ainda mais. No mercado do **Rio de Janeiro**, a situação era análoga: concluída a colheita no **Paraná** e **Santa Catarina**, a oferta de **feijão-preto** tendia a diminuir e o mercado teve, então, de se compatibilizar com os custos dos financiamentos de comercialização (EGF), já que praticamente todo o estoque das cooperativas estava a eles vinculados.

A rentabilidade da safra **das águas** foi considerada, de um modo geral, bastante estimulante pelos produtores e teve influência positiva sobre a intenção de plantio da segunda safra. Em **São Paulo**, o **Instituto de Economia Agrícola** estimou o custo de produção, em fevereiro, em torno de Cz$ 1.200/60 kg, enquanto os agricultores paulistas, na ocasião, recebiam pelo produto cerca de Cz$ 1.600/60 kg. A margem de lucro dos produtores de **São Paulo** foi, em média, superior à dos produtores do **Paraná** e **Santa Catarina**, em virtude não só da comercialização como, também, devido à vizinhança das zonas produtoras do principal centro atacadista.

Com a proximidade da entrada da safra **da seca** no mercado, a tendência altista no mercado de **feijão-de-**

2 Os estoques governamentais de passagem eram pequenos e constituídos basicamente de **feijão-preto**.

QUADRO 36 – RIO DE JANEIRO – PREÇOS[1] DO FEIJÃO-PRETO NO VAREJO 1987 E 1988 – (Cz$/kg)

MÊS	1987	1988	VARIAÇÃO
JAN	430,48	437,98	+ 1%
FEV	364,90	408,58	+ 12%
MAR	325,66	421,82	+ 29%
ABR	420,69	472,07	+ 12%
MAI	397,00	650,62	+ 63%
JUN	391,66	591,31	+ 50%
JUL	396,53	569,23	+ 43%
AGO	366,90	561,71	+ 53%
SET	344,79	606,31	+ 75%
OUT	324,97	827,97	+154%
NOV	333,05	672,80	+102%
DEZ	399,54	664,41	+ 66%

FONTE – CFP.
1 Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1988.

cores arrefeceu. A partir daí, as cooperativas iniciaram a liberação dos estoques remanescentes da safra **das águas** ainda colocados sob EGF, pois o preços do mercado cobriam razoavelmente os custos de remissão e, certamente, a concorrência com o produto novo lhes seria desfavorável.

O resultado da segunda safra veio confirmar plenamente as previsões iniciais, bastante otimistas. As condições climáticas no **Nordeste** foram propícias e possibilitaram um crescimento de 23% na produção total da safra relativamente à safra **da seca** obtida no ano anterior. Segundo o IBGE, foram colhidas cerca de 1,2 milhão de t. Tão logo se iniciou a colheita, os preços do **feijão-macaçar** no nível do atacado declinaram, deprimindo também as cotações no nível do produtor. Segundo a CFP, a alta perecibilidade dos feijões da variedade **macaçar** dificulta sua armazenagem, provocando queda acentuada em suas cotações, em condições de oferta abundante.

À semelhança do que ocorreu no mercado do arroz, a liberdade dos preços, implementada pelas regras de intervenção, favoreceu, de modo geral, todos os segmentos do comércio, mas os preços finais se impuseram de maneira bastante restritiva para o consumidor, sobretudo os do **feijão-preto** (ver Quadro 36). A unificação dos tratamentos concedidos às duas variedades pelas normas de comércio beneficiou, de forma especial, o mercado do **feijão-preto.** Os preços-teto estipulados para a intervenção, com a liberdade de estoques reguladores e/ou importações, tiveram referência no comportamento histórico dos preços do **feijão-de-cores,** que são tradicionalmente mais elevados[3]. Com a oferta reduzida e uma razoável margem para livre desempenho, as cotações do **feijão-preto** se recuperaram notadamente e se mantiveram, em média, superiores às dos **feijões-de-cores** no transcorrer da comercialização (ver Quadro 37).

No final de maio, as chuvas e o frio prejudicaram as colheitas das lavouras paulistas de segunda época, provocando nova alta nos preços do **feijão-de-cores.** Houve muita oferta de feijões **chuvados** no mercado e escassez de produto do tipo **extra,** o que sustentou as cotações. Logo a seguir, no entanto, o mercado atacadista de **São Paulo** se estabilizou, com a intensificação das remessas provenientes dos estados nordestinos. As safras da **Bahia, Paraíba** e **Pernambuco,** entre outras, foram relativamente **fartas** e não só garantiram o pleno abastecimento do mercado das regiões **Norte** e **Nordeste** como, também, geraram excedentes. Com a entrada das safras irrigadas de **Minas Gerais** e **São Paulo** no mercado do **Centro-Sul,** houve dificuldades para colocação dos excedentes da safra nordestina. Apesar de a colheita da segunda safra ser bem distribuída e, normalmente, não pressionar o mercado, em razão de concentrações excessivas de oferta, neste ano, houve certa morosidade na sua absorção. Além do desempenho das lavouras da região **Nordeste,** que expandiram a produção em resposta às boas condições climáticas, o fim da correção mensal do preço mínimo na região **Centro-Sul,** em julho, contribuiu para manter certa estagnação no mercado e provocar reduções reais expressivas nos preços (ver Quadro 38). Este comportamento influenciou o mercado do **feijão-preto,** no sentido de um deslocamento da demanda, embora esse também tenha apresentado freqüentes reduções reais nos preços, por motivos opostos (acentuada retração de demanda frente à elevação das cotações).

Em setembro, face à escassez do produto, os preços do **feijão-preto** se mantinham em alta, mas o governo, que detinha estoques, não podia liberá-los, pois o mercado ainda não atingira o nível de intervenção. As importações já haviam sido liberadas, mas as cotações do feijão argentino, muito elevadas, inviabilizaram as operações de compra. Quando, finalmente, as condições do mercado permitiram a venda dos estoques reguladores através de leilões, observou-se certa indiferença por parte dos atacadistas cariocas. Por recear movimentos especulativos que prejudicariam ainda mais o abastecimento, o governo decidiu repassar 4 mil t do produto à **Cobal,** para venda direta ao consumidor.

No final do ano, as importações de **feijão-preto** da **Argentina** (que

3 Os preços de intervenção para o feijão foram calculados com base na média dos preços reais no atacado em sessenta meses, contados até noventa dias antes do início do plantio (junho), acrescidos de uma margem fixa de 17%.

QUADRO 37 – EVOLUÇÃO REAL DOS PREÇOS NO ATACADO E PREÇOS RELATIVOS FEIJÃO-PRETO (RJ) E FEIJÃO-CARIOQUINHA (SP) – (Cz$/kg)

MÊS	FEIJÃO-PRETO	FEIJÃO-CARIOQUINHA	PREÇO RELATIVO FEIJÃO-PRETO / FEIJÃO-CARIOQUINHA
JAN	320,92	311,00	1,03
FEV	295,69	364,95	0,81
MAR	367,01	432,18	0,85
ABR	346,73	374,03	0,93
MAI	404,45	328,94	1,23
JUN	379,87	380,50	0,99
JUL	377,81	317,56	1,19
AGO	419,76	300,96	1,39
SET	616,87	461,56	1,34
OUT	560,34	449,29	1,25
NOV	526,94	457,60	1,15
DEZ	...	...	...

FONTE – CFP.
[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1988.

QUADRO 38 – SÃO PAULO – PREÇOS[1] DO FEIJÃO-CARIOQUINHA NO VAREJO 1987 E 1988 – (Cz$/kg)

MÊS	1987	1988	VARIAÇÃO
JAN	487,56	447,13	– 8%
FEV	427,32	503,95	+ 18%
MAR	418,25	629,40	+ 50%
ABR	580,86	572,90	– 1%
MAI	799,47	523,65	– 34%
JUN	796,15	525,50	– 34%
JUL	711,38	518,57	– 27%
AGO	615,74	455,84	– 26%
SET	586,61	551,16	– 6%
OUT	560,62	745,21	+ 33%
NOV	514,28	637,17	+ 24%
DEZ	465,71	639,45	+ 37%

FONTE – CFP.
[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1988.

totalizaram 10 mil t) e a liberação gradual dos estoques do governo contribuíram para acalmar o mercado desta variedade. A situação, então, inverteu-se, pois o mercado de **feijão-de cores** reagira à expectativa provocada pela seca, que havia atrasado o plantio da nova safra. As notícias do **Paraná** indicavam que o plantio de **feijão-de-cores**, efetuado mais cedo do que o do **feijão-preto**, foi o mais prejudicado (muitos produtores deixavam de plantá-lo ou o substituíam por outras culturas, por perda da época recomendada para a semeadura). No entanto, vale ressaltar que o estímulo propiciado pela comercialização da safra 1987/88, associado aos instrumentos tradicionais da política agrícola que, mais uma vez, incorporaram adiantamentos integrais do **VBC** para todas as categorias de produtores, tiveram forte influência positiva para o plantio da safra **das águas** 1988/89.

A plena resposta a fatores foi frustrada por adversidades climáticas e a tendência da próxima produção é novamente oscilar para baixo. O último prognóstico do **IBGE** para a região **Centro-Sul** indicou uma redução de 15% na área de plantio do feijão **das águas** em 1988/89, comparativamente à de 1987/88.

FUMO – A remuneração dos produtores nos estados da região Sul evoluiu de forma extremamente favorável.

Em 1988, de acordo com o **IBGE**, foram colhidas 439 mil t de fumo em folhas, ou seja, 10% a mais do que no ano anterior. No **Rio Grande do Sul**, a apanha totalizou 183 mil t (+ 24%), em **Santa Catarina** 158 mil t (+ 1%) e no **Paraná**, 44 mil t (+ 8%). O estado de **Alagoas** colheu apenas 26 mil t (–8%), devido ao excesso de chuvas no mês de julho e à presença de pragas e doenças.

Entre janeiro e dezembro, os preços recebidos pelos agricultores subiram 4.545% no **Paraná**, 3.431% em **Santa Catarina**, 4.320% no **Rio Grande do Sul**, 788% em **Alagoas** e 1.091% na **Bahia**. Como se vê, evoluíram muito favoravelmente no **Sul** onde, certamente, os produtores obtiveram acentuados acréscimos em suas receitas reais.

As exportações de fumo em folhas e suas manufaturas, igualmente se expandiram, ultrapassando a casa dos US$ 550 milhões, segundo dados preliminares da **Cacex**. Em relação a 1987, o incremento foi de 27%. Foram embarcadas cerca de 200 mil t de tabaco em folhas (US$ 523 milhões) e 7 mil t de cigarros, charutos e cigarrilhas (US$ 28 milhões).

LARANJA – A receita das exportações aumentou 40%.

A produção de laranja foi de 76,4 bilhões de frutos, 4,25% maior do que a anterior. **São Paulo**, o principal estado produtor (82% da colheita), produziu 63 bilhões de unidades, resultado 3,9% superior ao obtido em 1987. Constataram-se aumentos significativos em **Minas Gerais** (10%) e **Sergipe** (6,9%). O **Rio de Janeiro** produziu mais 1,3% e o **Rio Grande do Sul** registrou queda acentuada de 15%.

No que concerne à produtividade agrícola, observou-se redução acentuada tanto em **São Paulo** (–10,1%) quanto no **Rio Grande do Sul** (–16,6%) e acréscimos em **Minas Gerais, Sergipe** e **Rio de Janeiro**, de 10,5%, 2,8% e 1,2%, respectivamente. No rendimento físico nacional houve queda significativa (– 7,4%). Em relação a área destinada à produção, deu-se acréscimo de 12,6%.

Os preços no nível do produtor comparados à evolução do **IGP-DI** em 1988 (1.037%) caracterizaram perdas em **São Paulo** e **Minas Gerais** e ganhos **reais** em **Sergipe, Rio de Janeiro** e notadamente, no **Rio Grande do Sul**. Neste último estado, a produção dominante se refere à laranja de mesa, que é mais valorizada do que a destinada à industrialização. No caso de **São Paulo**, os produtores podem vender sua colheita a preços inferiores pois, através de acordos com a indústria de suco cítrico, têm garantida sua colocação total no mercado.

Em relação ao desempenho da indústria cítrica, o quadro foi dos mais animados. Aproximadamente 4% das divisas auferidas com exportações pelo **Brasil**, em 1988, foram obtidas com a venda de suco de laranja e seus derivados. Houve queda de 9% na quantidade exportada, mas os bons preços resultaram num crescimento de 40% no faturamento global, se comparado com o de 1987. Os pomares paulistas superaram a receita obtida com culturas tradicionalmente líderes do estado, como café, cana-de-açúcar ou a criação de gado.

A região citrícola do estado de **São Paulo** abrange hoje cerca de 52 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a quase duas vezes a área ocupada pela **Bélgica**.

MAÇÃ – A safra superou as expectativas e a auto-suficiência vai ficando mais próxima.

A safra de 1988 já dera sinais de produção destacada desde o inverno de 1987, frio e sem geadas tardias. A macieira, por ser originária de clima temperado, permanece em repouso, ou **dormência**, durante o inverno, com interrupção de seu desenvolvimento vegetativo. Apenas o frio mais intenso (ou o emprego de determinados produtos químicos, se isto ocorrer) pode **quebrar** esta **dormência**. Para as variedades **nobres**, deve haver número suficiente de horas de frio (cerca de setecentas horas, a 7,2°C ou menos). Segundo a **Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc)**, a zona de produção de São Joaquim, **Santa Catarina**, teve 1.187 horas de frio inferior a 7,2°C, em 1987.

Foi, de fato, uma safra excelente, mantendo a tendência à expansão de lavoura (ver Gráfico 04) e superando as expectativas (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 12, dezembro de 1988).

Ocorre, também, que a capacidade instalada da armazenagem, no país, é de aproximadamente 170 mil t e, sendo a atividade praticada por pequenos e médios produtores, os de menor capitalização vêem-se obrigados a vender rapidamente seus frutos. Em janeiro de 1988, no entanto, apenas 20% dos pomares estavam vendidos e os preços eram considerados baixos, situação oposta à existente no início de 1987, quando a safra **quebrou**.

Segundo a **Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM)**, em fevereiro, o custo médio de produção era de Cz$ 26/kg e, no começo daquele mês, os pequenos produtores venderam a Cz$ 30/kg para pagamento em julho, sem correção. Quem assim agiu, foi prejudicado pela elevação da inflação e a **ABPM** calculava que, no mês acordado para o pagamento, o custo já teria alcançado Cz$ 66/kg.

A boa produtividade física das plantações (de acordo com a **Associação**, há quinze anos, colhiam-se 15 t/ha e, agora, há pomares obtendo até 100 t/ha) poderia propiciar remuneração ainda aceitável, mas o crédito de custeio também onerou os produtores, tolhendo, indiretamente, novos investimentos em câmaras frias, que permitiriam comercialização mais cuidadosa. Nesta conjuntura, os Cz$ 1,5 bilhão destinados pela **CFP** aos **EGF** para a maçã não despertaram grande interesse.

A queda dos preços nos primeiros meses do ano (no começo de fevereiro, a caixa de 20 kg estava cotada a Cz$ 2 mil, caindo a Cz$ 900,00, em meados de março) acarretou crescimento da demanda, apesar do menor poder aquisitivo da população, na segunda quinzena de março. Deste modo, no início de abril, os preços voltaram a subir, atingindo

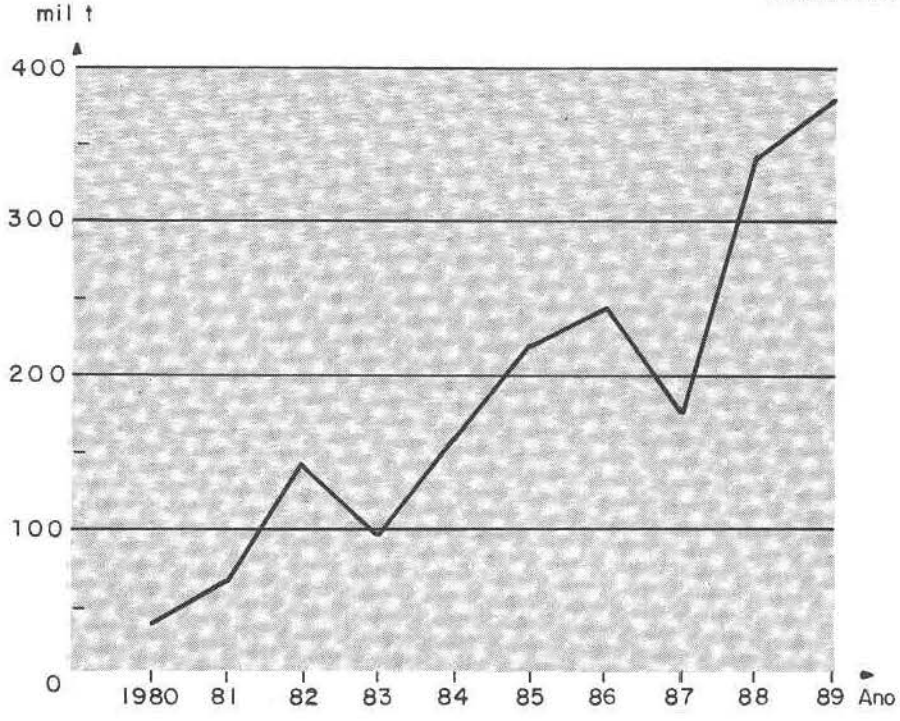
QUADRO 39– CONSUMO PER CAPITA DE MAÇÃ EM PAÍSES SELECIONADOS – 1988 – (kg/hab/ano)

PAÍS	CONSUMO PER CAPITA (kg/hab/ano)
Hungria	109
Suíça	66
França	61
Canadá	20
EUA	14
Argentina	11

FONTE – Acaresc.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃ – 1979/80 A 1988/89[1]
(em mil t)

GRÁFICO 04



FONTE – ABPM.
1 Estimativa.

Cz$ 1,6 mil/20 kg.

O consumo brasileiro ainda é muito baixo, tendo sido estimado pela **ABPM** em 2,7 kg/hab/ano, em 1988. Em termos internacionais, é flagrante o descompasso do mercado brasileiro, mesmo se comparado com a **Argentina** (ver Quadro 39). Aliás, cabe registrar que a fruta argentina sempre recebeu preços mais elevados do que a brasileira mas, em meados do ano, a superava por muito pouco. No atacado do **Rio de Janeiro**, a caixa de 20 kg de maçã catarinense, em junho, estava valendo Cz$ 2.300,00. A caixa importada, então, era vendida por Cz$ 2.700,00. Naquele mês, a maçã argentina, que era cotada entre US$ 10 e US$ 12 **(fob)** no Vale do Rio Negro, passou a US$ 6/US$ 7, chegando, no atacado paulista, a custar menos do que as variedades **Fuji** e **Gala** brasileiras.

No mesmo mês, pelo menos, podiam-se calcular com satisfação as horas de frio intenso que, desde fins de maio, ocorria na região **Sul** do país. Segundo a **Empasc**, houve, em maio, 22 horas de temperaturas consideradas ideais e se passou a vislumbrar outra grande safra, em 1988/89, que melhoraria a situação de, estimava-se, então, 2.500 produtores rurais em dificuldades para saldar seus débitos com o financiamento de custeio.

Em julho, a entrada do produto argentino deprimiu os preços do brasileiro, que regrediu, de Cz$ 2.100/20 kg, para Cz$ 1.600/20 kg, em Lages, **Santa Catarina**. Contudo, de acordo com o **Protocolo nº 4**, firmado pelos governos dos países, em 1986, valendo para as safras 1987/88 e 1988/89, entrariam no mercado brasileiro, de fevereiro a maio, 190 mil caixas de 20 kg, com acréscimo anual de 10%. Deste modo, estabeleceu-se o ingresso de 209 mil caixas, em 1988 e 229 mil caixas/mês, em 1989. A partir de julho, as importações ficariam liberadas, o que vem preocupando os pomicultores, interessados em alterar a liberação, passando-a para, pelo menos, setembro, quando os estoques da fruta brasileira começam a se reduzir.

Também em julho, a **ABPM** anunciou que, por ocasião do **V Encontro Nacional dos Produtores de Maçã**, a se realizar no início de setembro, seria lançada campanha de âmbito nacional, com vistas a pedir ao governo federal a retirada da alíquota do **ICM** incidente sobre a fruta. Seria a **Campanha do ICM Zero para a Fruticultura**, baseada no fato de que apenas a maçã e a pêra são atingidas por este imposto, em razão de haver complementação da oferta interna com o produto importado.

No mesmo mês, também foi anunciada a intenção de se organizar o **Consórcio Brasileiro de Exportadores de Maçã**, nos moldes dos já existentes em **Santa Catarina**, para as vendas externas de carne de frango e de têxteis. Em razão da localização geográfica dos pomares brasileiros, pode-se conseguir vantagem de até um mês na colocação da fruta no mercado europeu. Os principais concorrentes **(África do Sul, Nova Zelândia, Austrália, Chile** e, mesmo, a **Argentina)** situam-se mais ao sul e, por isso, colhem mais tarde.

Em outubro, a tranqüilidade dos pomares foi interrompida com precipitações de granizo nos três principais estados produtores. No **Paraná**, também se verificaram geadas, que deverão trazer maiores perdas à produção. Não era possível, até o fim do ano, quantificar os danos, pois o granizo atingiu as macieiras na fase final da floração.

Muito tem sido feito para se reduzirem as seqüelas do clima e das intempéries. A **Empasc**, em convênio com o **Ministério da Agricultura**, mantém **estações de avisos fitossanitários** nos municípios de São Joaquim, Fraiburgo e Caçador, estando a construir outra em Lages.

Outro convênio da **Empasc**, com a **Secretária da Agricultura** e a **Associação dos Fruticultores da Região de Fraiburgo**, permitirá a compra de

tecnologia soviética para a prevenção de quedas de granizo. Trata-se de aparelhagem de radar, a começar a funcionar agora, em 1989, com alcance de até 300 km, que detecta a formação das nuvens indesejáveis, servindo como orientação para o disparo de foguetes que as dispersam. Apenas a **Argentina** a utiliza entre os países ocidentais e **protege** 420 mil ha de pomares, segundo a **ABPM.**

Apesar dos problemas climáticos de outubro, até o final do ano pareciam promissoras as perspectivas da safra, que aproximará ainda mais à auto-suficiência (ver **Agroanalysis,** volume 12, números 3 e 12, março e dezembro de 1988).

Em 1988, o aumento do consumo interno, embora derivado de retração dos preços é, em si, um fato positivo. Não se pode imaginar, no entanto, como se comportarão os consumidores em 1989, diante dos graves problemas da economia do país. Para a produção de maçãs, é alvissareira a iniciativa das exportações conseguidas, mesmo sabendo-se que o custo de produção brasileiro supera o dos vizinhos sul-americanos. Há contudo, a vantagem do calendário agrícola e o fato de os **EUA** (maiores exportadores para a **Comunidade Econômica Européia**) terem tido perdas com a estiagem e de a **Nova Zelândia** (segundo maior fornecedor) não produzir a variedade **Gala,** nos meses em que o **Brasil** a está colhendo (fevereiro e março).

MAMONA – A safra não foi tão grande quanto se esperava e os mercados interno e mundial pagaram bem pelas bagas e pelo óleo.

A produção de mamona em bagas, em 1988, avaliada pelo **IBGE** em 158 mil t, situou-se cerca de 48% acima da obtida na frustrada safra anterior, embora tenha-se reduzido acentuadamente em relação às previsões iniciais. Na **Bahia,** o incremento foi de 4% na área plantada. Como o rendimento médio foi muito prejudicado pela estiagem que atingiu as lavouras de primeiro ano em janeiro e fevereiro, a produção diminuiu sensivelmente, apesar das chuvas regulares, desde março, terem minimizado as perdas. Mesmo assim, ainda poderá superar em 58% o total obtido em 1987. Já em **São Paulo** e no **Paraná,** em conseqüência do desestímulo dos produtores, sobretudo após o recorde de produção alcançado em 1985, está sendo esperado um significativo decréscimo na área plantada e, por conseguinte, na produção, conforme se pode constatar no Quadro 40.

A reduzida produção nesta safra e nas anteriores, e o fato de o **Brasil,** desde 1986, ter sido praticamente o único ofertante de óleo de mamona no exterior, propiciaram a recuperação do mercado. Desde o ano passado, quando a **Cacex** decidiu suspender os novos registros de exportação até que os preços ficassem no nível de US$ 950/t-**fob,** as cotações externas começaram a subir, a ponto de atingirem, em **Roterdã,** US$ 1.099/t-**cif** em fevereiro (ver Quadro 41).

A partir de então, sobretudo com a entrada da safra brasileira de bagas, as cotações externas do óleo passaram a declinar ligeiramente, chegando até mesmo, ante a ameaça de a **Índia** voltar a ofertar o produto no mercado externo, a recuar um pouco mais, de setembro em diante. Em novembro, porém, voltaram a reagir. Note-se que a retração do mercado registrada em setembro e outubro teve, por enquanto, apenas bases especulativas.

De fato, a **Índia** – cuja produção de bagas, estimada em torno de 400 mil t (entre 200 e 250 mil t em 1987), deverá atingir novo recorde – poderá voltar a participar do mercado externo de óleo de mamona. Contudo, o produto indiano só estará sendo comercializado a partir de fevereiro. Além disso, ainda não se sabe qual o excedente exportável. Nos últimos anos, esse país, maior produtor mundial e principal concorrente do **Brasil,** tem preferido vender seu produto internamente, onde os preços são bem mais atrativos. Suas transações externas limitam-se apenas a cumprir o acordo comercial com a **União Soviética.**

A **Cacex** promoveu, ao longo do ano, reajustes do preço mínimo de exportação do produto brasileiro, no sentido de acompanhar as cotações externas. A **CFP** prosseguiu, em fevereiro, a comercialização de seus estoques (formados, principalmente, na grande safra 1984/85), interrompendo as negociações entre maio e agosto, mas retomando logo a seguir.

No final do ano, segundo estimativa da **CFP,** deverão restar em estoque cerca de 27 mil t de óleo (9,6 mil t em poder do governo e o restante da iniciativa privada). Com o aumento das exportações, porém, motivado pela recuperação do mercado externo, nestes últimos dois meses, e a decorrente elevação do preço de registro de exportação pela **Cacex,** para US$ 940/t-**fob,** em meados de novembro e, pouco depois, para US$ 980/t-**fob,** aquele total poderá, ainda, vir a diminuir. De janeiro a setembro, a quantidade de óleo de mamona refinado exportada pelo **Brasil** reduziu-se 35%, em contraste com a registrada em igual período do ano anterior. Em contrapartida, o preço médio de exportação evoluiu de US$ 656/t-**fob,** em 1987, para US$ 910/t-**fob** (ver Quadro 42).

No mercado interno, refletindo a escassez da matéria-prima e as cotações externas do óleo que, apesar de terem recuado um pouco, mantiveram-se em níveis elevados no decorrer do ano, os preços recebidos pelos produtores de bagas, notadamente a partir de maio (início da safra), começaram a se **aquecer,** superando a inflação nos principais estados produtores, com exceção do **Paraná.** Entre maio e outubro, por exemplo, os preços aumentaram 224%, na **Bahia** e 240%, em **São Paulo,** enquanto o **IGP-DI,** no mesmo período, cresceu 190%.

Com relação ao preço mínimo, estabelecido em Cz$ 2.644,80/60 kg (com correção pela variação da **OTN**

QUADRO 40 – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE MAMONA NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1987	1988	Δ %	1987	1988	Δ %	1987	1988	Δ %
Bahia	178.098	185.481	4,2	51.028	80.369	57,5	287	433	50,9
São Paulo	17.942	12.941	-27,9	24.788	16.365	-34,0	1.382	1.265	- 8,5
Paraná	14.300	9.165	-35,9	19.000	12.595	-33,7	1.329	1.374	3,4
BRASIL	263.341	275.823	4,7	106.809	157.792	47,7	406	572	40,9

FONTE – IBGE.

QUADRO 41 – ÓLEO DE MAMONA COTAÇÕES INTERNACIONAIS 1987 E 1988 (US$/t-cif-Roterdã)

MÊS	1987	1988
Jan	710	1.088
Fev	703	1.099
Mar	733	1.095
Abr	764	1.073
Mai	774	1.065
Jun	855	1.051
Jul	923	1.049
Ago	919	1.041
Set	966	1.025
Out	985	999
Nov	985	1.078
Dez	1.033	...

FONTE – Oil World.

até julho) para vigorar na atual safra da região **Centro-Sul**, os preços recebidos, tanto em **São Paulo** como no **Paraná**, ficaram, em julho, um pouco abaixo deste, embora, atualmente, venham-se distanciando cada vez mais.

QUADRO 42 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE MAMONA – JANEIRO A SETEMBRO – 1987 E 1988

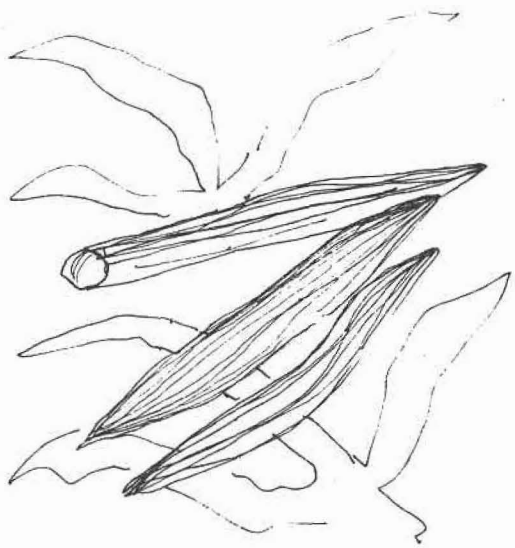
ESPECIFICAÇÃO	ANO		
	1987	1988	%
Valor (US$ mil-fob)	37.913,0	34.204,0	-9,8
Quantidade (t)	57.783,0	37.578,0	-35,0
Preço Médio (US$/t-fob)	656,1	910,2	38,7

FONTE – Cacex.

As perspectivas para a próxima safra de mamona da região **Centro-Sul**, conforme o **Prognóstico da Produção Agrícola** do **IBGE**, não se revelam promissoras, indicando acentuada redução da área plantada. Nesta região, devido à facilidade de substituição, os produtores, depois de vultosos prejuízos acumulados em 1985 e 1986 e, ainda bastante desestimulados diante da expectativa de as cotações externas do óleo voltarem a recuar no próximo ano (além da **Índia**, a **China** também deverá exportar o produto) vêm optando por outras culturas mais rentáveis.

Por sua vez, no **Nordeste**, onde, em virtude da acirrada concorrência entre as indústrias e da excelente qualidade do produto (no que se refere ao rendimento de óleo por unidade de baga) os produtores têm sido melhor remunerados e a área de plantio deverá expandir-se significativamente. Em Irecê, principal município produtor de mamona da **Bahia**, o **Banco do Brasil** está incentivando a plantação de mamona, em detrimento de outros produtos (como milho e feijão) menos resistentes à seca.

Os **Valores Básicos de Custeio** para a safra 1988/89 das regiões **Centro-Sul** e **Nordeste** (desde que os plantios estivessem concluídos até 31/12/88), aprovados em agosto e corrigidos pela **OTN** de dezembro, foram, em média, equivalentes a Cz$ 81.684,67/ha para a mamona de primeiro ano (com faixas de produtividade variando até 900 kg/ha e acima de 1.900 kg/ha) e a Cz$ 50.160,62/ha para a de segundo ano (com faixas até 900 kg/ha e superiores a 1.400 kg/ha). Para a safra 1989 do **Nordeste**, os **VBC**, divulgados recentemente, para as lavouras de segundo ano correspondem a 13,04 **OTN**/ha na média, ou seja, Cz$ 62.473,21/ha, corrigidos pela **OTN** de dezembro.

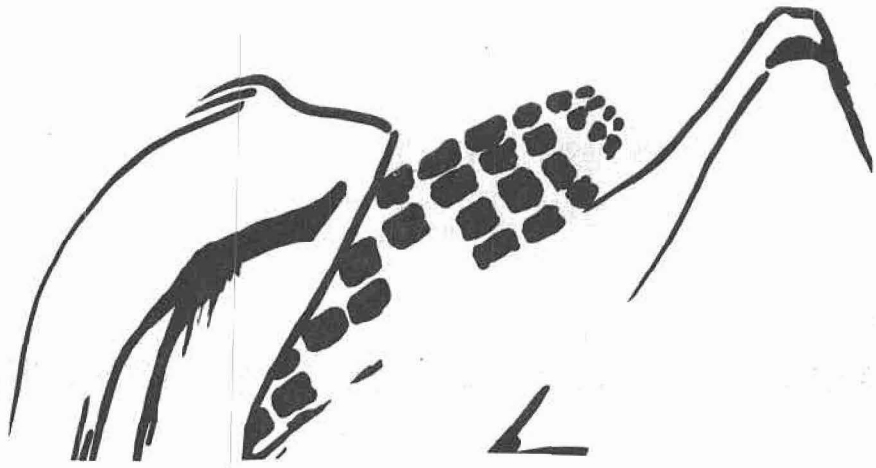


MANDIOCA – A alta dos preços, em razão da menor safra e dos custos de comercialização, alçou os preços da farinha no varejo a níveis absurdos.

A colheita de mandioca voltou a diminuir, situando-se em 21,6 milhões de t (– 8%), em relação à do ano anterior. Este resultado se deveu, em particular, à redução da área de plantio. A **Bahia**, o mais importante produtor do país,

responsável por cerca de 16% da safra, colheu 3,4 milhões de t (– 13%). Houve redução no **Pará**, (– 6%) enquanto a produção subiu 4% no **Rio Grande do Sul** e estagnou no **Paraná**.

Refletindo a queda da produção, o preço da tonelada da raiz de mandioca ascendeu 1.435%, na média do país, em 1988, sendo de 3.488% o percentual de aumento registrado na **Bahia**. Essa disparada dos preços associou-se aos custos de comercialização, fazendo com que a farinha de mandioca alcançasse valores absurdamente elevados no varejo. Ela é alimento tradicional das camadas mais pobres da população e, no **Nordeste**, supera de longe o consumo de arroz, cujo preço também foi grandemente majorado.



MILHO – A retração da atividade da suinocultura fez com que se reduzisse o consumo do milho.

A safra 1987/88 totalizou 24,7 milhões de t, sendo 6% inferior à de um ano antes, já que a área se havia contraído em 3%, e o rendimento em 5%.

Os maiores estados produtores foram o **Paraná** (5,5 milhões de t), **São Paulo** (3,7 milhões de t) e **Minas Gerais** (3,3 milhões de t) tendo o **Centro-Sul** se responsabilizado por 89% da colheita total.

Já a porção setentrional do país colheu 2,7 milhões de t, com avanço de 153% sobre o total de 1986/87. Este melhor desempenho se deu em conseqüência do crescimento da área plantada e do rendimento físico, que foram 28% e 100% superiores, respectivamente, aos de 1986/87, atingindo 3,6 milhões de ha e 740 kg/ha.

Desta forma, o consumo foi plenamente satisfeito ao longo do ano, já que foi estimado em 24,7 milhões de t, 11% abaixo do suprimento calculado pela **CFP**, para o ano de 1988, e 4% a menos do que o consumo do ano anterior (devido à retração da atividade da suinocultura no período). Ver Quadro 43.

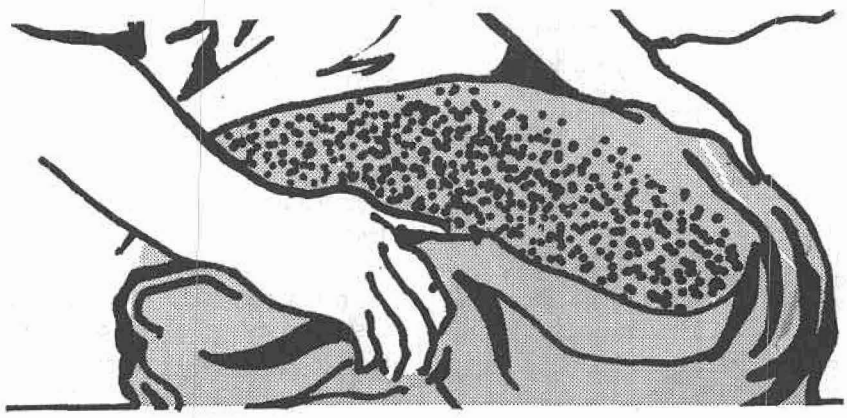
O governo foi o grande formador de estoques desta safra, que alcançaram, em meados do ano, cerca de 2,8 milhões de t. Seu **repasse** ao mercado foi feito através de leilões, tendo somado, até o final de novembro, cerca de 1,2 milhão de t, com perspectiva de oferta de mais 700 mil t até o início da safra 1988/89.

Mesmo assim, os preços subiram em termos **reais**, não só porque o governo optou por valorizá-lo acima da inflação como, também, porque os estoques estavam localizados primordialmente na região **Centro-Oeste** (distante, portanto, dos maiores centros de consumo). No **Paraná**, por exemplo, o preço recebido pelos agricultores foi, em novembro, 19% superior ao do mesmo mês de 1987, aumento que chegou a 14% no caso do mercado atacadista da **Bolsa de Cereais de São Paulo**. Este impulso foi favorecido pela irregularidade do regime de chuvas em toda a porção

QUADRO 43 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE MILHO – 1986 A 1988
(em mil t)

ESPECIFICAÇÃO	1986	1987	1988
Estoque Inicial	600,0	1.600,1	2.908,4
Produção	20.264,1	26.758,3	25.216,5
Importação	2.936,0	360,0	...
Suprimento	23.800,1	28.718,4	28.124,9
Consumo	22.200,0	25.810,0	24.720,0
Excedente	1.600,1	2.908,4	3.404,0

FONTE – CFP.



meridional do país à época do plantio da safra 1988/89.

O preço mínimo para a nova safra foi fixado em Cz$ 1.698/60 kg, incorporando prêmio de 15% sobre o do período precedente, e a ser corrigido pela **OTN** até julho de 1989.

No que diz respeito ao **VBC**, sua concessão foi estendida a todos os produtores no limite de 100%, além de terem sido criadas faixas específicas para rendimentos físicos mais elevados, com vistas a atrair para este cultivo os agricultores que dispõem de maior tecnologia.

Em novembro, o **IBGE** prognosticou a área plantada em 1988/89 no **Centro-Sul** e **Rondônia** em 9,6 milhões de ha (o mesmo que em 1987/88), com avanços nos estados de **São Paulo** (5%) e **Goiás** (9%) e retrocessos em **Minas Gerais** (– 6%) e **Paraná** (– 4%)

QUADRO 44 – BRASIL – PRODUÇÃO DE SOJA – 1986/87 E 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
RS	3.157.413	3.436.142	4.995.218	3.631.281	1.582	1.057
PR	1.718.000	2.115.000	3.810.000	4.800.000	2.218	2.270
MT	1.096.828	1.319.230	2.389.033	2.694.718	2.178	2.043
MS	1.151.157	1.176.417	2.283.898	2.480.527	1.984	2.109
GO	544.485	773.530	1.063.990	1.497.990	1.954	1.937
SP	461.700	512.500	923.400	1.001.900	2.000	1.955
MG	415.952	483.649	809.040	930.823	1.945	1.925
SC	361.765	386.648	455.339	520.000	1.259	1.345
BA	170.084	249.733	148.313	375.313	872	1.503
DF	43.866	42.778	90.056	81.920	2.053	1.915
MA	8.545	14.365	8.864	25.916	1.037	1.804
Outras	1.826	5.258	1.681	9.025	921	1.716
BRASIL	9.131.621	10.515.250	16.978.832	18.049.413	1.859	1.716

FONTE – IBGE.

SOJA – Afinal um bom ano para os produtores brasileiros.

A produção foi igual a 18 milhões de t (ver Quadro 44), somente superada, e assim mesmo, ligeiramente, pela safra de 1985.

A expansão do plantio em 1987/88 deveu-se às perspectivas favoráveis do mercado internacional. Houve menor oferta da soja em grão e os estoques ficaram mais reduzidos, devido à maior demanda por farelos protefnicos, destacadamente nos **Estados Unidos da América**. Apenas no que diz respeito ao óleo, havia previsão de aumento dos estoques mundiais e de preços deprimidos (ver **Agroanalysis**, volume 13, número 1, janeiro de 1989).

Os instrumentos de política agrícola, estabelecidos para a soja, visaram impedir que seu plantio crescesse exageradamente, ganhando espaços das lavouras destinadas ao mercado interno. Os **Valores Básicos de Custeio** ficaram abaixo do que as representações dos produtores rurais propuseram, mas não desagradaram. O limite de financiamento para os médios produtores passou dos 60% (safra 1986/87) para 70%. Os pequenos produtores, como na safra anterior, receberam 100% e os grandes, 50%.

O preço-base fixado para agosto de 1987 foi convertido em **OTN**, mas só prevaleceria em julho de 1988. Assim, entre fevereiro (o ano comercial brasileiro se inicia em 1º/2) e julho, os preços em **OTN** seriam inferiores ao valor de referência de agosto de 1987. Estes **deságios**, originalmente generalizados, acabaram vigorando apenas para o algodão e a soja, quando transacionados por produtores médios e grandes.

Nos primeiros dias de janeiro, a soja em grão alcançou o preço de US$ 6,50/**bushel**, na **Bolsa de Chicago**, com elevação dos **preços futuros** para março.

Havia expectativa de estoques mais reduzidos no mercado mundial e de novas vendas subsidiadas dos **EUA** à **URSS** (ver **box**), tanto do grão, quanto do óleo. Mesmo o mercado do farelo, em que não se identificavam grandes interesses compradores, influenciava o comportamento dos demais preços do complexo, apresentando, também, ligeira tendência de alta. Destaque-se, porém, que o clima excessivamente frio nos **EUA** dificultou os embarques e fez com que o produto destinado à exportação fosse direcionado à alimentação dos rebanhos confinados do próprio país.

Esperava-se, em janeiro, que os soviéticos voltassem a adquirir grandes quantidades de produtos agrícolas norte-americanos, ao longo do ano, após um triênio de transações menores. O **USDA** calculava em US$ 1,9 bilhão as compras da **URSS**, basicamente de soja, trigo e milho, quase o triplo do dispêndio efetuado em 1987. Desde outubro de 1987, até meados de janeiro, as aquisições soviéticas totalizaram 8,5 milhões de t, mais do que em todo o ano fiscal anterior. As compras de soja foram incomumente altas (1,3 milhão de t de farelo e 800 mil t de grão), o que era de se esperar.

Em fins de janeiro, as indústrias brasileiras produtoras de óleo de soja decidiram sugerir que o **Ministério das Relações Exteriores** apresentasse queixa formal ao governo norte-americano, quanto ao **Export Enhan-**

cement Program. Na mesma ocasião, a **Federação das Cooperativas de Trigo e Soja – Fecotrigo,** solicitou nova prorrogação da época de plantio de soja e milho, com a cobertura do **Proagro.** O prazo normal findara em 15/12, mas já havia sido prorrogado para 31/12 e para 20/01. Liberar a comercialização externa era, então, outra exigência da atividade, que também pediu a saída dos derivados do controle do **Conselho Interministerial de Preços,** a retirada do **Imposto de Exportação,** a formação de estoque regulador oficial e a concessão de crédito à comercialização. Cabe lembrar que, quando do estabelecimento das medidas reguladoras do processo de intervenção do governo na comercialização, (voto 435/87, do **Conselho Monetário Nacional,** de agosto de 1987) a soja e o algodão apesar de constarem do voto, deveriam ter definidas suas normas até o fim de 1987, o que não ocorreu.[1]

Além da repercussão de intempérie climática no **Brasil,** o mercado mundial também começou a ser influenciado pela aceleração das atividades nas regiões produtoras nos **Estados Unidos da América.** Dias após o encaminhamento das solicitações dos empresários, o governo anunciou que, efetivamente, liberaria as exportações, mas não dispunha de recursos para a formação de estoque regulador.

No início de fevereiro, quando as cotações em **Chicago** continuavam oscilando, em razão de informações contraditórias quanto à estiagem no **Brasil** e na **Argentina,** a **Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove,** estimou que, sem ingerência governamental, o país poderia auferir US$ 3 bilhões com as exportações do chamado **complexo** da soja (mais US$ 500 mil, em relação a 1987).

Em razão do rápido delineamento de perspectivas favoráveis para a comercialização, o fechamento de negócios, por parte dos produtores rurais, foi bastante lento. Segundo a **Cooperativa Tritícola Serrana,** de Ijuí **(Cotrijuí),** até a primeira semana de fevereiro de 1987, 10% da safra regional estavam vendidos. No mesmo período de 1988, este total não chegava a 2%. A morosidade era bem fundamentada e a cotação da saca de 60 kg, para entrega em maio, chegava aos Cz$ 1.700. Evidentemente, também havia temor quanto à situação da economia do país, fazendo com que igualmente as indústrias se comportassem de modo cauteloso e não houvesse registros de exportação, até aquele momento.

Diante da elevação dos preços do óleo de soja no mercado interno, explicada como sendo originária dos estoques escassos, do alto preço do grão no exterior, das exportações do óleo refinado e do denominado **Plano Bresser** (que teria aumentado a demanda interna) a **Secretaria Especial de Administração de Preços – Seap,** comprometeu-se com os industriais a não intervir no mercado. Externamente, porém, ocorria queda nos preços do **complexo.**

O mês de março começou com as cotações internas em alta. No **Para-**

EXPORT ENHANCEMENT PROGRAM

Segundo o **USDA,** o **EEP** foi formulado (em 1985) para permitir que os exportadores dos **EUA** enfrentassem os preços prevalecentes no mercado mundial de **commodities,** enfrentando a competição com países que adotam subsídios, especialmente os da **CEE.** O **EEP,** que tem a chancela da **CCC – Commodity Credit Corporation,** foi aplicado aos óleos vegetais para demonstrar desaprovação quanto à política européia de subsídios à sua produção.

Sob o **EEP,** a **CCC** fornece bônus aos exportadores, permitindo-lhes vender certos produtos em mercados específicos, por preços abaixo daqueles vigentes nos **EUA.**

Qualquer óleo vegetal produzido nos **EUA** pode ser amparado com bônus do **EEP.** A primeira oferta do **EEP** para óleos vegetais foi anunciada em julho de 1986 para a **Índia.** Houve um intervalo até setembro de 1987, e, então, verificou-se uma série de ofertas para a **Argélia, Índia, Marrocos, Tunísia** e **Turquia.**

Através do uso de subsídios para os esmagadores de oleaginosas (as principais são colza e girassol), a **CEE** pode garantir o preço de sua produção interna em níveis duas a três vezes maiores do que os do mercado mundial.

Enquanto os **EUA** vêm perdendo participação no mercado exportador de óleos vegetais, desde a última década, para fornecedores como a **Argentina,** o **Brasil** e a **Malásia,** a política econômica interna da **CEE** permitiu-lhe manter sua parcela do mercado mundial. A média de participação da **Comunidade** no mercado global dos óleos vegetais, de 1982/83 a 1986/87, foi de 24%, ligeiramente acima da média do qüinqüênio anterior, enquanto que a participação dos **EUA** caiu aproximadamente à metade, para 8%. Os **EUA** registraram declínios em sua parcela do mercado dos óleos de soja e algodão.

As exportações européias ultrapassaram a média de 2,4 milhões de t, em 1977/78-1981/82, chegando a 3,3 milhões de t, em 1982/83-1986/87. As dos **EUA** reduziram-se, no mesmo período, de 1,5 milhão de t, para 1,1 milhão de t.

As atuais ofertas do **EEP** estão visando mercados em que a **CEE** tem presença significativa e em que as importações dos óleos de colza e de girassol são importantes, como a **Argélia, Marrocos, Tunísia, Turquia** e **Índia.**

Os bônus do **EEP** concedidos até 4/4/88 garantiram exportações de 139,1 mil t de óleo de soja, 123,4 mil t de óleo de girassol e 13,5 mil t de óleo de algodão para o ano comercial. Estes totais representam 14% das exportações previstas de óleo de soja, 43% das de óleo de girassol e 8% dos embarques de óleo de algodão durante 1987/88. 1987/88.

O valor do bônus por tonelada varia consideravelmente mas, em média, é de US$ 141,51 para o óleo de soja, US$ 156,68 para o óleo de girassol e US$ 154,74, para o óleo de algodão. Tais bônus equivalem a aproximadamente 30% dos **preços futuros** do óleo de soja em **Chicago,** para o mês de entrega especificado no dia do anúncio. O bônus para o óleo de girassol, como parte do preço **spot** em **Minneapolis** é, em média, de 32%. Para o óleo de algodão, é de 36% do preço **spot** do vale do Mississipi.

1 Chegou-se a divulgar projeto da **CFP** para o livre funcionamento do comércio da soja, à semelhança dos demais produtos agrícolas. A diferença é que o preço de intervenção seria definido pela média das cotações na **Bolsa de Chicago,** nos últimos sessenta meses, mais margem de 7%. Haveria taxação sobre as exportações, caso o preço interno superasse o preço-teto. As entidades representativas do **Setor Agrícola** e da agroindústria rejeitaram a proposta.

ná, segundo o **Departamento de Economia Rural (Deral)**, da **Secretaria da Agricultura**, nos negócios a vista, a saca de 60 kg alcançava de Cz$ 1.100 a Cz$ 1.200. Para entrega em maio, fechavam-se contratos a Cz$ 1.900, mas era impossível avaliar como se comportariam as taxas de inflação até lá.

No início do mês, a **CFP** divulgou os novos preços mínimos, ficando o da soja em Cz$ 752,40/60 kg (0,015289 **OTN**/kg).

No último dia de março, o **USDA** divulgou sua estimativa da safra 1988/89 dos **EUA**, com apenas 1% de aumento na área plantada, o que teve influência altista sobre a **Bolsa de Chicago**. A posição dos estoques foi considerada crítica. Contudo, exerceu pressão baixista a informação de que a **URSS** já se teria abastecido de soja norte-americana até abril. O estoque inicial brasileiro (1º/02), aliás, também era baixo (ver **Agroanalysis**, volume 12, nº 9, setembro de 1988).

Registre-se que, em março, os preços internos do óleo de soja, que haviam subido muito em janeiro (quando saíram do controle do **Cip**) caíram em relação aos cobrados em fevereiro. O consumo do óleo também diminuiu, passando das 145 mil t, de janeiro de 1987, para 135 mil t, no mesmo mês de 1988 (ver Quadro 45). Externamente, prosseguiu a concorrência desleal do programa de subsídios do governo norte-americano e a **Abiove** refez suas contas da receita de exportação, esperando perdas de até US$ 100 milhões nas vendas do óleo. Houve, ainda, o corte dos **EGF** para a indústria.

Em fins de março, igualmente a expectativa de safra excelente na **Argentina** desaparecia, com a **Junta Nacional de Granos** estimando a produção em apenas 8,4 milhões de t. No **Rio Grande do Sul**, as perdas começaram a ser calculadas em 1,5 milhão de t. Apenas na última semana, caíram chuvas, mas a quebra de safra era irreversível e o anúncio da decretação do estado de emergência naquele estado logo repercutiu em **Chicago**. Em 30/03, o preço voltava a US$ 6,50/**bushel**.

QUADRO 45 - BRASIL – CONSUMO APARENTE[1] DE FARELO DE SOJA E DE ÓLEO DE SOJA – ANOS COMERCIAIS 1985-88 – (em mil t)

MÊS	FARELO				ÓLEO[2]			
	1985	1986	1987	1988[3]	1985	1986	1987	1988[3]
Fev	118	158	212	138	119	116	105	122
Mar	152	168	217	206	120	85	128	175
Abr	128	207	279	195	95	145	174	166
Mai	163	209	267	209	150	182	152	162
Jun	209	223	207	171	128	190	169	178
Jul	196	254	242	180	147	204	157	172
Ago	198	216	248	184	160	199	192	176
Set	187	248	249	201	147	192	181	135
Out	187	284	234	206	174	198	133	155
Nov	191	318	242	203	139	176	156	139
FEV/NOV	1.729	2.285	2.397	1.893	1.379	1.687	1.547	1.580
Nov	191	318	242	...	139	176	156	...
Dez	211	244	190	...	145	169	150	...
Jan	180	260	180	...	117	145	135	...
FEV/JAN	2.120	2.789	2.767	2.400[P]	1.641	2.001	1.832	1.900[P]

FONTE – Abiove.
1 Obtido por resíduo;
2 óleo base bruto (bruto + refinado);
3 dados preliminares, com representatividade de 92 a 94%;
P previsão.

No início de abril, o **Concex** liberou inteiramente a exportação. Os altos preços pagos internamente impediam, então, seu **repasse** aos derivados a serem vendidos no exterior. No **Paraná**, na primeira semana do mês, tinham sido colhidos 50% da safra e as cotações alcançavam Cz$ 1.350/60 kg.

Na **Bolsa de Chicago**, persistiu a alta e se deu maior importância à quebra da safra brasileira, calculada, a seguir, em 18 milhões de t. A publicação alemã **Oil World** estimou a colheita do **Brasil** entre 17,9 milhões de t e 18,3 milhões de t. Ocorreram, outrossim, compras naquela **Bolsa**, com o fim de elevar as cotações, para estimular o plantio primaveril da soja, nos **EUA**.

Em meados de abril, com 80% da safra do **Paraná** já colhidos, as cotações ali aproximaram-se de Cz$ 1.600/60 kg. Em **Mato Grosso do Sul**, chegaram a Cz$ 1.430/60 kg. O fato de se estar em pleno pico da colheita em nada afetou a alta, o que ocorrera, normalmente, em anos anteriores.

Em **Chicago**, o produto brasileiro passou a receber um **prêmio** de mais US¢ 10 sobre a cotação, fato inusitado durante a colheita de uma safra considerada grande. Mesmo assim, o preço da exportação não se igualou ao do mercado interno, ficando em Cz$ 1.430/60 kg. Os registros na **Cacex**, totalizando 900 mil t, eram cerca da metade dos da mesma época de 1987 (1,7 milhão de t). As vendas externas do farelo se equivaleram (2,5 milhões de t, tanto em 1987, quanto em 1988) e as do óleo, pressionadas pelo **EEP**, atingiram apenas 350 mil t (eram 600 mil t, em 1987).

No final do mês, a **Abiove** estimou que, entre novembro e março, houve perdas de US$ 40 milhões para os exportadores brasileiros, que teriam deixado de negociar 200 mil t, em razão da agressividade norte-americana sob o **EEP**, com vendas para

a **Argélia, Índia, Turquia** e **Tunísia.** Segundo ainda a **Abiove,** o esmagamento, no **Brasil,** aumentou substancialmente em março e as vendas do óleo no mercado interno cresceram 44% em relação a fevereiro e 41% em relação a março de 1987.

Havia, porém, a quase certeza de que a área plantada nos **EUA** não aumentaria, em 1988/89, o que levou a novas altas, em **Chicago.** Na primeira semana de maio, o grão foi cotado a US$ 6,89/**bushel,** o farelo a US$ 203,50/tonelada curta e, o óleo, a US$ 22,86/libra-peso.

No mercado brasileiro, como o preço mínimo de maio chegou a Cz$ 1.083,46, as cotações subiram mais um pouco, atingindo Cz$ 1.670/60 kg.

A polêmica questão dos subsídios europeus, alegação empregada pelos norte-americanos para a criação do **EEP,** teve mais um capítulo, no início do mês, quando a **Comunidade Econômica Européia** não permitiu que o **GATT** investigasse o protesto dos **EUA** quanto a sua política agrícola. Segundo a **CEE,** a verdadeira causa da retaliação norte-americana era a perda de mercados para a **Argentina** e o **Brasil.**

Também àquela ocasião, começaram a ganhar força os rumores de que não era boa a situação do clima no **Meio-Oeste** norte-americano. Era o que faltava para **deslanchar** as cotações e os contratos, para venda em julho, logo ultrapassaram o preço de US$ 7/**bushel.** Outro fator de alta foi a divulgação da estimativa da posição dos estoques norte-americanos, em 31/8 (275 milhões de **bushels**), pois analistas internacionais acreditavam que se situariam ao redor dos 290 milhões de **bushels** divulgados, em abril, pelo **USDA.** O fortalecimento das cotações do grão refletiu-se prontamente sobre as do farelo e do óleo. No **Paraná,** os contratos para 30/5 alcançaram Cz$ 2.050/60 kg.

Como os problemas com as exportações do óleo prosseguiram, o **Ministério das Relações Exteriores** brasileiro protestou formalmente junto às autoridades norte-americanas, pois as perdas, segundo a **Cacex,** poderiam chegar a US$ 60 milhões, até o fim do ano, mesmo considerando a alta dos preços mundiais. As conseqüências da depressão das cotações do óleo sobre o parque de esmagamento brasileiro foram inevitáveis, de vez que os preços internos acompanharam os internacionais. Apesar da safra superar amplamente a de 1986/87 (ver Quadro 44), a comercialização lenta, diante da possibilidade de melhores ganhos como decorrência da estiagem nos **EUA,** dificultou as compras pelas indústrias. Faltando comercializar cerca de 40% da safra, os preços da soja, em **Chicago,** aproximaram-se de US$ 8/**bushel.**

Como resultado da espera por remuneração cada vez melhor, os totais de EGF aumentaram continuamente, atingindo posição recorde. De acordo com a **Abiove,** em fins de maio, as indústrias de óleo de soja tinham paralisado 1/4 do total de sua capacidade de moagem e ganhou força a idéia de se levar ao **GATT** a questão do **EEP.**

No início de julho, a alta prosseguiu, no exterior, com os preços sempre acima dos US$ 8/**bushel,** chegando a US$ 8,84/**bushel** para agosto, com os patamares mais elevados desde outubro de 1983. A primeira estimativa oficial do **USDA,** quanto à nova safra, foi um bom sustentáculo (produção de 51,2 milhões de t e estoque inicial de 7,5 milhões de t, com preço médio entre US$ 5,75 **bushel** e US$ 7,75 **bushel**).

No **Paraná,** a saca de 60 kg foi vendida a Cz$ 2.500 e, em **São Paulo,** a Cz$ 2.700/Cz$ 2.800. Evidentemente, porém, a conotação de **mercado climático** (denominação adotada para os períodos em que as Bolsas se tornam extremamente sensíveis a notícias sobre o clima) fez com que os preços na **Bolsa de Chicago** mantivessem tendência de alta, mas com quedas bruscas.

Outro fator altista, àquela ocasião, foi a divulgação, por **Oil World,** de que as compras de farelo pela **União Soviética** prosseguiam, tendo aquele país adquirido 300 mil t em fins de maio e, talvez, adquirido 1,2 milhão de t, para embarque em setembro/outubro.

Em meados de junho, o plenário do **63º Congresso Mundial dos Esmagadores de Oleaginosas,** realizado em Vancouver, **Canadá,** solidarizou-se com a posição brasileira, contrária à inclusão da soja no **Export Enhancement Program** norte-americano. Quase simultaneamente, a **Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB,** divulgou estudo em que a soja apareceu como a lavoura com os maiores custos de produção, para efeito de cálculo do **Valor Básico de Custeio** da safra 1988/89. Quanto a esse custo, calculado pela **CFP** e atualizado até 1º/2, foi de Cz$ 823,38/60 kg. Corrigido para 1º/6, pela **OTN,** passou a ser de Cz$ 1.582,79/60 kg.

Outro problema, quanto à safra 1988/89, teve origem em estudos meteorológicos, que indicaram ser o fenômeno conhecido como **La Niña,** ou **Anti-El Niño,** provocador de retardamento da estação chuvosa e redução da precipitação pluviométrica na região **Sul** do **Brasil.** No exterior, o clima excessivamente seco nos **EUA** (deu-se decretação de estado de emergência, em dezoito estados) levou as cotações a ultrapassarem limites antes tidos como **intransponíveis.** Em 15/6, o contrato para entrega em agosto, em **Chicago,** chegou aos US$ 9,24/**bushel.** Dois dias depois, o contrato para julho atingia a maior cotação em onze anos, US$ 9,71/**bushel.** Em 20/6, o contrato para agosto superou os US$ 10/**bushel,** um marco histórico no mercado.

A vigência de altas cotações, benéfica no curto prazo, trouxe preocupações quanto ao futuro, por servirem de incentivo ao plantio nos países concorrentes. Naquela ocasião, no entanto, o fato de estarem atrasadas as vendas brasileiras lhe eram favoráveis. Até a segunda semana de junho, os registros da **Cacex** apontavam exportações de 1,5 milhão de t do grão, 4,3 milhões de t do farelo e 400 mil t de óleo, todos os totais abaixo de 60% do esperado para a época.

No dia 22/6, o **Ministério da Agri-**

cultura anunciou a decisão de cortar recursos destinados ao plantio da soja (as linhas de crédito para custeio e investimento agrícolas estavam suspensas no **Banco do Brasil**, em razão da anistia aos devedores, derivada do fracasso do **Plano de Estabilização Econômica**) por considerar que a capacidade de autofinanciamento dos produtores rurais estava aumentando e que a área de cultivo, crescendo demasiadamente em 1988/89, **prejudicando** a produção do milho (ver **Agroanalysis**, volume 12, números 8 e 9, de agosto e setembro de 1988). Registrava-se procura por sementes de soja, que eram especialmente demandadas no **Rio Grande do Sul**, onde a estiagem deixou seqüelas sobre a qualidade dos grãos. Em diversas zonas de produção, falava-se da provável escassez deste insumo.

No início de julho, uma retração temporária dos preços em **Chicago** trouxe alguma preocupação. Além do clima nos EUA, contribuíram para isto as dúvidas quanto ao sucesso das negociações para um novo acordo agrícola **EUA-URSS**.

Segundo a **Abiove**, em julho, foram esmagadas 1,4 milhão de t, 47% a mais do que em junho. No primeiro semestre do ano-safra, esmagaram-se 7,1 milhões de t (7,9 milhões de t, no mesmo período de 1987). Esperava-se que, de agosto de 1988 a janeiro de 1989, o desempenho do ano anterior fosse ultrapassado. O óleo de soja teve seu consumo aumentado comparativamente ao de anos anteriores (exceto 1986), mas o farelo esteve todo o tempo abaixo dos números dos dois anos anteriores (ver Quadro 46).

No exterior, aguardava-se com ansiedade a próxima divulgação das estatísticas do **USDA**. A safra de soja dos **EUA** foi projetada (a estimativa oficial sairia em agosto) em 44,9 milhões de t, bem abaixo das 51,8 milhões de t, de 1987/88. Técnicos da **CFP**, em viagem às regiões afetadas pela escassez hídrica naquele país, consideraram que a situação era bem mais grave do que a anunciada.

Em fins de julho, houve chuvas em importantes áreas de produção do **Meio-Oeste** dos EUA e os preços cederam. Contudo, como o mês de agosto costuma ser seco, as preocupações quanto ao comportamento das lavouras não diminuíram. O mercado brasileiro logo foi afetado pela retração em **Chicago**. No **Paraná**, a cotação da soja caiu de Cz$ 3.800/60 kg (28/6) em Ponta Grossa, Cz$ 3.700/60 kg em Londrina e Cz$ 3.500/60 kg em Cascavel para, respectivamente, Cz$ 3.200/60 kg, Cz$ 3.200/60 kg e Cz$ 3.050/60 kg. No **Rio Grande do Sul**, os produtores rurais não foram afetados pela baixa, pois dispunham para venda apenas entre 5% e 8% da safra, já que o pico de comercialização ocorreu em maio e junho.

No que se refere à política agrícola para a safra 1988/89, a soja foi aquinhoada com as maiores variações do **VBC** (ver Quadro 46), mas reduziram-se os limites de adiantamentos para os produtores de quaiquer porte (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 9, setembro de 1988). Registre-se, porém, que, conforme apontado em **Agroanalysis** (volume 12, número 8, agosto de 1988) "a variação positiva registrada nos **VBC** não acompanhou o aumento dos custos da produção, representados pelo **IPP**. A situação atingirá mais fortemente os produtores que utilizam tecnologia avançada, uma vez que os itens que registraram maiores elevações foram os serviços (uso de equipamentos motomecanizados, 604% e agrotóxicos, 480%). O item que menos subiu foi a mão-de-obra, 273%". O plantio de soja não deveria ser desestimulado, porém, por contar com o respaldo do mercado internacional, o que não ocorre com o milho. Este último, principal componente nos custos da alimentação do plantel avícola, teve seus preços majorados, entre março e agosto de 1988, em nível superior ao dos preços de soja, segundo a **CFP**.

Em agosto, delineava-se novo período de seca, no **Centro-Sul** do **Brasil**, pelo comportamento das águas no Oceano Pacífico (**La Niña**), trazendo dificuldades à futura safra brasileira. No exterior, as cotações continuaram favoráveis, tendo o **USDA** divulgado nova estimativa para a produção norte-americana, de apenas 40,1 milhões de t. Na safra 1988/89, podia-se antever acentuada redução na participação dos **EUA** na produção mundial (ver Gráfico 05) que não havia como ser substituída

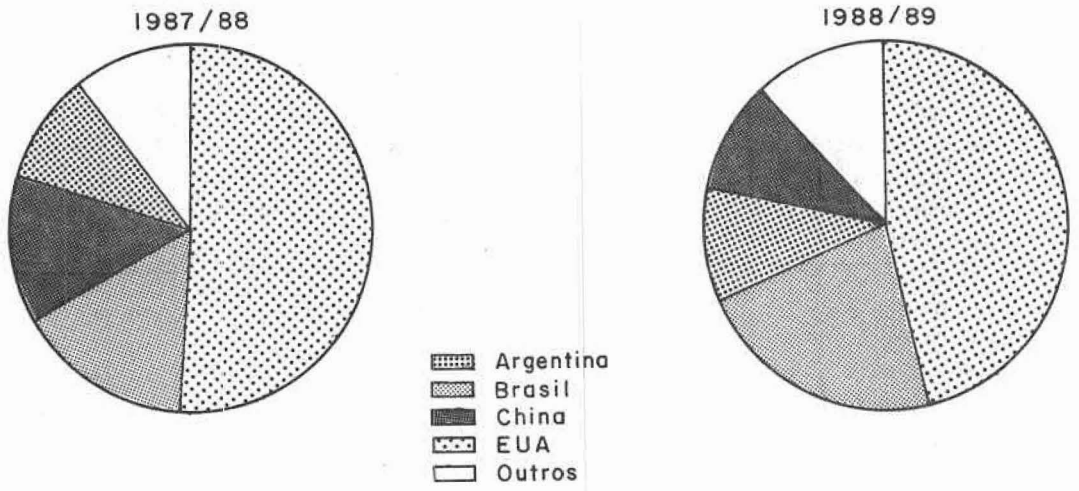
QUADRO 46 – SOJA – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO – SAFRAS 1987/88 E 1988/89

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	SAFRA 1987/88 (Cz$/ha)[4]	SAFRA 1988/89 (Cz$/ha)[4]	Δ %
Algodão	1.601-1.800	14.921	66.401	345,0
Arroz irrigado[1]	3.601-4.300	11.965	54.020	351,5
Arroz de sequeiro[1]	1.001-1.300	4.059	19.214	373,4
Feijão[2]	801-1.000	7.074	32.733	362,7
Milho[1]	2.001-2.500	4.500	22.664	403,7
Soja[1]	2.001-2.500	4.729	23.801	403,3
Soja[3]	1.501-1.750	5.686	30.112	429,6
	1.501-1.750	5.965	31.623	430,1

FONTE – Banco Central do Brasil.
[1] Sul e Sudeste;
[2] safra das águas;
[3] Centro-Oeste;
[4] VBC convertido em Cz$ pelo valor da OTN de junho de cada ano.

SOJA – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS NO TOTAL DA PRODUÇÃO – 1987/88 E 1988/89 – (em %)

GRÁFICO 05



FONTE – USDA.

pela oferta dos demais produtores. Deste modo, tinha-se certeza de que, ainda por vários meses, o mercado internacional seria atraente para os sojicultores sul-americanos. No **Brasil** e na **Argentina**, as estimativas do aumento da área de plantio situavam-se entre 10% e 15%, com algumas previsões de até 20%. O primeiro intervalo, resultaria em acréscimo de 4 milhões de t à produção mundial, bem menor do que o desfalque de 11 milhões de t da safra norte-americana.

No **Brasil**, foram fatores limitantes à expansão da soja a falta de sementes de boa qualidade, derivada da seca no **Sul** e das chuvas excessivas no **Centro-Oeste**. Em fins de agosto, calculava-se que os agricultores paranaenses detinham ainda 700 mil t de soja e, os gaúchos, cerca de 300 mil t, sendo que a concentração das vendas nos meses de maio e junho tinha-lhes proporcionado excelente remuneração.

Externamente, a competição entre países nos mercados de **commodities** ganhou nova feição, em 1988, com a aceleração do processo de constituição de **blocos econômicos**. Logo nos primeiros dias de setembro, a **American Soybean Association** concordou com a liberação imediata do comércio do complexo da soja entre os **EUA** e o **Canadá**, desde que se definissem formas para impedir que terceiros países se beneficiassem da medida.

Em termos de exportações brasileiras, os registros da **Cacex**, até 9/9, apontavam vendas de 2,6 milhões de t do grão, 7,4 milhões de t de farelo e 750 mil t de óleo e, em termos de integração, pouco se avançava no processo de aproximação **Brasil-Argentina**.

Em 12/9, mais uma vez o **USDA** frustrou expectativas, ao estimar a safra dos **EUA** em 40 milhões de t, pois corretoras privadas já vinham considerando possível colheita abaixo de 38,5 milhões de t.

Na **América do Sul**, apenas em fins de setembro, as chuvas foram mais intensas mas, em algumas regiões a estiagem durou até noventa dias. No **Brasil** e na **Argentina**, ficou claro que a safra não seria tão boa quanto se imaginara anteriormente.

No início de outubro, anunciou-se que o ritmo da colheita nos **EUA** estava superando a média da época e se começou, outrossim, a divulgar que o **USDA** deveria estimar, em 12/10, aumento na produção da frustrada safra de 1988/89.

Isto realmente aconteceu, com a nova quantidade alcançando 40,9 mi-

QUADRO 47 – SOJA – COTAÇÕES DO PRIMEIRO FUTURO NA BOLSA DE CHICAGO – 1987/88 – (em US$/t)

MÊS	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
Jan	182,18	277,43	159,08	206,83	353,26	486,60
Fev	179,84	227,33	159,03	201,59	349,01	465,20
Mar	179,95	230,77	155,33	208,35	343,71	450,81
Abr	188,53	247,02	166,23	218,78	345,93	486,37
Mai	203,18	269,84	184,13	245,06	368,75	527,41
Jun	205,79	344,34	194,42	320,52	366,74	615,14
Jul	198,57	322,12	186,47	292,07	354,93	645,77
Ago	190,81	312,42	177,47	294,78	348,96	593,56
Set	192,59	311,29	189,44	295,29	354,52	561,97
Out	197,81	291,22	196,56	281,70	383,35	525,16
Nov	258,44	280,88	218,22	277,77	390,68	490,17
Dez	218,89	287,05	227,72	276,51	430,77	508,93

FONTE – CFP.

lhões de t, abaixo das 42 milhões de t de que se chegou a cogitar. Havia, porém, a expectativa de novas correções, para mais, nos meses posteriores, pois, de acordo com a **American Soybean Association**, as variedades de ciclo tardio apresentaram menores problemas.

No **Brasil**, estas variedades, as mais procuradas pelos produtores rurais do **Rio Grande do Sul**, estavam escassas. O **Ministério da Agricultura** viu-se obrigado a aceitar, para o plantio garantido, as sementes do padrão B, estabelecido em 1987, com redução do índice mínimo de germinação de 80% para 70%. A disponibilidade gaúcha para venda a outros estados limitava-se a variedades precoces, especialmente a **IAS-5**. Os paranaenses, que desejavam adqüirir sementes das variedades **Bragg, IAS-4** e **BR-4**, não puderam fazê-lo.

Faltava, também, o grão para uso industrial. Mesmo em **Mato Grosso**, onde se supunha haver ainda certa disponibilidade, as reservas eram menores do que o esperado, começando, então, a se formarem dúvidas quanto ao real tamanho da safra e ao comportamento do parque de esmagamento.

Os estoques brasileiros, em 1º/10, início do ano comercial internacional, estavam muito altos (5,8 milhões de t), devido à comercialização mais lenta.

A publicação alemã **Oil World** divulgou que os estoques mundiais de oleaginosas poderiam cair para apenas 19 milhões de t, reduzindo a relação estoque/consumo a menos de 10%, gerando maior **aperto** em quinze anos. Referiu-se ao fato de a oferta conjunta da **Argentina, Brasil** e **EUA**, em 1º/09/88, ter sido a mais baixa dos últimos oito anos, como indicador dessa tendência.

Contudo, o último trimestre do ano registrou preços declinantes na **Bolsa de Chicago**, em função das novas estimativas do **USDA**, que aumentaram a safra norte-americana (ver Quadro 47).

O desempenho das exportações brasileiras, excetuando-se o caso do óleo, foi bom, ao longo do ano (ver Quadro 48). Aliás a questão do óleo de soja seria discutida no **Ciclo do Uruguai de Negociações Multilaterais de Comércio (Uruguay Round)**, em Montreal, **Canadá**, no início de dezembro, sem que, contudo, se tivesse chegado a qualquer acordo (ver **Agroanalysis**, volume 12, números 11 e 12, novembro e dezembro de 1988 e volume 13, número 1, janeiro de 1989).

Em novembro, havia especulações quanto ao atraso do plantio, na região **Sul**. Já se comercializava a nova safra e, na **Bolsa de Mercadorias de São Paulo**, o contrato para março atingia Cz$ 18.300/60 kg. Em **Chicago**, no início de novembro, cotavam-se os **futuros** para maio em US$ 8,19/**bushel** para o grão e US$ 24,85/libra-peso, para o farelo. Da mesma forma que um ano antes, as previsões de que a **URSS** compraria grandes quantidades (desta vez, falavam-se em 29 milhões de t) de cereais e oleaginosas, em 1988/89, constituíram-se em sustentáculo para projeções otimistas dos preços.

Em termos da safra brasileira 1988/89, apenas em fins de outubro (dois meses de atraso) parcela ponderável dos agricultores paranaenses pôde iniciar o preparo do solo, por ter contado com chuvas suficientes. O **Rio Grande do Sul**, tão prejudicado pela estiagem em 1987/88, desta feita era o estado em que as lavouras apresentavam as melhores condições. Os problemas climáticos, nesta safra, afetaram bastante o plantio do **Paraná** e é certo que ali se terá importante **desfalque**. Segundo a **CFP**, a comercialização de 1987/88, feita com sucesso, sem intervenção governamental (fato inédito) com preços corretamente fixados pelos produtores, menor corrida às exportações (possibilitada por melhor infra-estrutura de armazenagem no **Centro-Oeste**), além de permitir excelente rentabilidade, assegurará abastecimento tranqüilo, até março de 1989. Ocorrerão perdas no **Centro-Oeste**, em razão da qualidade inferior das sementes plantadas.

No mês de dezembro, verificavam-se reajustes acima da inflação, nos preços do óleo, possivelmente derivados da evolução anterior dos preços do grão. A CFP considerou

QUADRO 48 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE SOJA – 1982-88 (t e US$ mil-fob)

ANO	SOJA EM GRÃO		FARELO		ÓLEO BRUTO		VALOR TOTAL
	(t)	(US$/mil)	(t)	(US$/mil)	(t)	(US$/mil)	(US$/mil)
1982	500.804	123.457	7.270.763	1.619.165	509.325	222.359	1.964.981
1983	1.295.085	308.571	8.492.849	1.793.219	354.370	155.057	2.256.847
1984	1.561.110	454.116	7.587.025	1.460.179	803.028	557.178	2.471.473
1985	3.491.476	762.683	8.588.020	1.174.587	521.276	331.393	2.268.933
1986	1.200.151	243.218	6.958.664	1.254.716	219.115	71.679	1.569.613
1987	2.023.651	570.277	7.802.299	1.449.966	574.228	172.341	2.192.584
1988[1]	2.507.530	700.640	6.909.839	1.684.020	86.025	35.169	2.419.832

FONTE – Cacex.
[1] Janeiro a outubro.

que a existência de 100 mil t disponíveis para venda ao mercado externo até o fim do ano comercial, não causaria preocupação. É claro que o atraso na entrada da safra, porém, trouxe alguma ansiedade quanto à situação futura do abastecimento.

As exportações do complexo foram estimadas em 2,6 milhões de t do grão, 8,3 milhões de t do farelo e 700 mil t do óleo, com receita de US$ 3,2 bilhões. Para 1988/89, a CFP estima venda ao exterior de 4 milhões de t do grão, 9,6 milhões de t do farelo e 1,0 milhão de t do óleo, auferindo-se US$ 4 bilhões. Evidentemente, o comportamento da futura safra dos EUA será fundamental para o equilíbrio do mercado.

SORGO – Dificuldades na comercialização e armazenagem vêm desestimulando o plantio.

O plantio de sorgo foi muito incentivado na atual década, principalmente no **Nordeste** e no **Rio Grande do Sul** (neste, para ocupar áreas marginais ao milho, cereal em que o estado não é autosuficiente), pois é um bom substituto para o milho na alimentação animal e humana e seu plantio é o mais indicado para áreas com pequena disponibilidade de água e com solos mais pobres. A área plantada com sorgo cresceu, em média, 17,3% no período 1980/87. Entretanto, as perdas ocorridas na lavoura, devido à falsa imagem de planta muito rústica,[1] somadas às dificuldades encontradas em sua comercialização e armazenagem, estão desestimulando o seu plantio.

Em 1988, a área plantada decresceu pela primeira vez na atual década (ver Quadro 49), situando-se em 196 mil ha. O rendimento médio foi de 1.572 kg/ha e sua produção totalizou 308 mil t.

A área plantada no **Rio Grande do Sul**, principal estado produtor, decresceu 54%, voltando aos níveis de safras anteriores, isto é, em torno de 59 mil ha. Em 1986, ocorrera um pequeno **veranico** por ocasião do plantio da safra de verão de 1986/87, que atrasou o plantio das demais culturas e estimulou o plantio do sorgo. A comercialização no estado, iniciou-se lentamente mas, por ocasião da entressafra do milho, escasso no mercado estadual, a demanda do sorgo foi estimulada e o produto foi facilmente transacionado. O governo vendeu também seus estoques (mesmo os mais antigos) adquiridos em outros estados, com preços variando de 74% a 78% em relação ao preço do milho.

Em **São Paulo**, a área decresceu 9% em relação à safra anterior, e foram plantados 31 mil ha. A comercialização no estado transcorreu com dificuldades, devido a abundância de milho por ocasião de sua colheita, e o sorgo foi adquirido pelas indústrias de rações, com preços variando de 70% a 75% em relação ao preço do milho. No **Paraná**, a área plantada com sorgo decresceu 77%.



Nos estados do **Centro-Oeste**, a área plantada cresceu significativamente. Nestes estados, o sorgo é plantado em sucessão à soja, sem necessitar de preparar a terra para receber a cultura, e seus produtores utilizam-se de seu **VBC** para ajudar a saldar os empréstimos efetuados por ocasião do plantio de soja. Nestes estados, o consumo de sorgo é muito pequeno e o governo é o grande comprador.

A política de preço mínimo adotada para o sorgo, até a safra 1987/88, estipulava um **deságio** de 10% em relação ao preço mínimo do milho no **Nordeste** e de 15% no **Centro-Sul**. Entretanto, o mercado adotava um **deságio** maior, de forma que o governo, nos últimos anos, viu-se forçado a comprar boa parte da produção de sorgo, mantê-la em estoque e revendê-la por preço que não incluia os custos de armazenagem, de transporte e financeiros. Para a próxima safra, o governo aumentou o **deságio** para 30%, procurando, com isso, afastar-se do mercado, deixando-o sujeito às suas próprias oscilações.

No **Nordeste**, a área plantada aumentou 41%. No **Rio Grande do Norte**, estado onde se cultiva para consumo animal, a área plantada cresceu 197%, ficando semelhante à de 1986. Em 1987, a forte seca que assolou o estado desestimulou o plantio e, em 1988, as condições climáticas lhe foram mais favoráveis.

Em **Pernambuco**, também houve incremento significativo de área em relação à safra anterior. Entretanto, esta permanece bem aquém da prevista inicialmente para a atual safra (10 mil ha), quando o anúncio da retirada do subsídio ao trigo aumentou o interesse pelo sorgo por parte das indústrias de panificação. Neste estado, o incentivo dado pela **Emater** e outros órgãos de pesquisa ao sorgo estimulou sua produção em anos anteriores, mas suas difíceis comercialização e armazenagem desestimularam os agricultores.

Na **Bahia**, à semelhança do que ocorre em **Pernambuco**, as dificuldades com a comercialização desincentivaram os produtores nos últimos

1 Convém notar que o sorgo é mais resistente do que cereais mais nobres como o milho, mas também necessita de trato cultural, e alguns produtores o plantavam sem nenhum cuidado, esperando obter excelente produtividade.

QUADRO 49 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO SORGO – 1987-88

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1987	1988	%	1987	1988	%	1987	1988	%
RS	129.069	59.188	-54,14	256.590	94.457	-63,19	1.988	1.596	-19,72
MS	13.584	35.266	159,61	26.044	46.063	76,87	1.917	1.306	-31,87
SP	34.000	30.900	-9,12	80.600	77.300	-4,09	2.371	2.002	5,53
MT	19.100	20.912	9,49	27.357	25.129	-8,14	1.432	1.202	-16,06
RN	5.516	16.434	197,93	1.092	21.802	1.896,52	198	1.327	570,20
GO	5.035	12.360	145,48	9.370	19.930	112,70	1.861	1.612	-13,38
BA	13.130	9.211	-29,85	10.333	6.972	-32,53	787	757	-3,81
PE	2.176	3.916	79,96	1.614	3.498	116,73	742	893	20,35
PR	4.823	1.100	-77,19	19.118	3.800	-80,12	3.964	3.455	-12,84
CE	804	1.010	25,62	679	1.243	83,06	845	1.231	45,68
OUTROS	11.494	5.562	-51,61	20.272	7.760	-61,72	1.764	1.395	-20,92
BRASIL	238.731	195.859	-17,96	453.069	307.954	-32,03	1.898	1.572	-17,18

FONTE – IBGE.

anos. Na atual safra, a redução foi de 9%. Contudo, para a próxima safra, já se iniciou o plantio, e é esperado aumento de área, em substituição ao feijão e ao milho. Os bancos estão restringindo o credito às culturas que já receberam **Proagro** e, como em Irecê, **Bahia**, a maior parte dos produtores já recorreu, ao menos uma vez, ao **Proagro** para o milho e para o feijão, alguns produtores optarão por plantar sorgo ou mamona.

TOMATE – A excelente produção fez com que os preços evoluíssem bem abaixo da alta da inflação.

O tomate teve colheita recorde de 2,4 milhões de t. Em relação ao ano anterior, o crescimento foi igual a 18%, impulsionado pelas expansões de 9% da área e 8% do rendimento físico, que alcançou 38.278 kg/ha. Os paulistas colheram 766 mil t (+ 4%). Contudo, em números relativos, foram muito mais expressivos os acréscimos registrados nos estados de **Pernambuco** (71%) e **Bahia** (21%). Suas safras subiram para 497 mil t e 329 mil t, respectivamente.

Destacou-se a colheita pernambucana. Em Petrolina, a produtividade física cresceu além das previsões, surpreendendo as indústrias, que não puderam processar a totalidade da produção. Faltaram caixas e, conseqüentemente, houve perdas.

A evolução dos preços do tomate espelhou aquele nível de produção. Na média do país, a alta totalizou 673%, entre janeiro e dezembro. Em **Pernambuco**, foi de apenas 502%, elevando-se para 626% em **São Paulo** e 839%, na **Bahia**.

TRIGO – Obteve-se mais uma boa safra e o governo avançou no processo de reformulação de sua presença na atividade.

A produção no Brasil se notabilizou pelos problemas de adaptação às condições edafoclimáticas do país e, conseqüentemente também de ordem econômica. Os primeiros puderam ser minorados mediante investimentos em pesquisa fitogenética e de sistemas de produção, resultando, em grande medida, nas boas safras de anos recentes (ver Quadro 50). Obtiveram-se colheitas fartas, para os padrões brasileiros, de produto de boa qualidade. Até 1985, pouco da produção era classificada acima do **PH 78** (o **Banco do Brasil** vinha pagando o preço básico ao **PH 78**, com deságios ao grão inferior, até **PH 65**, e ágios até o **PH 84**).

As questões de ordem econômica, em geral associadas ao elevado custo de produção interno, foram magnificadas pelas sucessivas intervenções do estado, tendo apresentado múltiplas facetas. Houve o chamado **trigo-papel**, dos anos cinqüenta e, mais recentemente, o subsídio ao consumo, adotado a partir de 1972. Segundo a **CFP**, o maior nível do subsídio ocorreu em 1980, quando atingiu 82%. Nos anos seguintes, foi gradativamente reduzido, até que em 1986, com a edição do **Plano Cruzado**, o preço da venda do trigo aos moinhos ficou congelado por mais de um ano, elevando-se o subsídio novamente. Em junho de 1987, com a edição do **Plano Bresser**, o preço de venda do trigo em grão aos moinhos foi reajustado em 513%; desta forma, grande parte do subsídio foi eliminada. O subsídio médio em 1987 ficou em 39%, contra os 70% em 1986. Esta redução de nível fez com que o consumo fosse reduzido. Em 1987, fo-

QUADRO 50 - BRASIL - PRODUÇÃO DE TRIGO - 1978-1988

ANO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)
1978	2.811.189	2.690.888	957
1979	3.830.544	2.926.764	764
1980	3.122.107	2.701.613	865
1981	1.920.142	2.209.631	1.151
1982	2.827.929	1.826.945	646
1983	1.879.078	2.236.700	1.190
1984	1.741.673	1.983.157	1.139
1985	2.657.884	4.247.197	1.598
1986	3.897.719	5.684.160	1.458
1987	3.454.844	6.099.111	1.765
1988	3.441.498	5.549.466	1.613

FONTE - IBGE.

ram entregues à moagem 6,7 milhões de t, contra 7,2 milhões de t em 1986, representando redução de 7% do consumo aparente (ver Quadro 51). Cabe ressaltar que, até meados do ano de 1987, o subsídio foi muito elevado, o que contribuiu para que a redução no consumo não fosse maior.

Outro probema deriva do fato de que o subsídio criou sérias distorções, ao tornar a farinha de trigo mais barata do que sucedâneos tradicionais, em todo o país. A programada extinção total do subsídio acarretará mudanças e permite pensar no retorno ao funcionamento dos moinhos coloniais. No caso da ocorrência de futura retração no consumo, os moinhos anteriormente beneficiados pelo sistema de quotas poderiam começar a lidar com farinhas substitutas, como as de milho e sorgo, para não aumentarem sua ociosidade. O **Centro Nacional de Pesquisa de Tecnologia Agroindustrial de Alimentos**, da **Embrapa**, Rio de Janeiro, tem desenvolvido estudos com vistas a este fim.

Logo no início do ano, anunciou-se que, pela primeira vez em oito anos, as entidades representativas dos triticultores encaminhariam ao governo proposta conjunta para o **VBC** e o preço básico. O preço acordado, Cz$ 1.000/60 kg, superava em 40% o que vigorou até setembro de 1987. Em janeiro, o governo deveria definir o preço de compra, tendo de o fazer de forma cuidadosa, para não aumentar, mais uma vez, o nível do subsídio.

Também se apelou ao governo para que fossem revistos os termos de acordo assinado com a **Argentina** (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 9, setembro de 1988). Contudo, no início de fevereiro, as autoridades da área manifestaram-se favoráveis a manter as compras do vizinho sul-americano e a cancelar as que seriam feitas nos **EUA (aproximava-se igualmente, a renovação do acordo com o Canadá).** Na mesma época, a **Comissão de Coordenação Financeira**, do **Ministério da Fazenda**, discutiu o novo **VBC** e a criação de um calendário de liberação dos recursos diferenciados para os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e o restante do país.

Anunciou-se, também, a possível extinção **definitiva** do subsídio, até o mês de junho, mediante reajustes mensais mais elevados.

Apenas no início de março, foram aprovados os novos **VBC**, a serem corrigidos pela variação da **OTN**. Foram concedidos Cz$ 12,7 mil ha para as lavouras com produção de 1.001 kg/ha, Cz$ 21,5 mil para as que alcançassem 1.600 kg/ha e Cz$ 32,1 mil para as que superassem os 3.000 kg/ha. O adiantamento do crédito ficou em 100%, 60% e 50%, para os grandes, médios e pequenos produtores. O total de recursos a ser aplicado na atividade mostrou ser intenção oficial estimular a repetição, em 1988, da área plantada do ano anterior. Como desestímulo à formação de excedentes, decidiu-se que os triticultores que recorreram ao **Proagro** duas vezes nas três safras precedentes não lhe teriam acesso, desta feita.

Em 17/3, a **Sunab** divulgou a portaria que fixava em 6,5 milhões de t o total do trigo a ser vendido aos moinhos, em 1988.

No início de abril, para atender as solicitações dos agricultores do Rio Grande do Sul, prejudicados pela estiagem, o governo ampliou o financiamento da área plantada.

Em meados do mês, a **Seap** anunciou que o subsídio seria eliminado até o final do ano, isto porque a elevação dos preços dos alimentos considerados básicos passou a ser obstáculo importante à retirada total do favor. Em 22/4, porém, através de portaria da **Sunab**, que reajustava o preço do trigo em grão para os moinhos em 60%, considerava-se extinto o subsídio. A comercialização, contudo, permaneceu a cargo do governo federal.

No final do mês, os produtores paranaenses receberam a notícia de que poderiam ampliar sua área de plantio em até 6% (mais 90 mil ha).

Até o início de maio, porém, não tinha sido aprovado o preço de garantia, previamente definido pelos **Ministérios da Fazenda** e da **Agricultura** em 22,473 **OTN/t (PH 78)** mesmo nível, corrigido, do preço que

QUADRO 51 - BRASIL - CONSUMO APARENTE DE TRIGO - 1980-1987 (em mil t)

ANO	CONSUMO
1980	6.802
1981	6.098
1982	6.101
1983	5.987
1984	6.327
1985	6.133
1986	7.203
1987	6.690

FONTE - Sunab, Detrig/Banco do Brasil S.A.

vigorou em 1987, mas inferior em 28% ao de 1986.

Houve preocupação entre os produtores rurais, pois apesar de já ser conhecido o preço, sua não-aprovação poderia significar que ocorreria alguma mudança e o plantio estava em andamento desde meados de março em algumas áreas do Paraná e nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. De fato, o preço de garantia deveria ter sido definido, no máximo, até o começo de abril.

O mês de maio passou e mais de 50% de área foram plantados, sem que o **Conselho Monetário Nacional** aprovasse o novo preço. Naquele mês, no Paraná, e no Mato Grosso do Sul, detectaram-se surtos de **brusone**, doença que provocou grande perda em 1987.

Em meados de junho, representantes do **Brasil** e da **Argentina** discutiram a possibilidade de substituição de parte do trigo prevista pela importação por milho. Diante da rápida elevação dos preços no mercado internacional, derivada da quebra da safra norte-americana, voltou a preocupação com os gastos provocados pelas importações.

Na mesma época, criou-se uma comissão, constituída pelo **Ctrin, Seap** e órgãos do **Ministério da Fazenda**, para determinar, até agosto, como fazer a passagem da comercialização do trigo para a iniciativa privada.

No final de junho, o governo argentino aceitou trocar 227 mil t de trigo por milho. Os relatórios de então, quanto à safra brasileira, diziam que o clima frio estava sendo benéfico. No Rio Grande do Sul, 80% da área estavam cultivados e se esperava extensão cultivada 2% maior. São Paulo e Mato Grosso do Sul já tinham encerrado o plantio, que prosseguia no Paraná e em Santa Catarina.

Apenas em 27 de julho, quando já se colhia no Oeste do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, o **Conselho Monetário Nacional** aprovou o preço de aquisição.

Após dois meses de estudos, a **Comissão** criada para tratar da privatização da comercialização do trigo, anteriormente referida, concluiu seus trabalhos. Considerou que não deveria ser integralmente privatizada essa atividade, em razão da inexistência de infra-estrutura particular que garanta o abastecimento. Propôs, porém, o fim do sistema de quotas de entrega do produto aos moinhos. Também concluiu que o preço de garantia, encaminhado pelo **Ministério de Agricultura** ao **Conselho Monetário Nacional**, deveria passar a considerar os preços cobrados no mercado internacional.

No mesmo mês, com a colheita em andamento nas zonas de produção situadas mais ao norte e em fase de emborrachamento no sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a estiagem começou a preocupar. Logo se alardearam perdas elevadas no Paraná (não confirmadas mais tarde, conforme **Agroanalysis**, volume 12, número 9, setembro de 1988) e possibilidade de atraso no preparo do solo para o plantio seguinte da soja. O desenvolvimento dos trigais apresentou problemas que, efetivamente, acarretaram perdas, notadamente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ver Quadro 52).

Em 1º/9, o **Ministério da Fazenda** autorizou a **Secretaria do Tesouro Nacional** a repassar ao **Banco do Brasil** Cz$ 91 bilhões para a compra estatal do trigo, a se iniciar em setembro. Havia expectativa de corte nos recursos destinados a este fim, mas, diante de decisão do **Conselho Monetário Nacional** e da possibilidade de frustração de safra, isto acabou não acontecendo.

Ao se aproximar o início da colheita, discutiu-se, no mercado, o fato de o consumo do trigo não ter registrado retração, embora tenham ocorrido majorações acentuadas nos preços da farinha e, conseqüentemente, de seus produtos. A explicação para isto foi encontrada no clima frio do inverno de 1988, que teria estimulado a demanda pelas massas em geral, principalmente em contexto de queda do consumo das carnes, motivada pela perda do poder de compra dos salários.

No mês de outubro, verificaram-se manifestações de protesto de agricultores paranaenses, como resultado do atraso na liberação de recursos oficiais para a compra da safra. Neste mesmo mês, ficou evidenciado o exagero das estimativas iniciais da quebra da safra, que se referiam a 1,2 milhão de t perdidas, em razão das geadas de maio e junho no Paraná e da estiagem de julho e agosto nos três estados da região Sul.

Viu-se, também, que as importações acordadas com a **Argentina** e o **Canadá** seriam menores (passariam do total de 2,2 milhões de t, para 980 mil t da **Argentina** e 20 mil t

QUADRO 52 – TRIGO – PRODUÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO OS ESTADOS – SAFRAS DE 1987 E 1988

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
PR	1.717.500	1.775.000	3.318.200	3.250.000	1.932	1.831
RS	998.324	1.012.268	1.783.449	1.403.290	1.786	1.386
MS	425.298	344.283	498.656	410.183	1.172	1.191
SP	180.030	193.946	319.800	358.137	1.776	1.847
SC	124.801	99.880	160.120	89.344	1.283	895
MG	7.345	9.520	16.535	27.344	2.251	2.872
GO	499	1.794	745	4.460	1.493	2.486
MT	673	504	843	645	1.253	1.280
DF	374	173	763	514	2.040	2.971
Outras	...	4.130	...	5.549	...	1.344

FONTE – IBGE.

do **Canadá**) devido à seca que afetou as plantações canadenses, e às vendas argentinas, principalmente para a **URSS.**

Mesmo com a safra menor no **Brasil** e redução das importações, o abastecimento, em 1988, não correu riscos, pois havia grandes estoques, no início do ano e a safra seria boa (estoque inicial de 5,4 milhões de t + importação de 1 milhão de t + safra de 5,9 milhões de t = oferta total de 12,3 milhões de t).

Iniciado o mês de novembro, a colheita registrou desempenho excepcional, com PH elevado (81,6) e se supôs que não se poderia, ainda, em razão do agravamento da situação econômica, decretar-se a projetada privatização do comércio do trigo.

Àquela ocasião, os agricultores reclamavam da **defasagem** do preço de garantia, ao que o governo respondeu lembrando sua correção pela **OTN.**

O mês terminou com a suspensão da compra do trigo pelo **Banco do Brasil,** após terem sido esgotados seus recursos específicos. Para continuar adquirindo a produção, o governo teria de esperar pela aprovação de **Lei de Excesso do Orçamento Geral da União.** Enquanto isto não ocorria, o **Ministério da Fazenda** aprovou **ad referendum** do **Conselho Monetário Nacional** a correção do preço de garantia pela variação diária da **OTN** (OTN fiscal) em caráter excepcional.

Em dezembro, ainda restavam a comprar 1 milhão de t de produção gaúcha. Outra dificuldade foi a fixação, pelo **pacto social,** de reajuste de 25% para o trigo entregue aos moinhos e para a farinha entregue às padarias, por significar, na prática, o retorno do subsídio.

Naquele mês, finalmente foi submetido ao **Congresso Federal** projeto que modifica a comercialização estatal, segundo o qual o trigo que não for comprado pela iniciativa privada será adquirido pelo **Banco do Brasil,** por preço a ser estabelecido, baseado na qualidade do grão. Caberá ao **Banco** o monopsônio no caso das importações de trigo e de farinha, em caso de escassez regional, ou nacional. Uma inovação é a obrigatoriedade de, na venda de estoques oficiais em bolsas, reservarem-se 10%, no mínimo, do total ofertado, para ser direcionados a pequenas indústrias moageiras. Caberá à **Sunab** fiscalizar o comércio e o processamento industrial.

Até o fim do ano, prosseguiam as manifestações contra o atraso no pagamento da compra da safra, agora no Rio Grande do Sul e não se viam possibilidades de retorno à normalidade. A situação da atividade era objeto de especulações, pois após a sucessão de êxitos no plantio, em anos recentes, promoviam-se – ou se anunciavam – mudanças radicais, de forma confusa, sem que os produtores pudessem saber como farão o plantio de 1989.

UVA – A safra cheia enfrentou dificuldades no mercado, derivadas das discordâncias quanto ao preço para as indústrias.

As condições do inverno de 1987 permitiram que a safra a ser colhida em 1988 tivesse bom desenvolvimento, confirmando a tendência de uma apreciável produção a cada três anos. A safra **cheia** anterior tinha sido a de 1985.

No início do ano, porém, as chuvas que caíram sobre a Serra Gaúcha afetaram a qualidade da safra, que só se recuperou a partir de fevereiro, quando o clima se tornou mais seco. Isto possibilitou às indústrias fazerem compras maiores do que se esperava, o que reduziu as aquisições do governo. Houve, contudo, acentuadas divergências entre os viticultores e as indústrias, pois o preço mínimo oficial foi fixado em Cz$ 9,70/kg e os produtores pleiteavam Cz$ 11,00/kg, enquanto a indústria queria pagar apenas Cz$ 7,00/kg.

Como o produto colhido primeiramente tinha sido prejudicado pelas chuvas (baixo teor glucométrico), o preço mínimo não existia, em janeiro,[1] e não se pode guardar a fruta por mais de dez dias, os produtores que se viam obrigados a vender seus estoques rapidamente fizeram maus negócios.

Imaginava-se, então, que a **CFP** adquiriria até 150 milhões de kg de uva, mas acabou comprando 60 milhões de kg.

Durante todo o primeiro semestre, (ver Quadro 53) persistiram os problemas em torno da remuneração, que pareciam ter cessado em fins de julho, após reunião entre as partes interessadas, em Bento Gonçalves (RS). Àquela ocasião, apenas a cooperativa de Flores da Cunha (RS) negociou em bases diferentes das demais.

Logo após, durante o inverno, iniciaram-se as operações necessárias à safra de 1988/89. O clima irregular, com alternância de dias quentes e frios, não contribuiu para a formação de mais uma boa safra.

Em agosto, nova manifestação dos produtores, em Flores da Cunha, expressava descontentamento quanto ao preço pago por algumas indústrias, abaixo dos Cz$ 18,50 da tabela oficial, nas zonas gaúchas de produção de Caxias do Sul, Antônio Prado, Flores da Cunha e São Marcos.

Um mês depois, divulgava-se que a viticultura irrigada, em fase de expansão no **Nordeste,** (ver **Agroanalysis,** volume 12, nº 11, novembro de 1988) ganharia novos espaços na microrregião de Irecê, na **Bahia,** onde lavouras de feijão, mandioca e milho sempre encontraram condições propícias de solo e de clima.

Também em setembro, começou-

1 O preço mínimo da uva, para fins industriais, foi fixado pelo **Decreto 95.749,** de 25/02/88, variando de Cz$ 32,01/kg para uvas brancas II de vinífera **nobres,** com grau glucométrico igual a 20, até Cz$ 5,82/kg, para as uvas tintas ou brancas comuns, com grau glucométrico igual a 14. A correção mensal foi feita pela **OTN,** entre os meses de março e junho.

QUADRO 53 – UVA – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM ESTADOS SELECIONADOS – JANEIRO A NOVEMBRO DE 1988 (Cz$/kg)

ESTADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Rio Grande do Sul	15,86	13,81	13,71	13,39	13,64	14,20	17,85	17,85	17,85	21,42	72,13
São Paulo	...	21,88	56,74	...	...	...	...	...	...	...	...
Santa Catarina	11,75	16,60	18,12	24,79	26,62	40,00	...	...	...	...	...
Paraná	39,48	40,15	39,83	44,68	61,27	93,69	139,33	195,95	212,49	230,12	315,90
Pernambuco	40,00	50,00	77,65	77,68	78,57	100,00	100,00	...	...	500,00	...
Bahia	42,48	60,00	60,00	74,09	77,05	93,67	140,45	170,00	199,55	317,73	317,73
Mato Grosso do Sul	...	...	65,00	65,00	65,00	...	...	...	...	...	...

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

se a anunciar a intenção governamental de reduzir o apoio à vitivinicultura, na safra 1988/89, mediante a fixação de preço mínimo de garantia desvinculado do custo de produção.

No mês de outubro, as precipitações de granizo nas regiões **Sul** e **Sudeste** atingiram vários parreirais. Em **São Paulo**, nos municípios produtores de Itupeva, Louveira e Vinhedo, as plantações foram afetadas com alguma gravidade, estimando-se perdas de até 30%, em relação à safra precedente.

Em novembro, a **União Brasileira de Vitivinicultura**, considerando a formação de grande estoque de vinho, no país, encaminhou ao governo federal pedido de pequeno reajuste para o novo preço mínimo, a ser definido naquele mês. O pleito dos produtores rurais era de remuneração de Cz$ 95/kg. O preço mínimo anterior, corrigido, alcançaria Cz$ 54/kg e a sugestão das indústrias apontava o preço a Cz$ 34/kg.

No final o mês, a **CFP** divulgou sua proposta, que fixava o preço mínimo em Cz$ 41/kg, com redução real de 24% sobre o que vigorou em 1988. Este valor seria encaminhado à reunião do **Conselho Monetário Nacional**, para sua discussão.

No início de dezembro, segundo a proposição da **CFP**, o preço mínimo seria fixado em Cz$ 52/kg, com correção mensal pela variação da **OTN**, até maio de 1989. Isto provocou insatisfação entre os viticultores, uma vez que os Cz$ 95/kg, anteriormente solicitados, corresponderiam a Cz$ 121/kg em dezembro e foram marcadas novas manifestações de protesto.

O ano se encerrou diante de muitas indefinições. O estoque de vinhos trouxe preocupação às indústrias, que diziam não poder pagar o requerido pelos produtores rurais, tendo aceitado com dificuldade o que o governo fixou. Para os agricultores, a situação foi complexa, diante dos altos custos da lavoura e de sua configuração de produto não essencial. Além disso, houve, mesmo, questionamento da existência de estoques de vinho tão elevados (283 milhões de litros, sendo 233 milhões de litros propriedade da iniciativa privada).

O ponto de vista do governo era o de se afastar da comercialização da uva, para não comprometer recursos escassos, ainda mais com o risco de se tornar seu maior comprador.

VINHO – Foi um ano difícil para a vinicultura.

No início do ano, havia estimativas, na Serra Gaúcha, de que a safra de uva poderia se situar entre 550 milhões de kg e 600 milhões de kg[1]. A difícil situação do mercado consumidor de vinhos, abalado com a retração das compras, em 1987, e a formação de elevados estoques (ver Quadro 54), era motivo de preocupação generalizada. Aliás, desde 1986, quando o **Plano de Estabilização Econômica** acarretou grande aumento de demanda pela bebida (ver Quadro 55), pairam indefinições sobre a vinicultura.

Isto se refletia diretamente nas discussões sobre a remuneração do viticultor, uma vez que o preço mínimo da fruta fora anunciado pela **Companhia de Financiamento da Produção** em fins de fevereiro.

Para tentar minorar as dificuldades, representantes do subsetor vinícola voltavam a insistir na necessidade de serem reduzidos os impostos incidentes sobre o vinho (17% de **ICM** e 20% de **IPI**, sendo este último o dobro da alíquota vigente antes do chamado **Plano Cruzado II**), para permitir maiores vendas no varejo. Contudo, cabe considerar que o preço da garrafa do vinho não é, necessariamente, o responsável direto pela queda do consumo (aliás, segundo os fabricantes, o vinho em si representa menos da metade do preço do produto final) visto que, em conjuntura de acelerada perda de poder aquisitivo, bens de consumo mais **sofisticados** são os primeiros a serem cortados dentre os itens de despesa das famílias. Registre-se que os vinhos comuns correspondem a cerca de 70% da produção brasileira e não são consumidos pelos compradores de maior poder aquisitivo.

Esperava-se, então, que o governo federal fosse o grande comprador da safra de uva, podendo adquirir até 25% da produção de variedades vi-

1 Para produzir um litro de vinho, usam-se 1,34 kg de uva.

níferas do **Rio Grande do Sul**. Em fins de janeiro, anunciou-se que a **CFP** faria licitação pública para a contratação de empresas interessadas na transformação em álcool vínico de parte dos estoques do governo. Além de servir para dar melhor aproveitamento a vinhos de pior qualidade (o álcool vínico é empregado na fabricação de conhaque e na **correção** de vinhos) tal medida foi vista como tentativa de criação de espaço na armazenagem, para o recebimento de produto mais novo. No início de fevereiro, foi feito acordo entre a **CFP** e algumas cantinas, para o recebimento de uva, vinificação e entrega do produto a ela. De acordo com a **Federação das Cooperativas de Vinho (Fecovinho)**, as cooperativas gaúchas, detinham, àquela ocasião, cerca de 70 milhões de litros dos estoques remanescentes de 1987, de 174,5 milhões de litros.

Diante da retração do mercado interno, já em fevereiro, quando as compras de uva eram feitas de forma confusa e a preços considerados baixos, pelos produtores rurais, as principais empresas atuantes na área anunciaram a intenção de tentarem se voltar para o mercado internacional.

Apesar de ainda incipientes, verificam-se vendas do produto brasileiro para importantes países compradores, como os **EUA**, o **Japão**, e a **França**. Evidentemente, se a qualidade dos vinhos brasileiros tem-se aprimorado em anos recentes, permitindo-se pensar em maiores exportações (embora, para os **EUA** seja vendido, majoritariamente, o vinho tinto comum, em **garrafão**), a questão da falta de tradição ainda atrapalhará as iniciativas brasileiras por algum tempo.

Também naquele mês, a **Associação dos Engenheiros Agrônomos** da área de vitivinicultura gaúcha apresentou diversas sugestões para o aprimoramento da atividade, entre elas, reformas na fiscalização do processo produtivo, na legislação específica e na estruturação do **Conselho Nacional da Vitivinicultura (Conavin)**.

Em termos de qualidade, o clima seco que se seguiu às chuvas de janeiro, que fizeram apodrecer no pé parcela da colheita precoce (variedades **Pinot Noir, Gewurztraminer, Riesling, Semillon** e **Chardonnay**) permitiu a recuperação do teor glucométrico das frutas.

A partir de março, as variedades vinífera tardias, como as **Cabernet Franc** e **Sauvignon**, tintas, já se apresentavam com melhor gradação de glucose, sabendo-se que gerariam vinhos de melhor qualidade (20% da produção destinam-se à fabricação dos vinhos **finos**).

Ainda em março, a expectativa quanto à possível abertura do mercado brasileiro à colocação do vinho argentino, no contexto da aproximação das economias dos dois países, trouxe novas preocupações. Nas negociações para a assinatura de novos protocolos, havia pressões dos representantes argentinos[2] para a isenção do **Imposto de Importação** incidente sobre o vinho proveniente daquele país (a partir do acordo de cooperação, de 1986, estabeleceram-se quotas de 50 mil caixas de vinhos argentinos).

Ocorre que, nos quatro primeiros meses do ano, segundo a **Uvibra**, as vendas de vinho, que já haviam caído 30% em 1987, em relação a 1986, ano do **Plano de Estabilização Econômica**, reduziram-se mais 13%. Isto fez com que se iniciasse campanha promocional (o chamado **Festival de Inverno do Vinho**), visando também à redução da margem de lucro do produto nos restaurantes.

No **Diário Oficial da União**, de 4 de maio, foi divulgada a **Portaria nº 84**, de 25/04/88, do **Ministério da Agricultura**, que aprovou a **Complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade do Vinho**, definindo suas classes (vinhos de mesa, espumantes, licorosos e compostos) e seus tipos (tinto, rosado ou **rosé** e branco).

Já em fins de junho, divulgou-se que, finalmente, o governo federal, diante das estatísticas referentes à queda do consumo da bebida, no país, reduziria mais uma vez a alíquota do **IPI**, para que retornasse ao percentual vigente até novembro de 1986.

Um outro elemento importante para a atenuação da crise na atividade vinícola foi o êxito obtido junto aos consumidores de uma nova bebida à base de vinho, o **cooler** (50% de vinho, com baixa persistência aromática, 50% de sucos naturais, ou refrigerantes, e água carbonatada, com graduação alcoólica de 5,2º GL, similar à da cerveja) que passou a ter peso significativo no faturamento

QUADRO 54 – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE VINHO E DERIVADOS NO RIO GRANDE DO SUL – 1980/89 – (em mil t)

ANO	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	OFERTA TOTAL	COMERCIALIZAÇÃO	ESTOQUE FINAL
1980	166.546	199.602	366.148	215.002	151.146
1981	151.146	288.008	439.154	227.751	211.403
1982	211.403	329.715	541.118	274.347	266.771
1983	266.771	188.193	454.964	276.813	178.151
1984	178.151	243.301	421.452	260.371	161.081
1985	161.081	366.342	527.423	274.361	253.062
1986	253.062	225.370	478.432	314.223	164.209
1987	164.209	218.143	382.352	207.801	174.551
1988	174.551	348.669	523.220	240.000	283.220
1989[1]	283.220	300.000	583.220	...	...

FONTE – União Brasileira de Vitivinicultura.
[1] Estimativa.

2 Há estoques elevados também na **Argentina**.

dos fabricantes.

Chegado o mês de agosto, com as indústrias vinícolas enfrentando a retração do mercado, o governo federal anunciou que proporia uma forma de equalização entre o custo dos **EGF** e o preço do mercado. Com efeito, em 11/8, a **CFP** encaminhou à **Comissão de Coordenação Financeira (CCF)**, do **Ministério da Fazenda**, um voto propondo subsídio médio de 42% sobre os EGF de vinho contratados pelas vinícolas gaúchas. Conforme divulgado, na ocasião, a venda dos 220 milhões de litros sob EGF não permitiria pagar nem 60% dos custos (variação da **OTN**, mais 12% ao ano), exigindo a adoção de redutor mensal dos **Empréstimos** ou sua transformação em **AGF**.

No início de setembro, a **CCF** anunciava que, possivelmente, aprovaria o redutor solicitado, entre 20% e 50% nas operações de EGF.

Naquele mês, também a **CFP** anunciou mudanças na política agrícola para a viticultura, no que se referia à safra 1988/89. Para que não se repetissem intervenções governamentais na atividade, a **Companhia** procuraria desvincular o preço mínimo do custo de produção. Cabe destacar, porém, que produtores, cooperativas, indústrias e governo sempre discordaram, em termos de critérios para o custo de produção, notadamente no item produtividade dos parreirais.

Em fins de setembro, o governo autorizou a adoção do redutor, acima do que se noticiava, anteriormente. Foi fixado em 34,12%, para o mês de outubro.

Logo após, o **Conavin** estabeleceu que "os estoques governamentais de vinhos e derivados excedentes das safras anuais poderão ser utilizados pelos órgãos competentes para financiar, por um prazo mínimo de três anos, a manutenção anual da renda do viticultor, quando da renovação dos parreirais de variedades **comuns** e de baixa produtividade. O financiamento deverá ser pago em até cinco anos, a contar do início da produção, e tanto o saldo devedor quanto as prestações serão corrigidos de acordo com os reajustes dos preços mínimos da uva" (**Diário Oficial da União**, de 12/10/88).

QUADRO 55 – BRASIL – CONSUMO PER CAPITA DE VINHO – 1980-88

ANO	POPULAÇÃO (mil habitantes)	COMERCIALIZAÇÃO DE VINHO (mil litros)	CONSUMO PER CAPITA (litro/hab/ano)
1980	119.003	215.002	1,8
1981	121.954	227.751	1,9
1982	124.978	274.347	2,2
1983	128.078	276.813	2,2
1984	131.254	260.371	2,0
1985	134.509	274.361	2,0
1986	137.845	314.223	2,3
1987	141.264	207.801	1,5
1988	144.767	240.000	1,7

FONTE – Uvibra, IBGE.

No início de novembro, o governo federal sancionou a **Lei 7.678 (Lei do Vinho)**, segundo a qual "a avaliação físico-química e organoléptica ou sensorial dos vinhos e derivados, para fins de concursos ou competição pública, com ou sem divulgação, deverá contar com prévia e expressa autorização dos produtores eventualmente interessados em participar, sendo obrigatória a fiscalização por organismos e serviços do órgão indicado no regulamento, que fixará as normas e os métodos a serem empregados". (Art. 2º).



O **Artigo 50** da Lei, que preconizava a criação de órgão específico para a produção, circulação e comercialização do vinho, foi vetado pelo **Presidente da República**, por entender que, como o **Ministério da Agricultura** se incumbe do registro, padronização, inspeção e fiscalização do vinho há cinco décadas, aquela nova instituição não seria necessária. Além disso, o **Rio Grande do Sul**, onde se localizaria o novo órgão, dispõe de infra-estrutura para a atividade.

No final de novembro, a **CFP** elaborou a proposta para a fixação do preço mínimo de uva para a safra de 1989 (Cz$ 41,00/kg), situando-o em nível considerado baixo. De acordo com a **Companhia**, a difícil situação do mercado, em 1988, fez com que os preços do vinho evoluíssem 26% abaixo da inflação.

Em dezembro, o preço mínimo foi fixado em Cz$ 52/kg, com a preocupação de garantir que a fruta viesse a ser adquirida pela iniciativa privada. Aliás, estimou-se que, dos 283 milhões de litros de vinho em estoque, cerca de 233 milhões de litros estivessem com as empresas particulares. Para 1989, as estimativas do consumo situam-no entre 220 milhões de litros e 250 milhões de litros. Em 1988, dos 240 milhões de litros de derivados da uva comercializados, 80% correspondiam aos diversos tipos de vinho produzidos no país.

AVICULTURA – A elevação dos preços da soja e do milho criou dificuldades.

Segundo informações da **Associação dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)**, a produção de frangos, em 1988, foi menor do que a de 1987, mal chegando a 1,95 milhão de t, frustrando a expectativa de que se aproximaria do desempenho da pecuária de corte.

Tal resultado derivou-se da forte contração da atividade ao longo do ano. A relação entre as produções real e potencial de pintos de corte, de janeiro a novembro, foi a mais baixa desta década, não ultrapassando 72% (ver Quadro 56).

Em outras palavras, os avicultores levaram a sério a necessidade de diminuírem sua oferta, para que conseguissem sustentar os preços do produto. Afinal, desde 1987, a situação econômica do país apontava na direção de violenta retração no consumo de alimentos, subproduto da aceleração inflacionária e do processo de arrocho salarial.

Simultaneamente, os criadores viam crescer seu potencial produtivo. O alojamento de matrizes para corte atingiu 7,9 milhões de cabeças durante o segundo semestre de 1987 (16% a mais do que o total da primeira metade daquele ano), e, no início de 1988, a **Apinco** alertava que o potencial de produção de pintos de corte para o ano estava estimado em 1,9 milhão de cabeças, 36% acima da produção real obtida em 1987.

QUADRO 56 – BRASIL – PRODUÇÕES POTENCIAL E REAL DE PINTOS DE CORTE – 1980 A 1988[1] – (em mil cabeças)

ANO	PRODUÇÃO POTENCIAL (A)	PRODUÇÃO REAL (B)	B/A
1980	1.088.065	1.008.050	0,93
1981	1.475.547	1.116.135	0,76
1982	1.524.069	1.165.199	0,77
1983	1.437.642	1.108.925	0,77
1984	1.345.620	1.077.076	0,80
1985	1.316.017	1.151.982	0,88
1986	1.418.400	1.273.822	0,90
1987	1.569.986	1.393.262	0,89
1988[1]	1.733.934	1.254.384	0,72

FONTE – Associação dos Produtores de Pintos de Corte.
1 janeiro a novembro.

Através de intensa campanha de esclarecimento junto aos produtores, conseguiu-se, portanto, que o alojamento de matrizes para corte fosse, mensalmente, inferior em, no mínimo, 5% ao de um ano antes, durante o primeiro semestre de 1988. Na segunda metade do ano, este processo se intensificou, chegando a concentração a alcançar 29%, em agosto, e 17% no acumulado janeiro/novembro.

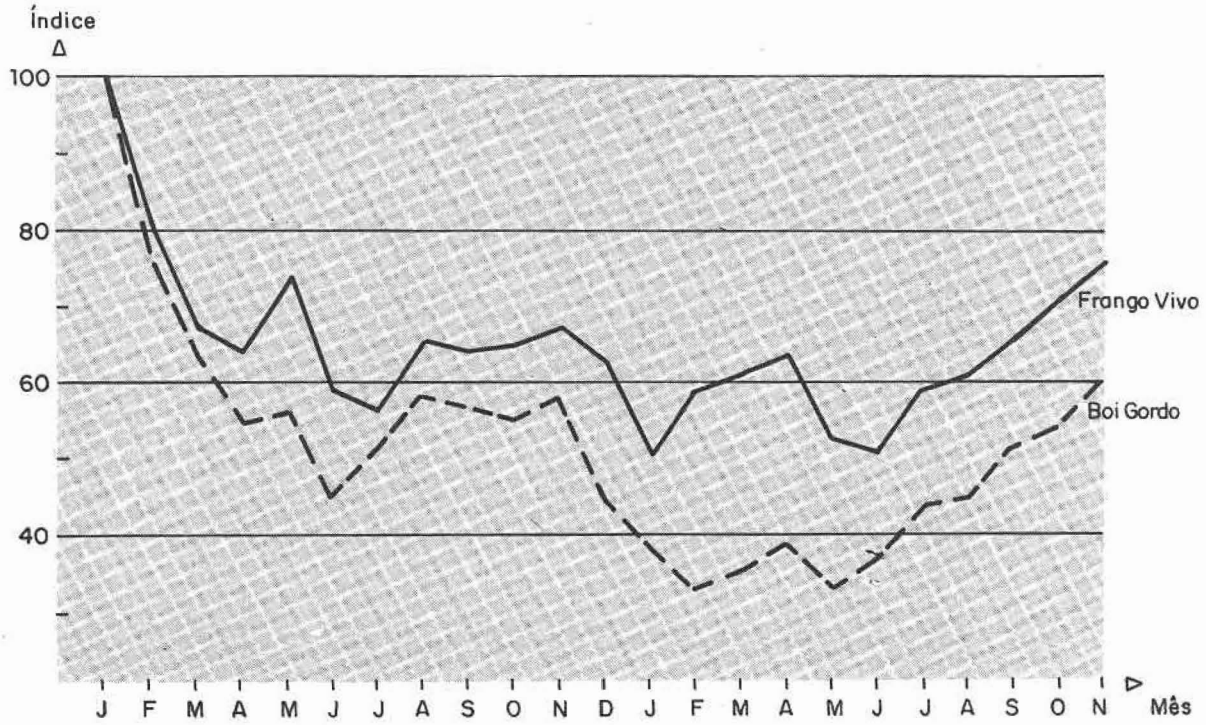
Houve conseqüência sobre a produção mensal de pintos de corte. Até novembro último, o total produzido chegou a 1,3 bilhão de cabeças, 2% a menos do que um ano antes e 28% a menos do que o potencial. Ressalte-se, porém, que o propalado projeto de se reduzirem os prejuízos dos criadores, através da limitação desta oferta a não mais do que 100 milhões de cabeças por mês, não chegou a ser obtido, tendo a média mensal desta produção alcançado 114 milhões de cabeças.

Não só se sustentaram os preços da ave ao longo do ano, como também ocorreu aumento real acumulado da ordem de 19% de janeiro a novembro, no caso do frango vivo (ver Gráfico 06).

É interessante observar que, embora a tendência dos preços da ave tenha acompanhado de perto os da carne bovina ao longo de todo o ano passado, em todos os meses houve distanciamento considerável entre os dois alimentos, não só favoravelmente à carne branca, como, também, em muito maior intensidade do que o registrado em 1987. Ou seja, pareceria que a avicultura não só teria conseguido uma maior **aderência** entre a oferta e a demanda, como também se teria alcançado maior fidelidade por parte dos consumidores.

SÃO PAULO – ÍNDICES[1] DE PREÇOS RECEBIDOS REAIS[2] MENSAIS PELOS PRODUTORES DE FRANGO VIVO E BOI GORDO 1987-88

GRÁFICO 06



FONTE – IEA.

1 Janeiro de 1987 = 100;

2 corrigidos pelo IGP-DI, para novembro de 1988.

Este último aspecto seria comprovado pelo aumento da vantagem comparativa da aquisição da carne bovina frente à avícola, no varejo da cidade de São Paulo (ver Quadro 57). Conquanto a relação de preços entre a carne bovina e o frango limpo tenha sido mais favorável à primeira durante o ano de 1988 do que o fora em 1987, observa-se que o preço real recebido pelos avicultores foi, de janeiro a novembro, 12% inferior ao de um ano antes, enquanto o do boi gordo registrou desvalorização da ordem de 31%. Ou seja, a desvalorização relativa da carne bovina tradicionalmente levaria ao aumento do consumo do frango, o que acarretaria pressão sobre seus preços (a despeito da contração da oferta). Como tal não ocorreu, os motivos pareciam residir não só na acentuação do arrocho salarial (já que, em termos absolutos, o preço da carne vermelha ainda é muito mais alto do que o da avícola) como, também, na expansão do consumo de carne de frango (ver **box**).

Quanto aos insumos, não foram poucas as reclamações dos criadores, justificadas pelo fato de o preço relativo **frango/ração**, de janeiro a novembro, em **São Paulo**, não ter ultrapassado 2,3, o mais baixo nível desde o início da década passada. Saliente-se, porém, que o preço pago pela ração para ave de corte não apresentou, no período, aumento acumulado real, segundo o **Instituto de Economia Agrícola**.

Pelo lado das exportações de carne de aves, as avaliações da **Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos (Abef)** dão conta que, de janeiro a novembro, exportaram-se 218 mil t, 12% a mais do que no mesmo período do ano passado, sugerindo que as vendas anuais deverão ficar aquém da meta de 270 mil t originalmente fixada. A receita foi de US$ 205 milhões, tendo o preço médio se situado em US$ 941/**fob**, 7% a menos do que em 1987.

A estatística discriminada das vendas informa que 70% foram de aves inteiras e 30% de aves em partes, contra 76% e 24%, respectivamente, no mesmo período do ano precedente. Portanto, deduz-se que cresceram as dificuldades na realização de vendas aos tradicionais compradores do **Oriente Médio**.

Nem mesmo as exportações de partes escaparam a esta tendência. O preço médio obtido para esta mercadoria, de janeiro a novembro, foi de US$ 1,3 mil/t-**fob**, 8% a menos do que um ano antes. O preço médio das vendas de carne avícola em geral depreciou-se 7%, ultrapassando US$ 941/t-**fob**.

Em 1989, os avicultores esperam recuperar seus índices de lucratividade. Para tanto, pretendem insistir na necessidade de se manter contraído o alojamento de matrizes para corte, ao mesmo tempo em que tiram partido da maior duração da

No fim de 1988, a produção brasileira de carne bovina foi estimada, pelo **Ministério da Agricultura**, em 2,4 milhões de t, subentendendo consumo aparente **per capita** de 13,5 kg/ano, uma vez que as exportações foram estimadas em 400 mil t. No que diz respeito à carne de aves, a produção e as vendas ao exterior alcançaram, respectivamente, pouco mais de 2 milhões de t e de 200 mil t, sugerindo ingestão **per capita** anual de 12,4 kg.

Este último indicador, se bem que ligeiramente menor do que os 12,8 kg **per capita** registrados em 1987, ainda é significativo em termos de hábito alimentar da população brasileira. Afinal, não faz muito tempo, no início da presente década, o número era de não mais do que 9,5 kg habitante/ano, enquanto que, para a carne bovina, o patamar era de 15,6 kg habitante/ano.

É óbvio que, por trás deste processo, salienta-se a crise econômica como fator determinante. Afinal, já faz algum tempo que os salários vêm diminuindo em termos reais. Assim, a carne de ave **ganha a corrida** dos orçamentos familiares, deixando para trás as carnes bovina e suína.

Em outros termos, estar-se-ia trilhando, no país, o mesmo caminho seguido pelos consumidores norte-americanos, que, desde o final da década de 70, vêm diminuindo a ingestão de carne bovina em favor das de aves (ver Quadro). Também naquele país, os motivos foram o menor preço da carne branca, aliado à ampla gama de opções de aquisição do produto pronto, tanto para consumo como para cozimento rápido, e às advertências médicas quanto aos malefícios originados da ingestão de colesterol contido nas carnes vermelhas.

No caso brasileiro, é a fraqueza econômica do país que, obviamente, adiciona matizes fortes a este quadro. De acordo com a **Pesquisa de Orçamentos Familiares**, realizada pelo **Centro de Estudos de Consumo**, da **Fundação Getulio Vargas**, em 1960, consumiam-se, no **Brasil**, 27,2 kg/ano **per capita** e 2,5 kg/ano **per capita** de carne bovina e avícola, respectivamente, números que evoluíram para 9,4 e 8,2 kg no período 1985/86.

No caso da avicultura brasileira, o aumento da participação desta carne nos cardápios familiares foi impulsionado pela rápida absorção dos avanços tecnológicos desenvolvidos pelos países mais avançados, na criação de aves, e que se traduziram, primordialmente, em maior conversão alimentar e redução do período de engorda.

No entanto, não se devem olvidar dois fatores que, discretamente, estariam também contribuindo para este processo, à semelhança do já verificado nos **EUA**.

O primeiro seria a aceleração do ritmo de vida das pessoas nas grandes cidades, implicando a crescente procura por alimentos de maior praticidade, no que se refere ao preparo. Neste caso, é nítida a vantagem comparativa da ave frente ao boi, desde que as grandes indústrias passaram a apresentá-la semi-pronta ou pronta para cozimento tanto em partes como inteira. Proliferaram os pontos de venda de frangos assados bem como os embutidos de frango. Igualmente, a sofisticação do frango tipo **chester** e os frangos congelados defumados abriram novos horizontes na culinária da classe média em geral.

O segundo fator diz respeito à maior crítica quanto ao tipo de alimentos ingeridos e sua influência sobre a saúde humana. Neste caso, a ave passou a ser percebida como fornecedora de carne magra e saudável, ideal para uma alimentação que objetivasse a manutenção tanto da qualidade coronariana quanto do peso corporal, ao contrário da carne bovina e, principalmente, da carne suína.

EUA – CONSUMO PER CAPITA **DE CARNES – 1970 A 1989[1] – (kg/ano)**

ANO	BOVINA	SUÍNA	AVÍCOLA	TOTAL[2]
1970	38	28	22	91
1971	38	31	22	93
1972	39	29	23	93
1973	37	21	22	87
1974	39	28	23	91
1975	40	23	23	88
1976	43	24	24	93
1977	42	25	25	92
1978	40	25	25	92
1979	35	29	28	93
1980	35	31	28	94
1981	35	29	28	94
1982	35	27	29	92
1983	36	28	30	95
1984	36	28	30	96
1985	36	28	32	98
1986	36	27	33	97
1987	33	27	35	97
1988[1]	33	29	37	100
1989[1]	30	29	38	98

FONTE – USDA.

[1] Previsão; [2] todas as carnes.

QUADRO 57 – SÃO PAULO – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS REAIS NO VAREJO DO FRANGO LIMPO E DA CARNE BOVINA – JANEIRO DE 1987 A NOVEMBRO DE 1988 (Cz$/kg)

ANO	FRANGO LIMPO (A)	CARNE BOVINA (B)	B/A
1987			
JAN	1.602	2.622	1,64
FEV	1.048	1.958	1,87
MAR	870	1.722	1,98
ABR	748	1.540	2,06
MAI	880	1.573	1,79
JUN	697	1.230	1,76
JUL	586	1.354	2,31
AGO	560	1.440	2,57
SET	607	1.361	2,24
OUT	638	1.392	2,18
NOV	624	1.430	2,29
DEZ	569	1.240	2,18
1988			
JAN	564	1.082	1,92
FEV	579	925	1,60
MAR	653	906	1,39
ABR	629	993	1,58
MAI	594	870	1,47
JUN	561	924	1,65
JUL	614	1.040	1,69
AGO	657	1.134	1,72
SET	758	1.293	1,71
OUT	724	1.280	1,77
NOV	825	1.373	1,66

FONTE – IEA/SP.
[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para novembro de 1988.

atual entressafra de carne bovina. Assim, em um contexto de oferta apertada de proteínas animais em geral, haverá espaço para a manutenção do preço real do frango, o que poderá se revelar especialmente compensador, caso perdurem as reavaliações baixistas da safra de milho de 1988/89.

Pelo lado do mercado externo, também reina certo otimismo. A quebra da safra norte-americana de milho, em 1988, e a perspectiva de que a oferta de carne bovina naquele país, em 1989, seja 6% inferior à do ano anterior, fazem prever clara tendência de aumento interno do preço da ave. Como tem crescido a presença dos EUA nas exportações mundiais de carne avícola, a cotação internacional do produto deverá subir, favorecendo as vendas brasileiras.

BOVINOCULTURA DE CORTE E LEITE – A excessiva matança de fêmeas comprometerá a capacidade produtiva do rebanho.

Nos estabelecimentos industriais, o abate de bovinos totalizou 10,9 milhões de cabeças ou 2,3 milhões de t nos onze primeiros meses de 1988, significando acréscimos de 13% e 8%, respectivamente, em relação aos números registrados em igual período do ano anterior. O peso médio das carcaças ficou em torno de 206 kg, inferior aos 214 kg alcançados em 1987. Houve excessiva matança de fêmeas (quase 4 milhões de cabeças), o que pode vir a comprometer a capacidade produtiva do rebanho, incluindo a produção de leite.

Com menor fluxo de animais para abate, durante o segundo semestre, o boi gordo obteve excelentes cotações no mercado (entre junho e dezembro, as altas mensais variaram de 30% a 40%). Nos doze meses de 1988, o preço da arroba aumentou 1.160%, na média brasileira, 1.411%, em **São Paulo**, 1.302% em **Goiás** e 1.290%, em **Minas Gerais** (ver Quadro 58).

Quanto ao leite, o volume destinado à indústria, entre janeiro e novembro, somou 8 bilhões de litros (+ 3%). A produção diminuiu mais do que o verificado costumeiramente nos meses de entressafra, devido à seca no **Centro-Sul** e aos baixos preços pagos ao produtor (reajuste médio de 798%, muito aquém, portanto,

QUADRO 58 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PREÇO DO BOI GORDO PARA CORTE – JANEIRO A DEZEMBRO DE 1988

ESTADO	VARIAÇÃO (%)
Rondônia	789
Acre	1.039
Amazonas	1.286
Roraima	953
Pará	1.009
Maranhão	895
Piauí	856
Ceará	1.126
Rio Grande do Norte	1.172
Paraíba	1.065
Pernambuco	1.163
Alagoas	1.121
Sergipe	1.164
Bahia	1.054
Minas Gerais	1.290
Espírito Santo	1.127
Rio de Janeiro	1.253
São Paulo	1.411
Paraná	1.059
Santa Catarina	1.037
Rio Grande do Sul	1.182
Mato Grosso do Sul	1.319
Mato Grosso	1.097
Goiás	1.302
BRASIL	1.160

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

dos índices que medem a inflação).

No mercado varejista da cidade do **Rio de Janeiro**, o leite fresco ficou 931% mais caro e o leite em pó integral, 1.115%. Os queijos subiram entre 988% (tipo Minas) e 1.242% (tipo prato); a manteiga, 1.449%. No caso da carne bovina, as altas variaram entre o mínimo de 1.089% (contrafilé e chã) e o máximo de 1.540% (capa de filé).



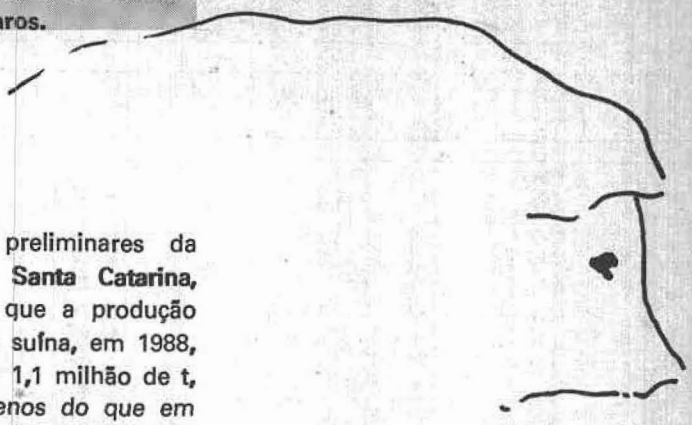
OVOS – Prosseguiu a retração da oferta, devido às dificuldades do mercado.

A produção brasileira de ovos em 1988 foi, segundo a **Associação Paulista de Avicultura**, de 1,24 bilhão de dúzias, 3% a menos do que em 1987. Este desempenho derivou da contração observada junto ao alojamento de matrizes, que diminuiu 16% no período. Já o plantel estimado de poedeiras foi 4% menor.

O segmento avícola de postura prosseguiu, assim, em sua estratégia de retração de oferta, face à incapacidade de o mercado consumidor absorver a produção potencial, derivada do acentuado aumento do rebanho registrado ao longo do ano de 1986.

O **Instituto de Economia Agrícola – SP** calculou que o preço médio anual da dúzia de ovos recebido pelos produtores, no estado de **São Paulo**, foi 3% inferior, em termos reais, ao de 1987, enquanto o preço relativo ovo/ração praticamente não se alterou, estabelecendo-se em 1,65.

SUINOCULTURA – A produção de carne suína diminuiu e os insumos tornaram-se mais caros.



Avaliações preliminares da **Cepa**, de **Santa Catarina**, informam que a produção brasileira de carne suína, em 1988, deve ter alcançado 1,1 milhão de t, *cerca de 8% a menos do que em* 1987. Os abates **sif** contabilizados pelo **IBGE**, de janeiro a outubro, foram de 8,8 milhões de cabeças que, ao peso médio da carcaça da ordem de 66 kg/cabeça, significaram produção de 585 mil t.

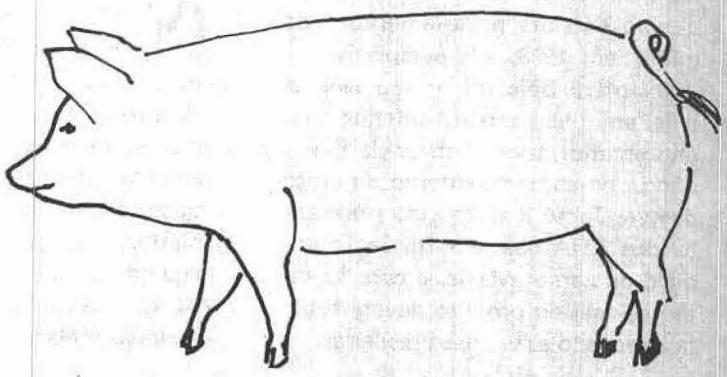
A partir de maio, e até outubro, os abates **sif** mensais de suínos foram inferiores aos de um ano antes, refletindo a menor oferta de animais terminados. Este fato, por sua vez, foi conseqüência da retração das criações, desde que algumas dificuldades no mercado desestimularam os produtores em 1987 (ver **Agroanalysis**, volume 12, numero 2, fevereiro de 1988).

Com a valorização dos preços do boi gordo à época de sua entressafra, e o aumento dos preços do milho desde o fim da colheita da safra 1987/88, os suinocultores buscaram a valorização da carne por eles produzida. Esta tendência se acentuou no início do último trimestre do ano quando, tradicionalmente, inicia-se a movimentação da indústria para as aquisições necessárias ao atendimento da maior demanda, no final do ano.

Em novembro, o preço real médio recebido pelos criadores na região **Sul** do país era 24% maior do que o de janeiro e 17% superior ao de um ano antes. No entanto, o valor registrado foi sistematicamente menor do que os patamares reais observados no mesmo mês dos anos de 1986 (–46%), de 1985 (–32%), de 1984 (–37%) e de 1983 (–40%).

Da mesma forma, o preço relativo **suíno/milho** de 1988, na região **Sul**, só ultrapassou o considerado **break-even point** de 6,0 nos meses de agosto e setembro, tendo a média de janeiro a novembro sido de 5,9.

Em outras palavras, embora a carne suína tenha sido apontada como uma das **vilãs** da inflação do final do ano, a ponto de levar o governo a determinar importações do produto, pelo lado financeiro não houve lucratividade para os criadores.



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direit privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Lui Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado d São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Moacyr Antonio Fioravante
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro